



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -
UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO IFPR EM
ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE: UMA
ANÁLISE SOBRE AS MEDIDAS DE INSERÇÃO SOCIAL E EMPREGABILIDADE**

PATRICIA CORDEIRO DE GODOY ALMEIDA

**CASCADEL, PR
2017**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -
UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO IFPR EM
ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE: UMA
ANÁLISE SOBRE AS MEDIDAS DE INSERÇÃO SOCIAL E EMPREGABILIDADE**

PATRICIA CORDEIRO DE GODOY ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Câmpus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof^o Dr. Roberto Antonio Deitos

**CASCADEL, PR
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A45p

Almeida, Patricia Cordeiro de Godoy

Políticas educacionais de profissionalização no IFPR em articulação com as políticas sociais para a juventude: uma análise sobre as medidas de inserção social e empregabilidade. / Patricia Cordeiro de Godoy Almeida.— Cascavel, 2017.

151 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017.

Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Educação e Estado. 2. Juventude – Ensino profissional. I. Deitos, Roberto Antonio. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 379.2

CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
 Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
 Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO

PATRICIA CORDEIRO DE GODOY ALMEIDA

Políticas Educacionais de profissionalização no IFPR em articulação com as Políticas Sociais para a Juventude: uma análise sobre as medidas de inserção social e empregabilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

 Orientador(a) - Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

 Eliana Cláudia Navarro Koepsel

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

 Luiz Fernando Reis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 27 de abril de 2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter proporcionado o encontro e o convívio com muitas pessoas que me apoiaram, compreenderam e auxiliaram, durante todo o percurso de pesquisa.

Aos meus pais, Eva e Darci de Almeida, os quais me ensinaram a valorizar toda a forma de educação, principalmente a escolar, sempre me incentivando, apoiando e proporcionando meios para minha dedicação aos estudos, e irmãos, Robson e Antonio.

À minha avó materna Pedra Viana, *in memoriam*, e tia Luzia Godoi, exemplos de mulheres para mim, que apesar das dificuldades me ensinaram a ter paciência e amar incondicionalmente.

Ao meu companheiro Sidnei Lima, pela compreensão de minha ausência e por muitas vezes ter me dado todo apoio necessário, por ter ouvido pacientemente minhas inquietudes.

Às minhas amigas, mais que colegas de mestrado, Indianara Meurer, Janaina Campos e Jaqueline Barbosa, à minha amiga Érica Souza, amigas e colegas de luta, Jenifer Antonelli, Kelly Ramos, Cleonice Siqueira e Silvana Yumi Usami, pela preciosidade de suas amizades por sempre estarem disponíveis para ouvir e partilhar sobre as dificuldades, anseios e alegrias da vida.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPE), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, de forma particular aos professores, Dr^a. Isaura Monica Souza Zanardini, Dr. João Batista Zanardini, Dr. Roberto Antonio Deitos, Dr. Luiz Fernando Reis e Dr^a. Ireni Marilene Zago Figueiredo, por terem proporcionado tantas reflexões sobre a teoria e prática da nossa luta na educação e sociedade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, de maneira especial à Professora Dr^a. Isaura Monica Zanardini e à assistente Sandra Koerich, pela disponibilidade de esclarecimento de dúvidas bem como apoio integral.

Ao Professor Dr. Roberto Antonio Deitos, pela sua integridade como orientador, pela disponibilidade, segurança e humildade que transmitiu durante todo o processo de pesquisa.

Aos membros da banca examinadora Dr. Luiz Fernando Reis e Dr^a. Eliana Claudia Navarro Koepsel, pelo comprometimento e pelas ricas contribuições a esta dissertação.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, os meus sinceros agradecimentos.

*A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito de rio que a contém
Ninguém chama de violento.*

*A tempestade que faz dobrar as bétulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?*

(Bertolt Brecht – Sobre a Violência)

ALMEIDA, Patricia Cordeiro de Godoy. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO IFPR EM ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE: UMA ANÁLISE SOBRE AS MEDIDAS DE INSERÇÃO SOCIAL E EMPREGABILIDADE. 2017.** N f.151. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017.

RESUMO

O contexto social e econômico atual, mundial e brasileiro vem sofrendo por diversas mutações, o que nos instiga a refletir sobre as políticas sociais para a juventude e as políticas de profissionalização em âmbito federal e estadual, mais precisamente sobre o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Paraná e as Políticas Sociais para a Juventude. Assim, buscamos compreender os discursos voltados para as questões de inserção social e empregabilidade para os jovens em tais políticas públicas, já que esta parcela da população vem sendo, desde a década de 1990, um foco de preocupação socioeconômica para o país. Para o desenvolvimento da pesquisa foi preciso coletar dados de bases *on line*, e bibliografias para maior compreensão de políticas sociais, empregabilidade e inserção social no sistema social e econômico vigente. Foi possível desenvolver o trabalho em três capítulos, sendo que no primeiro caracterizamos as políticas educacionais, de maneira mais direcionada à educação profissional, juntamente com a abordagem das políticas sociais para a juventude. No segundo capítulo nos detemos à descrição do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, apresentando dados do Brasil e do Paraná. Por fim, no terceiro capítulo realizamos uma exposição socioeconômica do Paraná e dos jovens paranaenses, a fim de analisar as concepções de inserção social e empregabilidade nas políticas sociais e educacionais. De forma a concluir que as políticas sendo elas focalizadas, ou não, são resultados da luta de classes, com propósitos dentro do sistema e transbordadas de ideologia para a manutenção e reprodução do imperialismo do capital.

Palavras-chave: Políticas Educacionais de Profissionalização. Políticas Sociais para a Juventude. Inserção Social. Empregabilidade.

ALMEIDA, Patricia Cordeiro de Godoy. **EDUCATIONAL POLICIES OF PROFESSIONALIZATION IN IFPR IN CONNECTION WITH SOCIAL POLICIES FOR YOUTH: AN ANALYSIS OF MEASURES OF SOCIAL INSERTION AND EMPLOYABILITY. 2017.** N f. 151. Dissertation (Master in Education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, Western State University of Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2017.

ABSTRACT

The current global and Brazilian social and economic context has been suffering from several mutations, which instigates us to reflect on social policies for youth and professionalization policies at federal and state levels, more precisely on the Federal Institute of Professional Education And Technological Institute of Paraná and the Social Policies for Youth. Thus, we seek to understand the discourses focused on the issues of social insertion and employability for young people in such public policies, as this part of the population has been, since the 1990s, a focus of socioeconomic concern for the country. For the development of the research, it was necessary to collect data from online databases and bibliography for a better understanding of social policies, employability and social insertion in the current social and economic system. It was possible to develop the work in three chapters, in the first one we characterized the educational policies, more directed to the professional education, along with the approach of the social policies for the youth. In the second chapter, we consider the description of the Federal Institute of Professional, Scientific and Technological Education, presenting data from Brazil and Paraná. Finally, in the third chapter, we carried out a socioeconomic exposition of Paraná and the young people of Paraná, in order to analyze the conceptions of social insertion and employability in social and educational policies. In order to conclude that the policies being focused or not are the results of the class struggle, with purposes within the system and overflowed by ideology for the maintenance and reproduction of the imperialism of capital.

Keywords: Educational Policies for Professionalization. Social Policies for Youth. Social Inclusion. Employability.

LISTA DE SIGLAS

BI's – Business Intelligence

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Cad Único – Cadastro Único para Programas Sociais

CEFET - MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEFET - RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CEFETs – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CEUs – Centros de Artes e Esportes Unificados

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FACEPAL – Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas

FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GEPPEs – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

PDO – Plano de Distribuição Orçamentária

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNJ – Políticas Nacionais de Juventude

PPGE – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Nível de Mestrado

PRJ – Programa Rede Jovem

PROEJA – Educação de Jovens e Adultos Integrado a Educação Profissional de Nível Médio

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni – Programa Universidade para Todos

SAMP – Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas do Governo do Paraná

SEDS – Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

SEED – Secretaria de Estado da Educação - Estado do Paraná

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISU- Sistema de Seleção Unificada

SISTEC– Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNEDs – Unidades Descentralizadas de Ensino

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICS – Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UPS Cidadania – Programa de Ações integradas de Desenvolvimento e Cidadania

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades	31
Gráfico 2: Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	32
Gráfico 3: Distribuição dos recursos destinados ao IFPR	39
Gráfico 4: Evolução do número de aluno nos período de 2013 a 2016.....	41
Gráfico 5: Distribuição dos alunos por tipo de curso	41
Gráfico 6: Evolução no número de servidores	42
Gráfico 7: Composição do Valor Adicionado no Estado do Paraná- 2013	96
Gráfico 8: Ranking e variação anual do abate de bovinos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)	98
Gráfico 9: Ranking e variação anual do abate de suínos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)	99
Gráfico 10: Ranking e variação anual do abate de frangos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)	99
Gráfico 11: Composição do valor da Transformação Industrial – Paraná- 2013	100
Gráfico 12: Exportações paranaenses de 2002 a 2015 (U\$ Milhões).....	100
Gráfico 13: Importações paranaenses de 2002 a 2015 (U\$ Milhões).....	101
Gráfico 14: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho	102
Gráfico 15: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, fora da força de trabalho	102
Gráfico 16: Diminuição do analfabetismo no Paraná de 2009 a 2013	104
Gráfico 17: Total de matrículas na Educação Superior em cursos de graduação presenciais e a distância no Paraná em 2013 entre os jovens menores de 18 a 29 anos.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de desemprego de jovens de 14 a 29 anos, segundo sexo e cor/raça de 2009 e 2013 (Total Metropolitano)	18
Tabela 2: Cursos Técnicos Integrados ofertados pelo IFPR.....	36
Tabela 3: Cursos Técnicos Subsequentes ofertados pelo IFPR.....	37
Tabela 4: Curso Técnico Concomitante ofertado pelo IFPR.....	37
Tabela 5: Cursos Superiores ofertados pelo IFPR.....	38
Tabela 6: Cursos de Especialização ofertados pelo IFPR	38
Tabela 7: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Assis Chateaubriand	43
Tabela 8: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Campo Largo	45
Tabela 9: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Capanema	48
Tabela 10: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Cascavel.....	49
Tabela 11: Tipo de curso e cursos do IFPR do câmpus de Colombo.....	52
Tabela 12: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Curitiba.....	53
Tabela 13: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Foz do Iguaçu	55
Tabela 14: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Irati	57
Tabela 15: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Ivaiporã.....	60
Tabela 16: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Jacarezinho	62
Tabela 17: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Jaguariaíva.....	64
Tabela 18: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus Londrina	66
Tabela 19: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Palmas.....	70
Tabela 20: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Paranaguá	72
Tabela 21: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Paranavaí	75
Tabela 22: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Pinhais	79
Tabela 23: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus Pitanga.....	80
Tabela 24: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Telêmaco Borba.	82
Tabela 25: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Umuarama	84
Tabela 26: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de União da Vitória	86
Tabela 27: Câmpus, curso e alunos em curso no IFPR dos campi avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu	89
Tabela 28: Número de servidores nos campi avançados do IFPR	91
Tabela 29: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR – EAD.....	91

Tabela 30: Municípios mais populosos do Paraná	94
Tabela 31: População residente no Paraná – 2013	95
Tabela 32: Produto Interno Bruto do Paraná e do Brasil a preços correntes de mercado – 2005 a 2016	96
Tabela 33: Maiores economias do Paraná	97
Tabela 34: Principais produtos agrícolas do Paraná.....	97
Tabela 35: Os cinco estados brasileiros que mais exportaram no ano de 2014 (US\$ Milhões)	101
Tabela 36: Número de Jovens paranaenses	103
Tabela 37: Número de matrículas efetuadas na Rede Federal de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016.....	104
Tabela 38: Número de matrículas efetuadas na Rede Estadual de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016.....	105
Tabela 39: Número de matrículas efetuadas na Rede Municipal de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016.....	105
Tabela 40: Número de matrículas efetuadas na Rede Particular de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016.....	106
Tabela 41: Matrículas do Ensino Médio Regular, Integrado e Normal/ Magistério	106
Tabela 42: Número de matrículas na Educação Profissional por dependência administrativa no Paraná – 2009 a 2016	107
Tabela 43: Número total de Matrículas na Educação Profissional e taxa de queda e aumento entre os anos de 2009 a 2016 no Paraná.....	108
Tabela 44: Número de Matrículas na Rede Federal de Ensino no Paraná – Educação Profissional Nível Técnico nas cidades com campus do IFPR - 2006 a 2015	109
Tabela 45: Número de Matrículas na Rede Estadual de Ensino no Paraná – Educação Profissional nas cidades com campus do IFPR - 2006 a 2015	110
Tabela 46: Número de Matrículas na Rede Privada de Ensino- Educação Profissional nas cidades com campus do IFPR - 2006 a 2015	110
Tabela 47: Número total de Matrículas e taxa de queda e aumento, nas dependências de educação profissional nas cidades com câmpus do IFPR.....	111
Tabela 48: Número e taxas (por 100 mil habitantes) de homicídios nos municípios do Paraná com mais de 10 mil habitantes – 2008 a 2012.....	112

Tabela 49: Número e taxas (por 100 mil habitantes) de óbitos por acidentes de transporte em municípios com mais de 20 mil habitantes no Paraná – 2008 a 2012.....	112
Tabela 50: Número e maiores taxas de suicídio na população jovem, nos municípios com mais de 15.000 jovens no Paraná – 2008 a 2012.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Jovem nas Cidades com Câmpus do IFPR, nos anos de 2012, 2013 e 2014	24
Quadro 2: Número de Matrículas na Rede Federal de Ensino	34
Quadro 3: Número de alunos em curso	40
Quadro 4: Matrículas no ensino público na cidade de Assis Chateaubriand.....	43
Quadro 5: Matrículas no ensino público na cidade de Campo Largo	44
Quadro 6: Matrículas no ensino público na cidade de Capanema.....	47
Quadro 7: Matrículas no ensino público na cidade de Cascavel	49
Quadro 8: Matrículas no ensino público na cidade de Colombo.....	51
Quadro 9: Matrículas no ensino público na cidade de Curitiba	52
Quadro 10: Matrículas no ensino público na cidade de Foz do Iguaçu.....	54
Quadro 11: Matrículas no ensino público na cidade de Irati.....	56
Quadro 12: Matrículas no ensino público na cidade de Ivaiporã	59
Quadro 13: Matrículas no ensino público na cidade de Jacarezinho.....	61
Quadro 14: Matrículas no ensino público na cidade de Jaguariaíva	64
Quadro 15: Matrículas no ensino público na cidade de Londrina.....	65
Quadro 16: Matrículas no ensino público na cidade de Palmas	68
Quadro 17: Matrículas no ensino público na cidade de Paranaguá.....	72
Quadro 18: Matrículas no ensino público na cidade de Paranavaí.....	75
Quadro 19: Matrículas no ensino público na cidade de Pinhais.....	78
Quadro 20: Matrículas no ensino público na cidade de Pitanga.....	80
Quadro 21: Matrículas no ensino público na cidade de Telêmaco Borba.....	81
Quadro 22: Matrículas no ensino público na cidade de Umuarama.....	83
Quadro 23: Matrículas no ensino público na cidade de União da Vitória.....	85
Quadro 24: Matrículas no ensino público na cidade de Astorga.....	87
Quadro 25: Matrículas no ensino público na cidade de Barracão	87
Quadro 26: Matrículas no ensino público na cidade de Coronel Vivida.....	88
Quadro 27: Matrículas no ensino público na cidade de Goioerê.....	88
Quadro 28: Matrículas no ensino público na cidade de Quedas do Iguaçu.....	89
Quadro 29: Plano de Distribuição Orçamentária nos campi avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2012).....	22
Figura 2: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2013).....	23
Figura 3: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2014).....	23
Figura 4: Unidades do IFPR.....	35
Figura 5: Câmpus do IFPR em Assis Chateaubriand	44
Figura 6: Câmpus do IFPR em Campo Largo	46
Figura 7: Câmpus do IFPR em Campo Largo	46
Figura 8: Projeto de estrutura do câmpus do IFPR em Campo Largo.....	47
Figura 9: Câmpus do IFPR em Capanema	48
Figura 10: Câmpus do IFPR em Cascavel.....	50
Figura 11: Câmpus do IFPR em Cascavel.....	51
Figura 12: Câmpus do IFPR em Curitiba	54
Figura 13: Câmpus do IFPR em Foz do Iguaçu	55
Figura 14: Câmpus do IFPR em Foz do Iguaçu	56
Figura 15: Câmpus do IFPR em Irati	58
Figura 16: Câmpus do IFPR em Irati	58
Figura 17: Câmpus do IFPR em Irati	59
Figura 18: Câmpus do IFPR em Ivaiporã.....	60
Figura 19: Projeto de estrutura do campus do IFPR em Ivaiporã	61
Figura 20: Câmpus do IFPR em Jacarezinho	62
Figura 21: Câmpus do IFPR em Jacarezinho	63
Figura 22: Câmpus do IFPR em Jacarezinho	63
Figura 23: Câmpus do IFPR em Jaguariaíva.....	65
Figura 24: Câmpus do IFPR em Londrina	66
Figura 25: Câmpus do IFPR em Londrina	67
Figura 26: Câmpus do IFPR em Londrina	67
Figura 27: Câmpus do IFPR em Londrina	67
Figura 28: Câmpus do IFPR em Palmas.....	71
Figura 29: Câmpus do IFPR em Palmas.....	71
Figura 30: Câmpus do IFPR em Paranaguá	73
Figura 31: Câmpus do IFPR em Paranaguá	74
Figura 32: Câmpus do IFPR em Paranaguá	74

Figura 33: Câmpus do IFPR em Paranaguá	74
Figura 34: Câmpus do IFPR em Paranavaí	76
Figura 35: Câmpus do IFPR em Paranavaí	77
Figura 36: Câmpus do IFPR em Paranavaí	77
Figura 37: Câmpus do IFPR em Paranavaí	78
Figura 38: Câmpus do IFPR em Pinhais	79
Figura 39: Câmpus do IFPR em Pitanga	81
Figura 40: Câmpus do IFPR em Telêmaco Borba.....	82
Figura 41: Câmpus do IFPR em Telêmaco Borba.....	83
Figura 42: Câmpus do IFPR em Umuarama	84
Figura 43: Câmpus do IFPR em Umuarama	85
Figura 44: Câmpus do IFPR em União da Vitória	86
Figura 45: Reitoria do IFPR	92

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE SIGLAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE FIGURAS	XVI
SUMÁRIO.....	XVIII
1 INTRODUÇÃO	1
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE	4
2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	4
2.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL E NO PARANÁ	17
3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL E NO PARANÁ	28
3.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	28
3.2 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)	32
3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS, FUNCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS DO IFPR.....	35
3.3.1 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no campus de Assis Chateaubriand	42
3.3.2 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no campus de Campo Largo.....	44
3.3.3 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no campus de Capanema.....	47

3.3.4 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Cascavel.....	49
3.3.5 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Colombo	51
3.3.6 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Curitiba	52
3.3.7 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Foz do Iguaçu	54
3.3.8 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Irati.....	56
3.3.9 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Ivaiporã	59
3.3.10 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Jacarezinho.....	61
3.3.11 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Jaguariaíva	63
3.3.12 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Londrina.....	65
3.3.13 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Palmas.....	68
3.3.14 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Paranguá.....	71
3.3.15 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Paranaíba.....	75
3.3.16 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Pinhais.....	78
3.3.17 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Pitanga	80
3.3.18 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Telêmaco Borba.....	81

3.3.19 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Umuarama.....	83
3.3.20 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de União da Vitória.....	85
3.3.21 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR nos campi avançados.....	87
3.3.22 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR na modalidade EAD	91
3.3.23 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos na Reitoria do IFPR	92
4 ASPECTOS EDUCACIONAIS, PROFISSIONALIZANTES E SOCIAIS DA JUVENTUDE NO ESTADO DO PARANÁ	94
4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO PARANÁ	94
4.2 ASPECTOS SOCIAIS DA JUVENTUDE NO PARANÁ	103
4.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS, PROFISSIONALIZANTES E LABORAIS PARA A JUVENTUDE: A “INCLUSÃO SOCIAL” E A “EMPREGABILIDADE”	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa foi possível por meio do vínculo, desde 2012, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), que vem desenvolvendo pesquisas voltadas para as políticas educacionais e sociais, com ênfase em políticas sociais no Brasil.

O contato inicial com o grupo ocorreu durante a graduação em Pedagogia, cursada nos anos de 2011 a 2014, por meio da professora Isaura Monica Souza Zanardini, a qual ministrava as aulas de Estado e Organização Escolar, que fez o convite para participar do projeto de extensão coordenado pelo professor João Batista Zanardini, denominado "Leitura imanente e crítica do livro *Um do Capital* de Karl Marx", no qual as discussões despertaram maior curiosidade para participar do GEPPE. A participação em reuniões, a integração no *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)*, no período de 2013 e 2014, bem como a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo o foco foi a profissionalização no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), acentuaram a inquietação com as políticas de profissionalização em articulação com as políticas sociais destinadas a juventude.

No ano de 2014 participei da seleção do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Nível de Mestrado (PPGE), pela mesma instituição, ingressando no ano de 2015. O projeto proposto apresentava a finalidade de analisar a articulação entre as políticas educacionais para o ensino médio e as políticas sociais para a juventude. Contudo, com o desenrolar da pesquisa, encontramos a necessidade de optarmos por uma instituição específica de oferta da educação profissional. Desta forma, designamos como um dos nossos elementos de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), pelo fato de compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que apesar de ter sido criado recentemente expandiu-se em 360%.

Já o foco na população jovem, é pelo fato de ser uma parcela da população que é afetada profundamente pelos fatores econômicos, bem como pelo desemprego no Brasil, e por estar recebendo maior atenção do poder público desde a década de 1990, primeiramente com a ampliação do acesso ao ensino fundamental e a partir do ano de 2004 evidencia-se a preocupação com questões vinculadas à juventude, como formação profissional e emprego. E nos deparamos com o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), o qual apresenta em seu Art. 2º, parágrafo único, que “A emancipação dos jovens a que se refere o inciso I do Caput refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do

jovem na vida em sociedade” para toda a população jovem de 15 a 29 anos, inclusive com os jovens privados de liberdade, pois, é dever do Estado zelar pelos direitos desses, com ampliação de políticas sociais de educação e trabalho, para sua inserção e reinserção social e laboral.

Nosso objetivo, portanto, é compreender as políticas educacionais de profissionalização no IFPR, em articulação com as políticas sociais para a juventude, verificando os argumentos econômicos e ideológicos como proposições prioritárias destas políticas.

Delimitamos como objetivos específicos os seguintes aspectos:

- a) Identificar e analisar as proposições da política de profissionalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- b) Identificar e analisar as proposições das Políticas Sociais para a Juventude.
- c) Analisar os conceitos “inserção social”, “empregabilidade”, trabalho, mercado de trabalho, formação educacional, formação/educação profissional, juventude e trabalhadores.

Para tanto, a metodologia se pauta em levantamentos de dados estatísticos, documentais e revisão bibliográfica, relacionados à juventude, educação e mercado de trabalho, nos anos de 2008 a 2016. Foram utilizadas as seguintes bases *On-line*: Ministério da Educação (MEC); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria de Estado da Educação - Estado do Paraná (SEED); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Para explicar os objetivos propostos, a estrutura do trabalho está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado *Políticas Educacionais de Profissionalização e Políticas Sociais para a Juventude*, nos deteremos à caracterização das políticas educacionais, nos aproximando das políticas de educação profissional, bem como à caracterização das políticas sociais para a juventude. No segundo capítulo *Aspectos Sobre a História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil e no Paraná*, discorreremos sobre

a história de criação da Rede Federal no Brasil e no Paraná, e apresentamos dados educacionais, funcionais e pedagógicos do IFPR em cada município do Estado. Já o terceiro capítulo *Aspectos Educacionais, Profissionalizantes e Sociais da Juventude no Estado do Paraná*, apresentamos dados socioeconômicos do Paraná e sua população jovem, é neste capítulo que desenvolvemos uma análise sobre as propostas de “inserção social” e “empregabilidade” nas políticas educacionais de profissionalização e sociais para a juventude.

Acreditamos que com esta pesquisa será possível verificar que as políticas sociais e educacionais são medidas sociais, econômicas e ideológicas, intrínsecas e essenciais para a expansão do sistema capitalista.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE

Para que possamos melhor compreender a relação entre as políticas educacionais de profissionalização e as políticas sociais para a juventude, faz-se necessário a caracterização de ambas. Neste capítulo, portanto, nos deteremos à caracterização das políticas educacionais, nos aproximando das políticas de educação profissional, bem como à caracterização das políticas sociais para a juventude. Para que isso fosse possível dividimos o capítulo em duas seções, a primeira intitulada *Políticas Educacionais de Profissionalização* e a segunda *Alguns Aspectos sobre as Políticas Sociais para a Juventude no Brasil*.

2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Para compreendermos a política educacional de profissionalização precisamos assimilar sua relação com o sistema político, social e economicamente vigente e o sujeito da classe trabalhadora.

O desenvolvimento das forças produtivas traz como resultado a pressão social exercida pela classe hegemônica e subalterna, sobre o Estado, por meio de reivindicações de melhorias de condições de trabalho, bem como condições de vida e favorecimentos para o setor mercadológico. Com isto, as políticas sociais expressam fortemente o resultado para tais reivindicações, podendo ser considerada como parte da riqueza produzida e acumulada socialmente, por meio da relação capital e trabalho, ou seja, “[...] a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social.” (FALEIROS, 1980, p. 59).

Deste modo, pode-se afirmar que as políticas sociais se dilatam conforme o movimento da história do sistema capitalista, adequando-se, moldando-se e focalizando de acordo com as exigências e necessidades de cada período. Conforme Faleiros (1980) “As medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas.” (FALEIROS, 1980, p. 55). Pois:

A reorganização das forças sociais, as mudanças na política internacional, as conquistas internacionais dos trabalhadores, as contradições internacionais, modificam a correlação de forças e as conjunturas para transformação e implantação das políticas sociais. Estas não são estáticas, mas tática e

estrategicamente utilizadas na dinâmica dos conflitos sociais. (FALEIROS, 1980, p. 71).

Assim, o desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo, consiste na mercantilização dos bens que proporcionam. Pois ao produzirem benefícios e serviços “[...] consome mercadorias, transforma-os em mercadorias, obriga à compra de mercadorias e coloca o homem como mercadoria.” (FALEIROS, 1980, p.61).

De acordo com Deitos (2010) as políticas públicas podem ser compreendidas como “[...] o resultado de mediações teórico-ideológicas e socioeconômicas e estão diretamente imbricadas no processo de produção social da riqueza e, conseqüentemente, de sua repartição e distribuição.” (DEITOS, 2010, p.209).

Sendo de importância estratégica, atualmente no capitalismo a política social transparece o “[...] papel que o Estado exerce para proteger, financiar e suportar o capitalismo monopolista, tanto nos países hegemônicos como nos países dependentes.” (FALEIROS, 1980, p. 9).

As políticas sociais, além de valorizarem o capital, “[...] interferem diretamente na valorização e na validação de força de trabalho como mercadoria especial, produtora de mais-valia.” (FALEIROS, 1980, p. 63).

Assim, conforme as proposições do Banco Mundial:

As políticas e programas públicos devem não só gerar crescimento, mas também assegurar que sejam compartilhados os benefícios do crescimento fomentado pelo mercado, particularmente por meio de investimentos em serviços básicos, de educação e saúde. Além disso, devem oferecer proteção contra a insegurança material e pessoal. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 4).

Vieira (2001) afirma que as políticas sociais se diferenciam do poder político, ou seja, conforme o autor, são estratégias governamentais intervindo nas relações de produção. Vieira (2001) ao se remeter a política econômica destaca que “A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico.” (VIEIRA, 2001, p.18). Assim, o autor considera a política educacional como uma política social e econômica, sendo que no Brasil e na América Latina identifica apenas a política econômica, devido ao

fato de que apenas os países altamente capitalizados vivenciaram o *Welfare State*, também conhecido como Estado Keynesiano ou Estado de Bem Estar Social¹.

A política social é apresentada muitas vezes como projetos de governos, levando a população a compreendê-la como um favor, sendo imperceptível que proporcionam direitos que deveriam ser garantidos, sem a necessidade de reivindicações da classe. Vieira (2001) define como setorizada, fragmentada e emergencial.

Conforme Faleiros (1980) aparentemente à população as medidas sociais passaram a ser humanizadas, por meio de discursos pretensamente preocupantes, característicos de uma realidade desumanizadora. (FALEIROS, 1980).

Essa ideologia da ‘humanização’ dos serviços se manifesta no discurso da ‘preocupação’ com os direitos humanos, com a valorização da pessoa, com a igualdade de oportunidades, com a melhoria da qualidade de vida, com a ‘dívida social’. (FALEIROS, 1980, p. 58).

É notável o impacto social e ideológico que as políticas sociais causam aos que se beneficiam ou não delas, ao serem consideradas como um benefício que parte de determinado partido governamental. Isto apenas reafirma cada vez mais, a alienação do trabalhador, pois este não se identifica como sujeito de direitos e adota este discurso da aparente bondade estatal.

O problema desta estratégia é que ela vem carregada com a ideologia da igualdade de oportunidades, ocultando as desigualdades sociais (FALEIROS, 1980). Assim,

[...] quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital. (FALEIROS, 1980, p. 57).

Apesar, portanto, de serem focalizadas, as políticas sociais atendem amplamente a classe trabalhadora, em condições “agradáveis” conforme se manifesta a luta de classes. (FALEIROS, 1980, p. 65).

¹ Posição analítica de Vieira (2001). O Estado de Bem Estar Social, foi uma fase do capitalismo na qual se ampliou os direitos sociais de renda, habitação, educação e saúde, passando a serem assegurados pelo Estado. Teve sua origem na Europa, pós Segunda Guerra Mundial na década de 1960, contudo entrou em crise na década de 1970. Pesquisadores relatam que no Brasil não ocorreu o Estado Keynesiano, devido às circunstâncias que envolveram a criação do mesmo, porém, realizou a ampliação de políticas sociais. Para melhor aprofundamento sobre a temática conferir Faleiros, O que é Política Social, 1991.

O que podemos notar é a contradição existente em diversos programas sociais, pois alguns cedem direitos e outros os retiram. (FALEIROS, 1980, p. 65). Deste modo, a política social realiza sua função fragmentando e separando a classe trabalhadora. (FALEIROS, 1980, p. 64).

Características de grande influência no desenvolvimento de políticas sociais, globalmente, são os empréstimos realizados pelos órgãos multilaterais e fundos de desenvolvimento.

Segundo Deitos (2000)

[...] no campo educacional, a maioria dos empréstimos do BID tem sido em ensino médio de nível técnico e superior. [...] como resultado da intensificação da educação de base geral, preconizada e renovada como instrumento para o desenvolvimento social e acesso ao processo de avanço tecnológico. (DEITOS, 2000, p. 158).

Ao tratarem da educação no Brasil, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)² e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³ se articulam desenvolvendo a seguinte proposição:

A estratégia seleciona uma prioridade setorial de longo prazo – educação básica – na assistência do BIRD. De acordo com essa estratégia o Banco e o governo formariam uma parceria para atingir o objetivo estipulado pelo governo de assegurar a conclusão universal da educação básica até 2007. Esta prioridade setorial proposta resulta da compreensão – amplamente partilhada pelas autoridades – de que o progresso na educação é um requisito central para sustentar o crescimento a longo prazo assim como para aliviar a pobreza e reduzir a desigualdade de renda. (BANCO MUNDIAL, 1998, p. 95 apud DEITOS, 2000, p. 161).

E em relação à concessão de empréstimos:

[...] o BID, de acordo com seus instrumentos normativos, oriundos do Convênio Constitutivo, Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos, Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos e deliberações das Assembléias de Governadores, normatiza uma série de políticas básicas e procedimentos, que se configuram nas condicionalidades para a concessão de empréstimos. (DEITOS, 2000, p. 163).

² “O BIRD é a instituição financeira do Banco Mundial que proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito.” (MEC, 2016).

³ O BID é uma instituição que disponibiliza empréstimos para América Latina e o Caribe, para redução da pobreza. (BID, 2016).

Ou seja, além de financeiramente o Banco Mundial intervém ideologicamente, acompanhando a implementação de projetos e políticas. Sendo que:

O Banco acompanha intensivamente o desenvolvimento de cada projeto, e para efetuar o desembolso referente a um projeto, o Banco exige do mutuário um cronograma de despesas devidamente documentado, em que constituirá parte do Contrato de Empréstimo. Exige também, relatórios periódicos, declarações financeiras e avaliações dos resultados do projeto. Os representantes do BID fazem sua avaliação e acompanhamento, supervisionando os projetos periodicamente na sede onde eles são executados. (DEITOS, 2000, p.165).

Faleiros (2009) ressalta a dualidade das políticas sociais. Pois no plano real, as políticas sociais favorecem tanto trabalhadores quanto capitalistas, direta ou indiretamente. Ou seja, mascaradamente, apresentam-se como medidas para o bem-estar social, fortalecendo a reprodução da força de trabalho. Essas políticas são reflexo fiel do receituário liberal. O autor ainda afirma:

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. (FALEIROS, 2009, p. 46).

Na concepção liberal o Estado age como um árbitro neutro favorecendo aos necessitados e proporcionando o equilíbrio social e econômico do mercado. Romanticamente, o Estado protege aos mais fracos, agindo como porta-voz da sociedade civil, por meio da compensação de fraquezas e pela introdução dos direitos sociais. (FALEIROS, 2009).

Com esta concepção de Estado, vê-se evidente, por meio de programas sociais e diversas outras medidas governamentais, a incorporação dos princípios do liberalismo; Igualdade, Liberdade, Individualidade, Propriedade e Democracia.

Faleiros (2009) em contraposição às ideias liberais concebe o Estado como uma relação social, afirmando:

O Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes para realizar seus interesses. O Estado é uma relação social. [...] O Estado é, ao mesmo tempo, lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como o interesse geral. (FALEIROS, 2009, p. 52).

Assim, o Estado é condensador, mediador das relações sociais, integrando, dominando, aceitando, transformando e estimulando os interesses da classe subalterna. (FALEIROS, 2009).

Ainda conforme Faleiros (2009) “[...] torna-se claro que as funções históricas do Estado não estão originalmente nele contidas, mas deve ser o resultado de crises de produção social, mediatizadas por lutas de classes e conflitos entre as frações de classe dominante” (p.65).

É perceptível o interesse do Estado na educação quando Faleiros (2009) destaca que o que ocorre na educação infantil, a qual apresenta-se como direito tanto da criança quanto da mãe, é a manutenção e formação de mão de obra futura para alimentação da reserva de trabalhadores.

No sistema capitalista o Estado é essencial, por este motivo se sustenta a defesa da reinvenção ou reforma do Estado, vindo a responder às mudanças do mercado e demandas sociais. (CARVALHO, 2009).

Podemos, portanto, perceber que no Brasil as ideias liberais vêm tomando forma e se destacando de maneira mais intensa após o longo período ditatorial vivenciado no país. A mudança inicia-se com a Constituição Federal de 1988 e no decorrer dos anos de 1990 com reformas e investimentos no campo educacional, bem como acesso facilitado a outros bens. São medidas paliativas e precárias que realçam a característica humana do capitalismo, e escondem sua perversidade, característica inerente ao sistema, que sobrevive por meio das contradições.

A intervenção do “Estado consiste na implantação de assistência, de previdência social, de prestação de serviços, de proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios.” (FALEIROS, 1980, p. 56).

O Estado capitalista

[...] realiza os ‘interesses gerais do capital’, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromissos entre as distintas frações da burguesia [...] entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais. (FALEIROS, 1980, p. 59).

Este Estado possibilita a manutenção de condições para a reprodução do capital e da produção, do sistema de acumulação capitalista. (FALEIROS, 1980, p. 59).

Consequentemente para o Banco Mundial

Um Estado eficiente é vital para a provisão dos bens e serviços – bem como das normas e instituições – que permitem que os mercados floresçam e que as pessoas tenham uma vida mais saudável e feliz. Sem isso, é impossível o desenvolvimento sustentável, tanto econômico como social. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 1).

Ou seja, para a manutenção e reprodução do sistema capitalista, órgãos do Estado o veem como “[...] essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador.” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 1).

Ainda no Relatório do Banco Mundial, podemos encontrar a seguinte afirmação:

Para que o desenvolvimento seja estável e sustentável, o Estado tem de estar atento para os fundamentos sociais. Em geral a ilegalidade relaciona-se com um senso com marginalização: na verdade, pode parecer que somente infringindo a lei é que os marginalizados podem fazer-se ouvir. Embora as políticas públicas possam assegurar que o crescimento seja compartilhado e que contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade, isso somente acontecerá se os governos colocarem os fundamentos sociais no topo da lista de prioridades. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 4).

A produção que se dá no capitalismo, não é para o próprio consumo do capitalista, tampouco para satisfazer necessidades humanas, mas, para a transação, sendo necessário para que incorporem valor, e incorporem valor também, ao capital na força de trabalho. Pois “[...] a reprodução da força de trabalho deve ser feita com um valor inferior ao produto, utilizando-se o valor de uso dessa mesma força.” (FALEIROS, 1980, p. 64).

A produção, portanto, contém um corpo social (MARX, 1987), no qual sua base é a classe trabalhadora, deste modo, há a necessidade de conservação e reprodução da força de trabalho para a manutenção do atual sistema produtivo.

Deste modo, o *turn-over*⁴, ocorre pela harmonização entre duas realidades:

[...] de um lado, os técnicos cursando escolas de nível superior e trabalho em outras firmas, no nível pretendido, devido à impossibilidade de ascensão dentro da própria empresa: de outro lado, a empresa necessitando para continuar a ser o que é, de conter as demandas de ascensão interna, impossíveis de serem atendidas dentro dos parâmetros existentes de eficiência organizacional. (CUNHA, 1979, p. 250).

Para tanto, são necessários alguns fatores para que isto seja assegurado, conforme Althusser (1998) a reprodução da força de trabalho se realiza por meio do salário, considerado

⁴O termo *Turn-over* é uma palavra inglesa que significa mudar de posição. Nas relações de trabalho o termo é utilizado para se referir a rotatividade ou troca de funcionários.

“capital mão-de-obra”, o qual representa “[...] parte do valor produzido, gasto da força de trabalho” sendo definido não apenas pelas necessidades biológicas, mas também históricas, pois resulta da travada luta de classes. (ALTHUSSER, 1998, p. 56-57).

O salário, essência do trabalho livre na sociedade capitalista, é o elemento que mantém o trabalhador vivo para a exploração. De forma semelhante, sobreveio em organizações sociais passadas, pois “O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos uma quantia de alimentos que lhes permite existirem como escravo, servo, operário assalariado.” (MARX, 1987, p. 6).

Deste modo:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendido se não quando se conhece a forma superior. (MARX, 1987, p. 20).

Também se faz necessária a compreensão da relação estabelecida entre três elementos, trabalho, produção e consumo que se realiza de modo estreito:

A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. [Primeiro]: o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados, e gastos, parte dos quais (como na combustão, por exemplo) dissolve-se de novo nos elementos universais. (MARX, 1987, p. 8).

Deste modo, Marx (1987) afirma que o consumo, produz de dupla maneira a produção: criando novas necessidades de consumo e criando impulso de produção. Assim, a relação entre consumo e produção “[...] cada um, ao realizar-se, cria o outro”. (MARX, 1987, p. 11). Sendo, o consumo um momento da produção.

O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. É claro que, por exemplo, na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isto é igualmente válido para qualquer outro tipo de consumo, que, de um modo ou de outro, produza o homem. [...] A produção é, pois, imediatamente o consumo; o consumo é imediatamente a produção. (MARX, 1987, p. 9).

Neste círculo o trabalhador produz e produz-se, acompanhando o desenvolvimento industrial, desencadeando a necessidade de profissionalização, a reprodução de mão de obra qualificada, a qual segundo Althusser (1998):

Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a dar-se não mais no ‘local de trabalho’ (a aprendizagem na própria produção) porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições. (ALTHUSSER, 1998, p.57).

Podemos, assim, observar também em Gramsci:

O operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais. [...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora. (GRAMSCI, 2004, p.18).

Para Althusser (1998) a reprodução da força de trabalho exige reprodução da qualificação, bem como reprodução de submissão à ideologia hegemônica. Independente do aparelho ideológico do Estado⁵, todos possuem a mesma finalidade: reproduzir a relação de produção. Em relação ao AIE escolar:

Acreditamos, portanto, poder apresentar a Tese seguinte, com todos os riscos que isto comporta. Afirmamos que o aparelho ideológico do Estado que assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o *aparelho ideológico escolar*. (ALTHUSSER, 1998, p.77)

Contudo, conforme Althusser (1998), além de assegurar a força de trabalho, por meio do salário, a mão de obra deve estar apta para que o sistema de produção possa utilizar-se dela.

Compreende-se, portanto, a necessidade da formação para o mundo do trabalho, sendo preciso a formação em sua totalidade, para que haja a emancipação destes jovens

⁵A análise de Althusser (1998), leva a compreender que o Estado ou o *aparelho de Estado*, concebendo-o conforme o seu caráter classista, que assegura a dominação da classe superior sobre a inferior, sendo repressivo, por meio de forças armadas, que trabalham pela violência, e não repressivo fisicamente, o qual não se utiliza de forças armadas, mas por meio da ideologia. Sendo aparelhos ideológicos do Estado (AIE), não repressivos, elencados por Althusser (1998) como AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE de informação e AIE cultural.

trabalhadores, os mais impactados pelo desenvolvimento das políticas de educação profissional.

Assim, um dos elementos adquiridos pela luta, que ao longo do tempo se tornou necessária para a classe trabalhadora, é a educação. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico e a reprodução do capitalismo, passou a exigir um modelo padrão de trabalhador dotado de um conhecimento mínimo. Pois o capitalismo traz em si a necessidade de sua sobrevivência, que seja livre para vender a força de trabalho, para assim se efetivar a exploração na relação capital e trabalho. Por este motivo, o salário será correspondente à manutenção da vida do trabalhador e seu cargo conforme sua profissionalização que pode ser financiada pelo mesmo Estado que expressa um duplo caráter.

Segundo Cunha (1979) é possível observar a distinção social por meio de dois processos, dentro e fora do sistema de ensino. O primeiro pode ser observado na distribuição de oportunidades de escolarização em diversas regiões do Brasil, sendo que a classe que possui menores condições financeiras, dos trabalhadores, possui maior dificuldade para ter acesso e frequência a uma educação de qualidade. Deste modo, o outro, é eminente das condições materiais, pois, por mais que se oportunize um bom sistema educativo, o desempenho sofre influências externas, como alimentação, falta de estimulação dos sentidos, e carência do desenvolvimento de um vocabulário oficial-escolar.

Sendo preciso compreender que a educação profissional no Brasil atua como, e é parte integrante da política social, e na materialidade histórica, as políticas sociais foram criadas como parte do processo social contraditório, resultado das forças produtivas e sociais em jogo. Portanto, neste processo, a política social brasileira assume características de assistência “[...] às categorias que seriam mais frágeis individualmente” (FALEIROS, 1991), em relação à moradia, à educação, na saúde, na relação de patrões e assalariados, acesso à cultura e lazer.

Tendo o trabalho como ato essencial da vida humana, compreendendo que o desenvolvimento tecnológico também o define e influencia, as políticas de educação profissional, passaram a ser importantes no mundo do trabalho, tanto para trabalhadores quanto para capitalistas.

Deste modo, segundo Cunha (1979)

A política educacional, pelo exposto, não é nem contingente, resultado de erros de avaliação ou distorções de programação, nem produto das carências da educação brasileira medidos pela comparação com o modelo idealizado. Ao contrário, ela é necessária, pois sua implementação permitiria ao Estado

a realização de sua política econômica que é dimensão dominante de sua Política. (CUNHA, 1979, p. 247).

Na política de educação profissional vemos o caráter de Estado liberal mais intensificado. Pois, conforme o desenvolvimento tecnológico e caráter de cada sociedade, exige-se um perfil de profissional, que por sua vez passa por uma profissionalização para exercer sua função. Ou seja, ao se unir educação e trabalho, aumenta-se cada vez mais o exército industrial de reserva, resultando no processo contraditório de valor de produtividade (do produto final em si) maior que o valor da força de trabalho, pela concorrência entre os trabalhadores.

Esta concorrência leva à fragmentação da classe trabalhadora, esse é um objetivo irrevelado da política social/educacional, pois apresenta-se como mantenedora da paz por meio da estimulação da produção e do consumo. (FALEIROS, 2009).

As políticas de educação profissional, buscam a consideração do homem em sua totalidade histórica, conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, o currículo deve ser elaborado de modo a atender os objetivos de cada curso, atualizando-o se necessário, e articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura (SEED, 2013).

Deste modo Franco (2008), destaca que o ideal seria a criação de um currículo emancipatório proporcionando aos seus alunos uma concepção:

[...] ampliada do mundo e uma preparação intelectual e profissional para atuar e obter meios de vida, mesmo em um mundo onde cresce o desemprego, a desregulamentação das relações de trabalho, o empobrecimento generalizado de grandes massas da população. (FRANCO, 2008, p.54).

Tendo a educação concebida inicialmente como prioridade de dirigentes, do mesmo modo tornou-se necessidade para a classe trabalhadora. A educação “Por ter em sua gênese esse corte de classe e não da totalidade social, a escola tende a descolar-se da sociedade, ao mesmo tempo em que reflete suas contradições.” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1059).

No caso do Brasil, é expressão da correlação de forças a sujeição dos filhos da classe trabalhadora na busca de se inserir no mundo de trabalho antes mesmo dos 18 anos de idade, devido à premência de suprir necessidades familiares, sujeitando-se a baixa escolarização e exercício de funções sem qualificação. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Sendo que o sujeito da classe trabalhadora “[...] não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer, é constringido ao trabalho assalariado pela distribuição social.” (MARX, 1987, p. 13).

É preciso, portanto, recorrer a Marx (1987) quando afirma:

[...] não há produção possível sem um instrumento de produção; seja este instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja este trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. (MARX, 1987, p. 5).

A ideia é de que por meio da formação politécnica se alcançasse a formação intelectual, física e tecnológica, ou seja, objetivando a formação humana integral, assim a educação para o corpo possibilitaria a amenização de problemas de saúde que poderiam ser causados pelo trabalho. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1061).

Deste modo:

[...] a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta. Ou seja, o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade. A escola elementar não precisa, então, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos, também instrumentais, para a sua inserção efetiva na própria sociedade. Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 160).

Para tanto, faz-se necessária a formação de força de trabalho por meio do sistema educacional classista, separando o trabalho intelectual do trabalho manual, não ocorrendo “[...] de forma mecânica, mas em uma relação dialética em razão das forças que estão em disputa e que, em alguma medida, freiam parte da ganância do capital.” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1059). Sendo assim, não é a qualificação que há de definir a profissão ou cargo profissional e sim o próprio sistema.

Um mecanismo que age na multiplicação e expansão dessas condições, econômicas e sociais, são as políticas educacionais, pois voltam-se para a formação do trabalhador, sendo necessário “[...] apenas reproduzir essas condições, e gerar ideologicamente adequações que possibilitem um processo de contenção de oportunidades sociais e de discriminação.” (DEITOS, 2000, p. 93).

Ao nos referirmos às políticas educacionais, pode-se justificar como um argumento das reformas a “[...] inadequação da educação e profissionalização existente no país e nos Estados” (DEITOS, 2000, p. 89), promovendo uma educação que atenda às exigências para “inclusão” social.

O mito da educação para a ascensão econômica traz também o discurso da competitividade, que proporciona a empregabilidade, característica liberal que reforça a questão da meritocracia, sendo necessário que quem não possui as capacidades, exigências criadas pelo sistema “[...] deverão retornar para o limbo da ‘purificação’ educacional. Pois, para os ‘brutos’, resta o caminho da busca da sensibilidade, da criatividade e da competitividade...” (DEITOS, 2000, p. 110).

Conforme Faleiros (1980) algumas políticas sociais, de educação, saúde e habitação, realçam a valorização da força de trabalho, proporcionando mercadorias para a reprodução desta.

A reprodução da força de trabalho cria o chamado exército industrial de reserva (estoque disponível da força de trabalho), o qual se reforça em períodos de crise e “[...] pode ser absorvido nos períodos de expansão do capital, na medida em que haja acumulação.” (FALEIROS, 1980, p. 63-64).

Compreendendo assim, conforme Faleiros (1980) três domínios principais:

1) a manutenção da capacidade de trabalho, principalmente pelo salário, para repor as energias gastas pelo trabalhador no processo de trabalho; 2) a restauração dessa capacidade, a sua reabilitação por meio de salários indiretos, serviços, prestações e manutenção de sua reserva; 3) reprodução de novos trabalhadores. (FALEIROS, 1980, p. 67).

Assim, ainda conforme Deitos (2010), as políticas educacionais são “[...] a articulação e o jogo contraditório que exprimem a luta de classes e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social.” (DEITOS, 2010, p. 210).

[...] um exame mais de perto indica que a preocupação principal não é com a educação propriamente dita, mas antes e sobretudo, com a sua capacidade de produzir ‘disposições ideológicas’ capazes de operar o problema (não solucionado pelo neoliberalismo) da inserção dos jovens e desempregados no mercado de trabalho (em uma perspectiva microeconômica), e o da integração dos países e regiões em desenvolvimento à globalização (em uma perspectiva macroeconômica). A motivação comum que orienta essas ‘disposições’ é a estabilidade política. (LEHER, 1998, p. 259 apud DEITOS, 2000, p. 88-89).

O problema está no fato de que a profissionalização de adolescentes e jovens, no atual período de crise capitalista, ocorre fortemente na promessa da empregabilidade, apesar de sabermos que muitos ainda estão e permanecerão no desemprego.

Deste modo:

A onda de adolescentes arma-se num tempo de poucas oportunidades de trabalho e grande competitividade pelas ofertas existente. Os dois fatos somados – escassez de emprego e aumento de jovens – respondem pela expressiva diminuição, na população de adolescentes, dos que já fazem parte da população economicamente ativa. E este é um fator para que essa população permaneça mais tempo na escola, buscando melhor formação para entrar mais bem qualificada na disputa por um lugar no mercado de trabalho. (BERGER FILHO, 1999, p. 198 apud DEITOS, 2000, p. 109).

Portanto, ao abordarmos políticas educacionais, estamos vinculados à discussão das políticas sociais para a juventude. Assim, faz-se necessário ressaltar que a preocupação voltada aos jovens brasileiros ganha destaque a partir de 1990, quando organizações filantrópicas e organizações não governamentais, passam a observar questões sobre a juventude de um modo diferenciado.

2.2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL E NO PARANÁ

Ao nos remetermos à juventude, nos amparamos pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, a qual estabelece o Estatuto da Juventude, a faixa etária especificada de 15 a 29 anos de idade. No Brasil, o montante de jovens corresponde a 27% da população, sendo o equivalente a 52.237.849 habitantes (AGENDA PÚBLICA, 2015).

Em relação ao trabalho e educação entre os jovens brasileiros, nos deparamos com as seguintes estatísticas: “40% trabalham e não estudam; 14% dos jovens trabalham e estudam; 8% estão desempregados e estudam; 12% estão desempregados e não estudam; 15% não têm idade para trabalhar e estudam; 11% não têm idade para trabalhar e não estudam” (AGENDA PÚBLICA, 2015, p. 20).

Deste modo, o desemprego dos jovens brasileiros pode ser sistematizado conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Taxa de desemprego de jovens de 14 a 29 anos, segundo sexo e cor/raça de 2009 e 2013 (Total Metropolitano)

Faixa etária	Mulheres negras	Mulheres não negras	Homens negros	Homens não negros	Total
2009					
14 a 17 anos	54,1	48,1	41,3	35,5	44,4
18 a 24 anos	32,5	24,4	23	19,3	24,5
25 a 29 anos	21,5	15,5	13	10,2	14,6
Total	30	22,3	20,8	16,7	22,1
2013					
14 a 17 anos	50,3	43	35,7	33,7	40,3
18 a 24 anos	25,6	19,1	18,6	15,7	19,7
25 a 29 anos	15,8	11,4	10,6	8,3	11,4
Total	23,8	17,8	17,1	14	18

Fonte: DIEESE (2015, p.18).

A preocupação das demandas dos jovens no Brasil se intensificou a partir do ano de 2005 com a implementação da Política Nacional da Juventude (PNJ). Entre os programas e ações desenvolvidas pela PNJ, destacam-se os programas, Juventude Viva, que volta-se para o combate da violência para com os jovens negros, programa Estação Juventude, o qual amplia o acesso às políticas e programas aos jovens de 15 a 29, mais especificamente aos jovens com situação de vulnerabilidade, Observatório Participativo da Juventude, que é um espaço virtual voltado para divulgação e estudo das políticas para juventude, Programa Juventude Rural, visa promover trocas de experiências e acesso a tecnologias sociais para a estimulação da produção de renda agrícola e não agrícola, e agroecológica para que seja possível a permanência dos jovens no âmbito rural. (SNJ, 2013).

A limitação de ação política voltada para a juventude condicionou movimentos sociais e organizações não governamentais em ações autônomas, de cunho local. Essas ações foram muito importantes para os municípios, pois a maioria dos programas incorporados pelo governo, outrora foram experimentados pela sociedade por meio de organizações não governamentais e empresariais. (SPOSITO, 2003).

Apesar da expansão das políticas sociais para a juventude ocorrerem efetivamente a partir da criação da PNJ em 2005, os problemas do campo da juventude começaram a fazer parte da preocupação social a partir de 1990. Os jovens em situação de risco, passaram a ser o foco de organizações filantrópicas e de organizações não governamentais.

Progressivamente, a juventude deixou de ser entendida apenas como a fase de transição entre a adolescência e a vida adulta ou como um problema social ameaçador para a sociedade. Vários fatores contaram para o reconhecimento da 'juventude como sujeito de direitos' que demanda 'políticas públicas' específicas. (SNJ, 2013, p. 9)

Ou seja, o jovem brasileiro passou a ter vários olhares voltados para si. A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2005, foi resultado da união de 19 ministérios para realização de um diagnóstico da juventude, levantando programas para estes e elencando nove desafios frente a situação socioeconômica dos jovens brasileiros. Sendo os seguintes:

- ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- erradicar o analfabetismo;
- preparar para o mundo do trabalho;
- gerar trabalho e renda;
- promover uma vida saudável;
- democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- estimular a cidadania e a participação social; e
- melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais. (Brasília, 2006, p. 8).

Segundo a Secretaria Nacional de Governo (2016), desde 2005 a PNJ é coordenada pela Secretaria Nacional da Juventude juntamente com a Secretaria- Geral da Presidência da República, a fim de desenvolver mecanismos para a garantia da participação da juventude no desenvolvimento do Brasil. Assim, conceituam a juventude além de uma fase de transição, demonstrando preocupação com os direitos e políticas focalizadas, para assim atender as principais necessidades dos jovens brasileiros.

Neste mesmo ano temos a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), por meio da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, tendo a função de “formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais” (SECRETARIA DE GOVERNO, 2016).

Segundo a Secretaria de Governo (2016) o Conjuve é composto de 60 membros, dos quais 20 são do governo federal e os demais da sociedade civil.

A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para que a política juvenil se transforme, de

fato, no Brasil, em uma política de Estado. Já a parcela da sociedade civil, que é maioria no Conjuve, reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os integrantes do Conselho vão desde membros do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas; de jovens trabalhadores rurais e urbanos a negros, indígenas e quilombolas; de jovens mulheres a jovens empreendedores; de representantes do hip hop a integrantes de organizações religiosas, entre outros. (SECRETARIA DE GOVERNO, 2016).

A Secretaria Nacional da Juventude (2013) descreve para população jovem demandas específicas e demandas comuns. As demandas comuns referem-se à educação, ao emprego e combate à violência.

Contudo, a problemática mais contundente encontra-se no campo do trabalho, pois “[...] embora seja condição necessária, o crescimento econômico não resolve inteiramente o problema do desemprego entre os jovens, particularmente aqueles de mais baixa renda e baixa escolaridade...” (SNJ, 2013, p.13). E pelo fato de que "As oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando-lhes o desenvolvimento profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho." (SNJ, 2013, p.13).

Para tanto as políticas sociais focalizadas para a juventude, desenvolvidas pelo estado brasileiro, voltam-se para garantir o acesso e a permanência dos jovens no sistema escolar, bem como para ampliar o acesso à inserção produtiva e social. (SNJ, 2013).

A Secretaria Nacional da Juventude (2013) apresenta como programas que beneficiam os jovens indiretamente os seguintes: "ProUni, Pronatec, Expansão e interiorização da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os pontos de Cultura, Minha Casa Minha Vida" (SNJ, 2013, p. 13). Destacam-se também os programas como "Bolsa Atleta, Brasil Alfabetizado, Crédito Fundiário/ Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem e Projovem"(SNJ, 2013, p.13), que procuram atender uma determinada faixa etária. As políticas, assim desenvolvidas pela SNJ, buscam resolver problemáticas da juventude em diversos aspectos e condições. Contudo, como já destacamos, estes programas visam responder mais uma questão econômica do que social e dos anseios dos jovens brasileiros.

A SNJ vem desenvolvendo políticas públicas para a juventude em âmbito federal, apresentando como seus objetivos:

1. Políticas Públicas de Juventude como Política de Estado

2. Participação para Fortalecimento da Política Nacional De Juventude
3. Políticas Públicas de Juventude fazendo diferença para a juventude brasileira. (SNJ, 2013, p.13).

Anterior a esta abrangência das políticas públicas atuais, o foco foi voltado para jovens de até 18 anos, e para os acima desta faixa etária, as políticas aplicadas eram as mesmas para população em seu todo, e as políticas focalizadas eram específicas aos jovens com risco social, apresentando um cunho emergencial. (BRASÍLIA, 2006).

Quando recorremos à SNJ (2016), em relação aos atuais programas e projetos que voltam-se direta ou indiretamente para os jovens, encontramos os seguintes: ID Jovem, que proporciona o acesso a meia entrada de jovens em eventos culturais e esportivos, e vagas para jovens com baixa renda ao transporte coletivo interestadual, sendo possível emitir o documento de forma virtual. Programa Estação, Plano Juventude Viva, Participatório da Juventude, Juventude Rural, os quais já citamos anteriormente, Vale- Cultura, que é disponibilizado aos trabalhadores de até cinco salários mínimos e concedido pelo empregador, sendo possível com ele comprar ingressos para teatro, cinema, museus, bem como outros instrumentos midiáticos culturais e pagamento de cursos, os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que são espaços para cultura e esporte, para formação profissional, serviços assistenciais, de prevenção de violência e para inclusão digital, as Cotas para Ensino Superior, sendo que 25% das vagas de Universidades e Institutos Federais serão destinadas aos alunos de escolas públicas, o Idiomas Sem Fronteiras, para o acesso a outras universidades do exterior voltadas ao ensino de Línguas Estrangeiras, o Ciência sem Fronteiras, semelhante ao anterior, proporciona intercâmbios para a expansão de ciência e tecnologia, o Sistema de Seleção Unificado (SISU), um sistema do MEC para a reserva de vagas em universidades para os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Programa Mais Educação, que é voltado para a educação integral, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o qual é destinado ao financiamento de graduação aos alunos matriculados em universidades privadas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que tem a finalidade de conceder bolsas integrais ou parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior particulares, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), para ampliação ao acesso à educação profissional tecnológica e emprego, o Projeto Rondon, que é de integração social com participação voluntária de estudantes para contribuir no desenvolvimento de comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Pronacamp, que direciona suas ações a melhoria do ensino englobando a formação de professores, confecção de materiais didáticos e melhoria

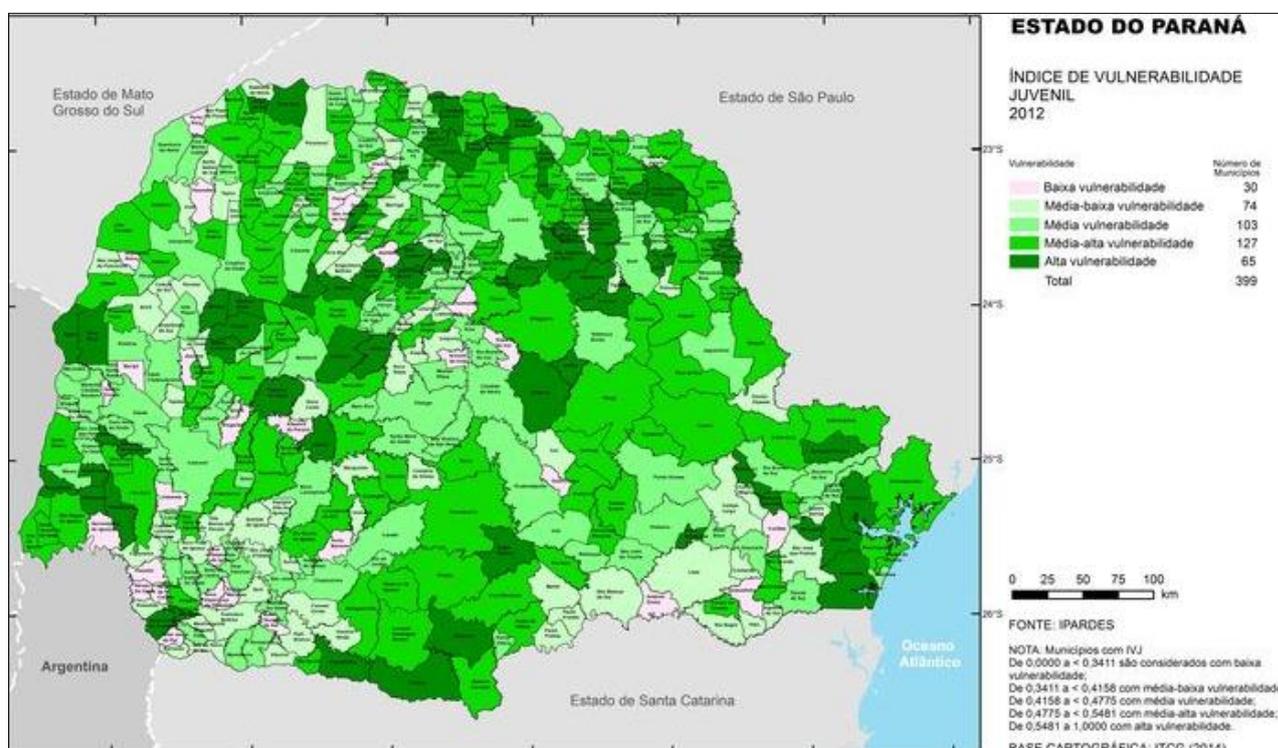
de infraestruturas, o Pronaf, para jovens de 16 a 29 anos possibilitando o crédito rural, o Projovem Urbano, que objetiva aumentar a escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, que não tenham concluído o ensino fundamental por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e o Projovem Trabalhador, que visa propiciar condições de inserção no mercado de trabalho para os jovens de 18 a 29 anos e desempregados.

No Estado do Paraná, podemos destacar ações do próprio governo como da SEDS e SUAS. Sendo sete, Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), Programa Rede Jovem (PRJ), Sucessão Rural, Projeto Grêmios Paraná, Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania (UPS-Cidadania), Geração Atitude e Centros da Juventude.

A pesquisa do IVJ, tem o objetivo de diagnosticar os jovens paranaenses, de 15 a 29 anos, em situação vulnerável, ou seja, em condições de risco em relação à saúde, segurança, trabalho e educação, para o desenvolvimento de políticas públicas conforme as necessidades do Estado. (PARANÁ, 2016).

A seguir nas próximas três figuras apresentamos os resultados do IVJ, dos anos de 2012, 2013 e 2014.

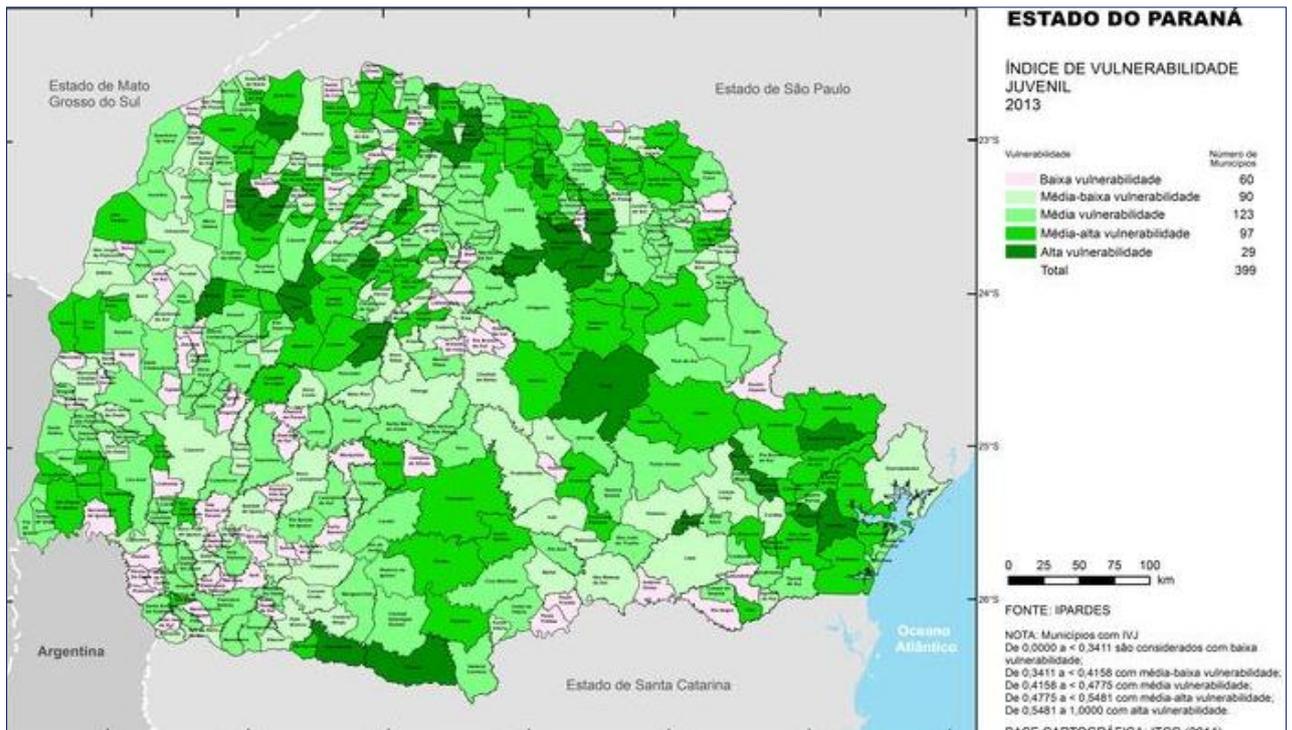
Figura 1: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2012)



Fonte: Paraná, 2016. Disponível em:

<<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

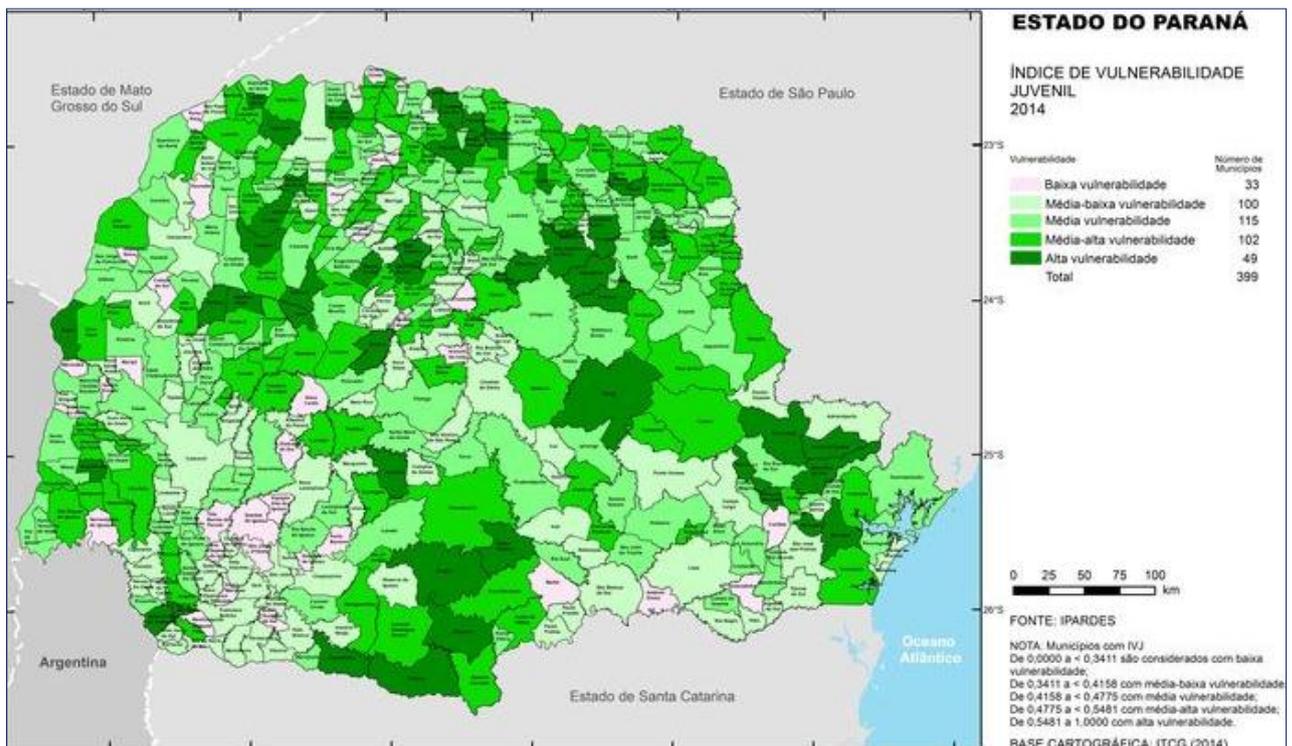
Figura 2: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2013)



Fonte: Paraná, 2016. Disponível em:

<<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

Figura 3: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2014)



Fonte: Paraná, 2016. Disponível em:

<<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

Com a observação destas três imagens podemos notar as oscilações do IVJ no Paraná, o que nos possibilitou desenvolver o Quadro 1, com o IVJ, nas cidades com a existência do Câmpus do IFPR, e o resultado foi o seguinte:

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Jovem nas Cidades com Câmpus do IFPR, nos anos de 2012, 2013 e 2014

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JOVEM NAS CIDADES COM CÂMPUS DO IFPR, NOS ANOS DE 2012, 2013 e 2014			
CIDADE	IVJ 2012	IVJ 2013	IVJ 2014
Assis Chateaubriand	0,4747	0,4691	0,4571
Astorga	0,4574	0,4146	0,4429
Barracão	0,3988	0,3944	0,3927
Campo Largo	0,3938	0,4082	0,3382
Capanema	0,3988	0,3766	0,3324
Cascavel	0,4246	0,4158	0,3679
Colombo	0,4686	0,5391	0,4928
Coronel Vivida	0,3872	0,3766	0,4196
Curitiba	0,3356	0,4080	0,3100
Foz do Iguaçu	0,4796	0,4448	0,4236
Goioerê	0,5527	0,4725	0,5283
Irati	0,4338	0,4054	0,3967
Ivaiporã	0,4112	0,3853	0,3856
Jacarezinho	0,5119	0,4930	0,4642
Jaguariaíva	0,4317	0,4682	0,4161
Londrina	0,4686	0,4585	0,4071
Palmas	0,6297	0,6105	0,5897
Paranaguá	0,4816	0,4814	0,4459
Paranavaí	0,3828	0,3627	0,3535
Pinhais	0,4444	0,4942	0,4150
Pitanga	0,4581	0,3858	0,4043
Quedas do Iguaçu	0,3940	0,3465	0,2977
Telêmaco Borba	0,4762	0,5358	0,4630
Umuarama	0,4206	0,3898	0,3568
União da Vitória	0,5048	0,4739	0,4696

Fonte: Paraná, 2016. Disponível em

<<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

Outro programa do governo do Paraná é o PRJ, voltado para os jovens de alta vulnerabilidade social a fim de garantir acesso a políticas de saúde, segurança, trabalho e educação. Sua finalidade é desenvolver uma base de dados que demonstre as condições dos jovens paranaenses, utilizando-se do IVJ, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Plano de Metas do Governo (SAPM), Business Intelligence (BI's), e atuação do Comitê Intergestor mediando o programa, realizando uma análise de medidas já implementadas no Paraná. (PARANÁ, 2016).

O programa Sucessão Rural, possibilita a transferência de patrimônio, no que tange a produção agrícola, o qual tende a fortalecer os trabalhadores rurais, e permitir melhores condições para a permanência do jovem no campo. (PARANÁ, 2016).

O Projeto Grêmios Paraná, visa estimular o exercício dos jovens na cidadania, servindo também de apoio à gestão escolar. O Grêmio tem o objetivo de representar os interesses dos estudantes, permitindo discussões entre os alunos e fortalecimento de ações na comunidade escolar, muito importante para o desenvolvimento cultural, educacional e esportivo dos jovens. (PARANÁ, 2016).

O UPS Cidadania tem a finalidade de desenvolver ações e políticas públicas para a contribuição do desenvolvimento socioeconômico de comunidades com incidência de vulnerabilidade social, coordenado pela Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos em união com entidades do âmbito municipal, estadual e federal, e a sociedade civil, a fim de fazer um levantamento sobre demandas locais, realização de atividades educacionais e de conscientização, oportunizar inserção no mercado de trabalho, e realizar a estimulação do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. (PARANÁ, 2016).

Outro projeto é o Geração Atitude, articulado ao Movimento Paraná Sem Corrupção e em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, Assembleia Legislativa do Paraná, Tribunal de Justiça do Paraná e Assessoria Especial da Juventude do Governo do Estado, a fim de desenvolver um projeto de cunho cidadão para estudantes do Ensino Médio no Paraná. (PARANÁ, 2016).

Por fim, o Centro da Juventude é um espaço desenvolvido para os adolescentes e jovens, ofertando atividades de lazer, esportivas, culturais e de qualificação profissional em tempo integral, um o programa baseado na cidadania, convivência e formação. (PARANÁ, 2016).

Desta forma, os debates envolvendo a juventude são desenvolvidos em torno do controle social e formação de mão-de-obra, com justificativas que os identificam como sujeitos de direitos. (SPOSITO, 2003).

Ao recorreremos à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (2004), a mesma destaca quatro objetivos interligados das políticas públicas para a juventude⁶, o principal objetivo da implementação de tais políticas é facilitar a emancipação desta parcela da sociedade, com elaboração de políticas que auxiliem na aquisição de renda própria, ou seja, com a cultura do empreendedorismo. Deste modo, as medidas tomadas para a

⁶ A intenção desta abordagem é destacar brevemente os objetivos das políticas públicas para a juventude para a UNESCO, para aprofundamento da temática conferir UNESCO (2004).

inserção no mercado de trabalho devem estar estruturadas de forma que atendam as necessidades dos jovens.

A defesa pela igualdade de gêneros entre os jovens também está presente com o objetivo de ser alcançada por meio da educação escolar, de modo que a ética esteja de forma transversal, proporcionando debates entre os jovens.

Por fim, destaca a importância dos jovens para a construção do capital social com o seguinte argumento:

Estamos falando de construir capacidades individuais e coletivas que facilitem o processo de integração social dos jovens e que, ao mesmo tempo, permitam integrar a contribuição que os jovens são capazes de trazer ao desenvolvimento de seu ambiente familiar e comunitário, e também à nação como um todo, nos níveis: municipal, estadual e federal. (UNESCO, 2004, p. 208).

Com estes argumentos, principalmente o último, podemos compreender que a UNESCO por sua vez, é funcional ao capitalismo, por mais que apresente sua intenção humanitária, o que não é espantoso, pois sua finalidade é desenvolver políticas e programas, e proporcionar subsídio financeiro para a materialidade dos mesmos, que por fim alimentam a reprodução do sistema do capital.

Desta forma, o objetivo do capítulo foi apresentar a compreensão de políticas sociais e educacionais de profissionalização, bem como alguns aspectos sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil e no Paraná.

Assim, foi possível assimilar as políticas sociais e educacionais de profissionalização como ação inerente ao sistema capitalista, um resultado arduamente conquistado pela luta de classe, na qual o Estado tem papel importante na implementação de tais políticas, pelo fato de subsidiar financeiramente e ideologicamente.

As políticas sociais focalizadas para a juventude vêm tomando forma a partir da criação da Secretaria Nacional da Juventude, no ano de 2005, apesar de que atenção voltada para os jovens tenha iniciado já na década de 1990. Podemos perceber que tais políticas, no seu sentido ideológico, atuam para a inserção social e empregabilidade da juventude brasileira, direta ou indiretamente, principalmente direcionando o olhar aos jovens em situação de alta vulnerabilidade.

Deste modo, instituições capitalistas internacionais como BM, BID, BIRD e UNESCO, por meio da elaboração de políticas, em seus diversos setores, como saúde, educação, habitação ou segurança, agem no auxílio de aplicabilidade contribuindo assim para a manutenção e reprodução do próprio sistema.

Portanto, após abordarmos a função das políticas educacionais de profissionalização e sociais para a juventude, é de essencial importância nos determos aos *Aspectos Históricos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil e no Paraná*, no próximo capítulo, apresentando principalmente elementos estruturais, funcionais, administrativos, pedagógicos e financeiros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Voltamos nosso olhar ao IFPR, pelo fato da Rede Federal ter se expandido em 360%, no Brasil, dentro de 13 anos, e que em especial a partir do ano de 2008 esta expansão se dá, sobretudo, por meio da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs).

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL E NO PARANÁ

Considerando a importância da criação Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) em âmbito Federal e no Estado do Paraná faz necessário uma abordagem histórica de sua criação.

Deste modo, o presente capítulo está dividido em três seções, intituladas *Alguns Aspectos históricos sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil*, na qual realizamos uma abordagem histórica em âmbito Federal, desde sua criação em 1909, até a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no ano de 2008, apresentando dados sobre a expansão da Rede Federal, bem como sobre as matrículas no decorrer dos anos de 2006 a 2015. A segunda seção *alguns aspectos históricos sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)*, apresentamos os quatro períodos principais da história do IFPR, bem como brevemente a missão e os valores do mesmo. E por fim na última seção *Aspectos Estruturais, Funcionais, Administrativos e Pedagógicos do IFPR*, abordamos de forma geral o Instituto Federal no Paraná, sendo de forma específica de cada município nas subseções. Os dados apresentados foram retirados no Portal de Informações do IFPR, que é atualizado mensalmente, e do sítio oficial Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), podendo haver divergências quando verificados.

3.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Nesta seção iremos seguir uma linha cronológica para nos remetermos brevemente à história e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

Deste modo, a história da instituição inicia-se em 1909, no governo do Presidente Nilo Peçanha, a partir do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, o qual determina a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, que mais tarde viriam a se tornarem os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), compondo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (BRASIL, 2008; IF, 2015).

Logo, em 1927, foi sancionado o Projeto Fidélis Reis, que previa a obrigatoriedade de ensino profissional no Brasil. Mas, o que impulsionou o ensino industrial foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que posteriormente estruturou a Inspetoria de Ensino Profissional Técnico que em 1934 passou a ser a Superintendência do Ensino Profissional. (BRASIL, 2008).

Outro fator importante para a educação profissional no país foram as leis da Reforma Capanema⁷, que remodelou o ensino no Brasil a partir do ano de 1942. (BRASIL, 2008).

Em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas passaram a ter autonomia didática e de gestão, quando transformadas para autarquias recebendo então o nome de Escolas Técnicas Federais. (BRASIL, 2008).

Frente ao cenário econômico do país para a formação imediata de mão de obra, a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, tornou todo o currículo do segundo grau em técnico profissional, o que proporcionou o aumento de matrículas e implantação de novos cursos técnicos nas Escolas Técnicas Federais. (BRASIL, 2008).

Com a sanção da Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro foram transformadas em CEFETs, para a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. A partir da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, foi a vez das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais se transformarem em CEFETs. (BRASIL, 2008).

Assim, no ano de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9.394, trouxe uma nova visão

[...] superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. (BRASIL, 2008, p, 5).

⁷Para um aprofundamento maior do tema conferir os seguintes Decretos-lei: Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942; Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942; Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943; Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946; Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946; Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946.

Assim, a LDB foi reformulada e passou a determinar em 2004 no § 2º do artigo 36 “§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” (BRASIL, 1996). Bem como nos seguintes artigos:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

[...] Art. 42. As escolas técnicas profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

Estes artigos foram regulamentados em 1997, pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, o qual veio a restabelecer “[...] o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destroçando, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente, mormente da rede CEFET”. (FRIGOTTO, 2007, p. 1139).

Contudo, no ano de 2004, o decreto supracitado foi revogado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, a fim de “[...] resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica”. (FRIGOTTO, 2007, p. 1141).

Logo, em 2005, nos deparamos com o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como a transição do CEFET do Estado do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A segunda etapa do Plano de Expansão dá-se em 2007, com o intuito de entregar mais de 150 novas unidades, para totalizar 354 unidades até o ano de 2010. (BRASIL, 2008).

Por fim, é por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que se consolida a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para que isso fosse possível os CEFETs, as Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, sofrem transformações e integrações dos campi dos Institutos Federais. (REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2016; BRASIL, 2008).

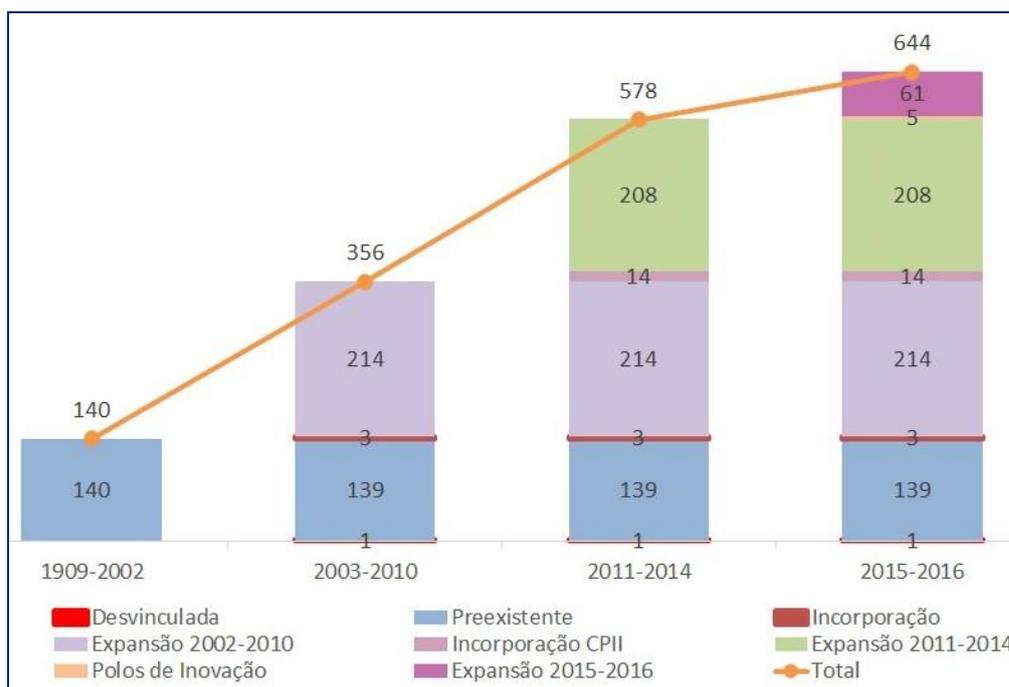
Conforme a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, passou a ser composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET – RJ)

e de Minas Gerais (CEFET – MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II - RJ.

Os Institutos Federais são compostos por instituições da educação básica, profissional e superior, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, seus cursos são elaborados conforme as pesquisas de arranjos produtivos, sociais e culturais locais. (BRASIL, 2008).

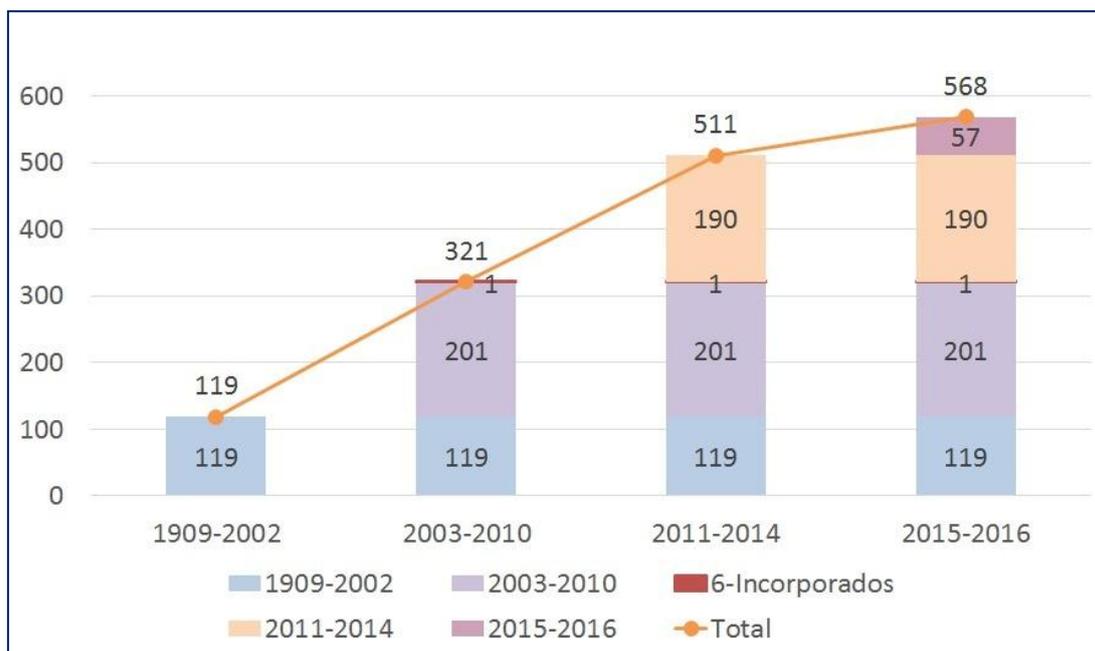
No momento, a Rede Federal se expandiu em 360%, sendo que no período de 2003 a 2016, efetivou-se a construção de mais de 500 unidades novas, sendo no total 644 campi e 568 municípios atendidos, conforme os gráficos 1 e 2, abaixo. Contudo, apesar de sua expansão, há instituições que não aderiram aos Institutos Federais, sendo “[...] dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica”. (IF, 2016).

Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Publicado em 02 de março de 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.

Gráfico 2: Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Publicado em 02 de março de 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.

Assim, apresentados os aspectos históricos sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na próxima seção nos delimitaremos aos aspectos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

3.2 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR)

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná, como os dos demais estados, é vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e atendeu em média em 2016 cerca de 14.314 alunos paranaenses. (IFPR, 2016).

O desenvolvimento do IFPR está vinculado à cidade de Curitiba, com a vinda de imigrantes alemães. Assim, sua história pode ser dividida em quatro períodos. Na primeira fase o intuito era atender exclusivamente os filhos dos alemães instalados na cidade de Curitiba, para tanto foi criada então a Escola Alemã por meio da Colônia Alemã de Curitiba

no ano de 1869, tendo como sócios Verien Deutsche, Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner. (IFPR, 2016).

A segunda fase, como já citado na seção anterior, é marcada pela criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia, em 1909. Contudo, somente em 1914 os filhos dos brasileiros conseguiram entrar na escola alemã, pelo fato da Primeira Guerra Mundial ter enfraquecido a comunidade alemã. Deste modo, o Professor Fernando Augusto Moreira esteve à frente da nacionalização da escola alemã, a qual passou a se chamar Colégio Progresso. Mas, em 1943 a instituição encerrou suas atividades transferindo patrimônio e os alunos a outras instituições, grande parte dos recursos foram direcionados à Faculdade de Medicina do Paraná curso da Universidade Federal do Paraná (UFPR). (IFPR, 2016).

No terceiro período o “Curso Comercial” do antigo Colégio Progresso em 1941 passa a se chamar Academia de Comércio Progresso, posteriormente em 1942 o curso foi ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Em 1974 a Escola Integrada a Universidade Federal do Paraná passa a ser denominada então de Escola Técnica de comércio da Universidade Federal do Paraná, sendo novamente renomeada em 1990, como Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Presencia-se, então, em 1994, o aumento da demanda da escola técnica da UFPR de 360 alunos para 1453 alunos, devido ao fato de que o governo federal e estadual deixou de ofertar na rede pública os cursos técnicos. (IFPR, 2016).

A quarta fase é marcada pela criação do IFPR. No dia 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autorizou a implantação do Instituto Federal do Paraná, usando-se da estrutura da Escola Técnica, com isso veio a desvincular-se da UFPR para então ser o Instituto Federal. (IFPR, 2016).

O Instituto Federal foi criado com o objetivo de “Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade”. (IFPR, 2016). Apresentando como seus valores:

- Pessoas;
- Visão sistêmica;
- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Sustentabilidade;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;

- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência. (IFPR, 2016).

Por meio do Quadro 2 podemos perceber que a expansão do ensino da Rede Federal, foi possível com a criação dos Institutos Federais, pois aumentou a procura pelos cursos em âmbito federal. Contudo, a procura pelos cursos tem diminuído, conferindo assim:

Quadro 2: Número de Matrículas na Rede Federal de Ensino

Número de Matrículas na Rede Federal de Ensino- Educação Profissional Nível Técnico nas cidades com campus do IFPR - 2006 a 2015										
CIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Assis Chateaubriand	-	-	-	-	107	170	158	257	185	252
Astorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barracão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Campo Largo	-	-	-	-	198	201	203	235	301	412
Capanema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33
Cascavel	-	-	-	-	-	-	43	33	9	170
Colombo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2489
Coronel Vivida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
Curitiba	2469	209	3227	8885	5997	900	1094	942	1023	3952
Foz do Iguaçu	-	-	-	65	25	145	123	243	185	344
Goioerê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Irati	-	-	-	-	106	162	251	125	63	9
Ivaiporã	-	-	-	-	41	75	131	104	114	336
Jacarezinho	-	-	-	-	137	192	332	211	292	475
Jaguariaíva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40*
Londrina	-	-	-	122	189	127	129	214	223	413
Palmas	-	-	-	-	-	19	37	33	-	155*
Paranaguá	-	-	-	64	76	188	175	61	16	341
Paranavaí	-	-	-	-	-	241	290	168	98	335
Pinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1273
Pitanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39*
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telêmaco Borba	-	-	-	-	145	349	258	172	136	346
Umuarama	-	-	-	-	128	311	193	197	150	187
União da Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39
TOTAL	2469	209	3227	9136	7149	3080	3417	2995	2795	1585

*Matrículas na modalidade Ensino Médio Concomitante.

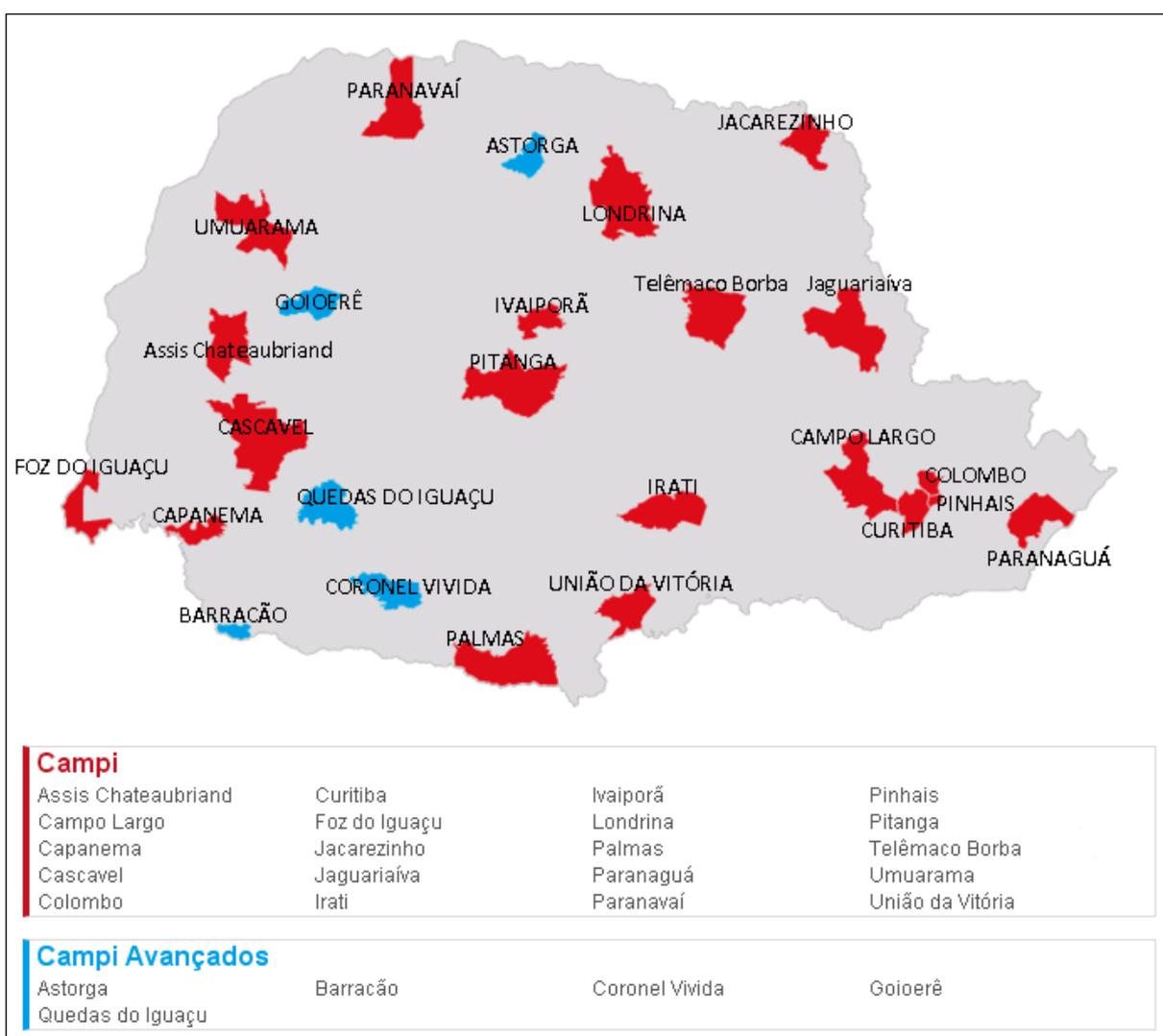
Fonte: INEP, 2016. Disponível em <<http://matricula.educacao.inep.gov.br/>>.

Assim, compreendidos os aspectos históricos, finalizamos a seção na qual tratamos sobre aspectos históricos para a constituição do IFPR, e passaremos a abordar na próxima seção os Aspectos Estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos nos campi do Instituto Federal do Paraná, para a apreensão de sua expansão no Estado do Paraná.

3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS, FUNCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS DO IFPR

O Instituto Federal no Paraná está atualmente distribuído em 21 campi, e 5 campi avançados. Os campi avançados são unidades que ofertam exclusivamente ensino técnico, de formação inicial e continuada, e à distância, ofertando também cursos pelo PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (IFPR, 2016). As cidades, as quais o IFPR já possui uma unidade estão representados na Figura 4.

Figura 4: Unidades do IFPR



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>>.

O IFPR oferta cursos em 21 campi, sendo eles de educação profissional (39), superiores (18) e especialização (3), nas modalidades presencial e à distância (11 técnicos e 1 de especialização). (IFPR, 2016).

Os cursos de educação profissional apresentam-se como técnicos integrados, técnicos subsequentes e técnicos concomitantes, disponibilizados pelos seguintes eixos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão de Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural de Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Desenvolvimento Educacional e Social; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Os cursos técnicos integrados são ofertados às pessoas que já possuem o Ensino Fundamental, de modo que o Ensino Médio seja concluído juntamente com o curso de educação profissional, o conjunto destes cursos está exposto na Tabela 2. Já os cursos técnicos subsequentes são oferecidos aos que já concluíram o Ensino Médio, explícitos na Tabela 3. E os cursos técnicos concomitantes são semelhantes aos cursos integrados, a diferença é que o aluno possui matrículas distintas, na mesma instituição ou instituições diferentes, não havendo choque de horários, sendo que o aluno precisa ter concluído o Ensino Fundamental e estar ao menos matriculado no segundo ano do Ensino Médio, o IFPR oferece apenas um curso concomitante, apresentado na Tabela 4. (IFPR, 2016).

Tabela 2: Cursos Técnicos Integrados ofertados pelo IFPR

EIXOS	CURSOS
Eixo ambiente e saúde	-Técnico em Biotecnologia -Técnico em Meio Ambiente
Eixo Controle e Processos Industriais	- Técnico em Automação Industrial - Técnico em Eletromecânica - Técnico em Eletrônica -Técnico em Eletrotécnica -Técnico em Mecânica - Técnico em Química
Eixo Gestão de Negócios	- Técnico em Administração - Técnico em Contabilidade - Técnico em Cooperativismo - Técnico em Serviços Jurídicos
Eixo Informação e Comunicação	- Técnico em Informática - Técnico em Informática para Internet - Técnico em Programação de Jogos Digitais
Eixo Infraestrutura	-Técnico em Edificações
Eixo Produção Alimentícia	- Técnico em Agroindústria - Técnico em Alimentos
Eixo Produção Cultural de Design	- Técnicos em Processos Fotográficos
Eixo Produção Industrial	- Técnico em Petróleo e Gás
Eixo Recursos Naturais	- Técnico em Agroecologia

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-tecnicos-integrados/>>.

Tabela 3: Cursos Técnicos Subsequentes ofertados pelo IFPR

EIXOS	CURSOS
Eixo Ambiente e Saúde	- Técnico em Enfermagem - Técnico em Massoterapia - Técnico em Prótese Dentária - Técnico em Radiologia - Técnico em Saúde Bucal
Eixo Controle e Processos Industriais	- Técnico em Eletromecânica - Técnico em Eletrotécnica - Técnico em Mecânica
Eixo Desenvolvimento Educacional e Social	- Técnico em Orientação Comunitária
Eixo Gestão e Negócios	- Técnico em Administração - Técnico em Secretariado - Técnico em Transações Imobiliárias
Eixo Informação e Comunicação	- Técnico em Informática - Técnico em Telecomunicações
Eixo Infraestrutura	- Técnico em Desenho de Construção Civil - Técnico em Edificações - Técnico em Hidrologia
Eixo Produção Cultural de Design	- Técnico em Arte Dramática - Técnico em Processos Fotográficos - Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
Eixo Produção Industrial	- Técnico em Cerâmica
Eixo Recursos Naturais	- Técnico em Agroecologia - Técnico em Agronegócio - Técnico em Aquicultura
Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer	- Técnico em Cozinha - Técnico em Eventos

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-tecnicos-subsequentes/>>.

Tabela 4: Curso Técnico Concomitante ofertado pelo IFPR

EIXO	CURSO
Eixo Recursos Naturais	Técnico em Agroecologia

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em <<http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-tecnicos-concomitantes/>>.

Os cursos superiores do IFPR, são nas modalidades tecnólogos, licenciaturas e bacharéis. Os cursos de tecnologia podem dar continuidade com pós-graduação *Stricto Sensu* ou *Lato Sensu*, sendo de carga horária menor do que os cursos de licenciatura ou bacharelado, tendo a duração de dois anos e meio. Os de licenciatura tem duração mínima de três anos, promovendo a formação de profissionais da área educacional. E os bacharéis possuem a duração mínima de quatro anos, a fim de formar profissionais para atuarem profissionalmente

na área correspondente de formação. (IFPR, 2016). Os cursos superiores ofertados pelo IFPR estão dispostos como tecnólogos, licenciatura e bacharelado, conforme apresentamos abaixo, na Tabela 5.

Tabela 5: Cursos Superiores ofertados pelo IFPR

MODALIDADE	CURSOS
Cursos Tecnólogos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Automação Industrial Gestão Pública Manutenção Industrial
Cursos de Licenciatura	Artes Visuais Ciências Biológicas Ciências Sociais Educação Física Física Letras – Português/Inglês Pedagogia Química
Cursos Bacharelado	Administração Ciências Contábeis Direito Enfermagem Engenharia Agrônômica Farmácia Sistemas de Informação

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em < <http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-superiores/> >.

Os cursos e especialização são ofertados às pessoas que já possuem algum curso de educação superior, sendo eles expostos na Tabela 6.

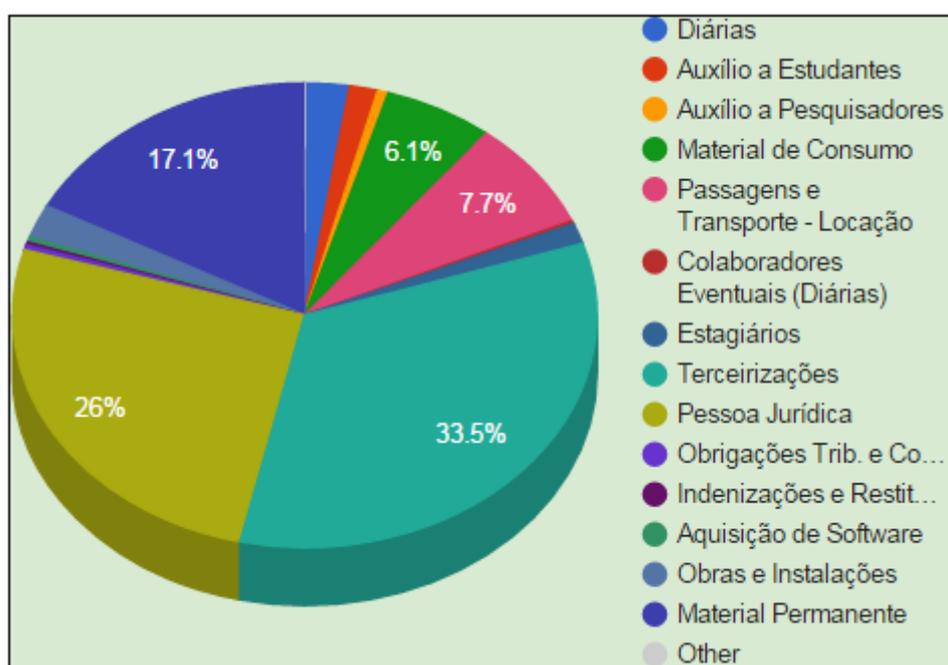
Tabela 6: Cursos de Especialização ofertados pelo IFPR

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
Educação Profissional Técnica de Nível Médio Gestão Ambiental Matemática Computacional Aplicada à Educação

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://reitoria.ifpr.edu.br/cursos-de-especializacao/> >.

Em relação à previsão orçamentária do ano de 2016, de acordo com o Plano de Distribuição Orçamentária (PDO), os Institutos Federais dividem o orçamento entre diárias, auxílio aos estudantes, auxílio a pesquisadores, material de consumo, premiações, distribuição gratuita, passagens e transportes- locação, consultoria, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, pessoa física, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, outros auxílios, exercícios anteriores, indenizações e restituições, aquisição de software, obras e instalações, material permanente, totalizando aproximadamente ao montante de R\$ 65.185.248,00. Conforme o Gráfico 3, podemos perceber que 33,5% é destinado para serviços de terceirização.

Gráfico 3: Distribuição dos recursos destinados ao IFPR



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=financeiro>>.

Com a ampliação da Rede Federal, o número de matrículas vem acompanhando tal desenvolvimento. Assim, no Quadro 3, elaborado pelo IFPR, com dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresentamos o número de alunos nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, correspondente ao mês de maio.

Quadro 3: Número de alunos em curso

CÂMPUS	ALUNOS EM CURSO			
	2016	2015	2014	2013
Assis Chateaubriand	440	332	301	318
Campo Largo	551	397	343	236
Capanema	65	32	0	0
Cascavel	223	161	77	33
Colombo	74	40	0	0
Curitiba	4.009	3.425	2.419	2.407
Foz do Iguaçu	644	468	477	448
Irati	320	219	179	165
Ivaiporã	469	362	241	158
Jacarezinho	536	464	567	397
Jaguariaíva	83	44	0	0
Londrina	605	526	401	379
Palmas	2.326	1.876	1.372	1.754
Paranaguá	893	772	439	594
Paranavaí	714	479	282	241
Pinhais	182	80	0	0
Pitanga	196	38	0	0
Telêmaco Borba	677	472	407	301
Umuarama	451	299	191	236
União da Vitória	116	40	0	0
Câmpi Avançados	740	173	0	0
TOTAL	14.314	10.699	7.696	7.667

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=estrutura>>.

Conforme o Quadro 3, podemos notar que nos municípios de Assis Chateaubriand, Palmas, Paranaguá e Umuarama, houve queda de matrículas, entre os anos de 2013 a 2014, e Foz do Iguaçu e Jacarezinho nos anos de 2014 a 2015. Nos demais apenas aumentou o número de matrículas.

No Gráfico 4, percebemos que o número de alunos vem aumentando desde 2014.

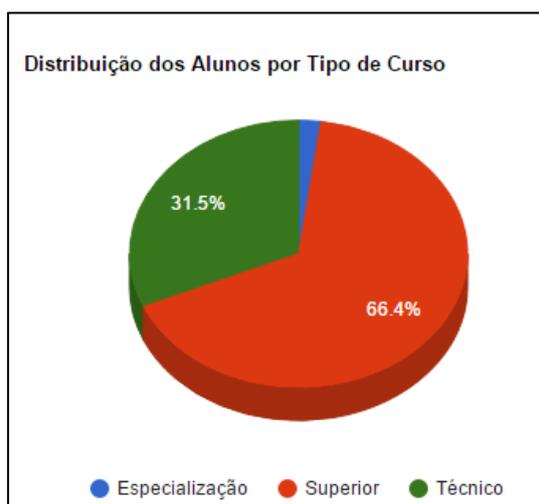
Gráfico 4: Evolução do número de aluno nos período de 2013 a 2016



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=estrutura>>.

A distribuição destes alunos se segmenta da seguinte maneira, 31,5% cursando ensino técnico, 66,4% os cursos de educação superior e 2,2% os cursos de especialização, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição dos alunos por tipo de curso



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em <<http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=financeiro>>.

Para tanto, o IFPR conta atualmente com 1844 servidores, sendo 1063 docentes e 781 técnicos administrativos. A ampliação do número de servidores também aumentou, correspondendo, assim, ao aumento de alunos, conforme podemos observar no Gráfico 6.

Gráfico 6: Evolução no número de servidores



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=financeiro>>.

Assim apresentados os dados funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR, para melhor aprofundamento, nas próximas seções iremos nos deter às características de unidade e municípios onde o IFPR está presente.

3.3.1 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Assis Chateaubriand

A cidade de Assis Chateaubriand, localizada no oeste paranaense, possui 966,158 Km² de área territorial e sua população estimada é de 34.027 habitantes. Tendo como IDH de 0,729. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 28.816 pessoas, Economicamente Ativas de 17.240 pessoas e Ocupadas de 16.375 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 4: Matrículas no ensino público na cidade de Assis Chateaubriand

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	529
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	849
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	3.861
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.534
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	150
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	570

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=188&btOk=ok>.

Com estrutura inaugurada em junho de 2012, no município de Assis Chateaubriand o IFPR oferta, como exposto na Tabela 7, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 7: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Assis Chateaubriand

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	12
	TÉCNICO EM ELETROMECHANICA	176
	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	3
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	121
	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	1
SUPERIOR	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	20
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	69
	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	38
TOTAL		440

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Assis Chateaubriand, foram destinados, em 2016, R\$ 2.112.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), terceirizações, pessoa jurídica, obras e instalações, e equipamentos de material permanente. Contando com 71 servidores, dentre eles 40 docentes, 28 técnicos administrativos e 3 os quais os cargos não foram especificados pelo Instituto. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus conta com 6 salas de aula, 2 laboratórios de Informática, 1 laboratório de Física, 1 laboratório de Química, 1 laboratório de Biologia, 1 Biblioteca, 1 Auditório, 1 Cantina. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 5, podemos observar o câmpus de Assis Chateaubriand.

Figura 5: Câmpus do IFPR em Assis Chateaubriand



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.2 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Campo Largo

A cidade de Campo Largo, localizada na região Metropolitana de Curitiba, possui 1.282,654 Km² de área territorial e sua população estimada é de 124.098 habitantes. Tendo como IDH de 0,745. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 96.196 pessoas, Economicamente Ativa de 60.255 pessoas e Ocupadas de 57.231 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 5: Matrículas no ensino público na cidade de Campo Largo

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	1.734
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	2.995

Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	16.896
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	5.428
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	853

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=29&btOk=ok>.

Por meio de uma parceria entre o IFPR e a prefeitura do município no ano de 2009, com a doação de uma área, na qual residia a Câmara Iguazu, foi constituído um Núcleo Avançado do IFPR, a fim de ofertar cursos que atendessem a necessidade da região, com os cursos de Agroecologia, Eletrotécnica e Mecânica, todos presenciais. (IFPR, 2016).

Assim, as aulas do Núcleo Avançado do IFPR no município de Campo Largo foram inauguradas em 24 de maio 2010, na Escola Municipal Reino da Loucinha, a qual disponibilizou duas salas para as aulas, assim permaneceu até setembro de 2011. (IFPR, 2016).

Ampliando a oferta de cursos, em agosto de 2010 começou a utilizar também o Colégio Estadual Macedo Soares, disponibilizando os cursos de Técnicos em Administração e Secretariado, Técnico em Eventos, Logística, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, estes na modalidade à distância. (IFPR, 2016).

Vinculado ao Câmpus de Curitiba, apenas em 26 setembro de 2011 o Núcleo Avançado passou a ter o status de Câmpus. (IFPR, 2016).

No município de Campo Largo o IFPR oferta, como exposto na Tabela 8, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 8: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Campo Largo

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	40
	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	31
	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	40
	TÉCNICO EM CERÂMICA	36
	TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA	111
	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	143
	TÉCNICO EM MECÂNICA	150
TOTAL		551

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/>>.

Ao câmpus do IFPR de Campo Largo, foram destinados, em 2016, R\$ 2.107.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), terceirizações, pessoa jurídica, e equipamentos de material permanente. Contando com 72 servidores, dentre eles 45 docentes e 27 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Em relação à estrutura do câmpus, encontrou-se a informação de que o bloco administrativo está em construção, totalizando 2.800 metros quadrados. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 6, 7 e 8, podemos observar o câmpus de Campo Largo.

Figura 6: Câmpus do IFPR em Campo Largo



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 7: Câmpus do IFPR em Campo Largo



FONTE: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 8: Projeto de estrutura do câmpus do IFPR em Campo Largo



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.3 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Capanema

A cidade de Capanema, está localizada no sudoeste paranaense, possui 419,403 Km² de área territorial e sua população estimada é de 19,275 habitantes. Tendo como IDH de 0,706. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 16.149 pessoas, Economicamente Ativas de 11.565 pessoas e Ocupadas de 11.275 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 6: Matrículas no ensino público na cidade de Capanema

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	388
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	376
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	2.115
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	913
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	42
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	114

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=159&btOk=ok>.

No município de Capanema o IFPR oferta, como exposto na Tabela 9, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 9: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Capanema

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	65
TOTAL		65

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Capanema, foram destinados, em 2016, R\$ 1.315.896,53, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, e material permanente. Contando com 21 servidores, dentre eles 13 docentes e 8 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus conta com 8 salas de aula, laboratórios de Informática, 4 salas administrativas, sala de professores, diretoria, secretaria, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, almoxarifado, lavanderia e biblioteca. (IFPR, 2016). Abaixo, na Figura 9, podemos observar o câmpus de Capanema.

Figura 9: Câmpus do IFPR em Capanema

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.4 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Cascavel

A cidade de Cascavel está localizada no oeste paranaense, possui 2.091,401 Km² de área territorial e sua população estimada é de 312.778 habitantes. Tendo como IDH de 0,782. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 245.796 pessoas, Economicamente Ativas de 161.365 pessoas e Ocupadas de 153.513 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 7: Matrículas no ensino público na cidade de Cascavel

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	5.224
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	7.342
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	39.345
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	14.733
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	2.860
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	20.174

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=164&btOk=ok>.

As atividades do IFPR no município de Cascavel, iniciaram-se no ano de 2010, vinculado ao Câmpus de Foz do Iguaçu até agosto de 2011 e utilizando-se de forma provisória da Escola Municipal Aníbal Lopes da Silva, com o curso de Auxiliar em Carpintaria, como curso de Formação Inicial e Continuada. (IFPR, 2016).

A partir de julho de 2011, as aulas passaram a ser ministradas no CAIC da região norte, com um laboratório de informática para uso dos alunos do IFPR. Somente no início de 2014, o Câmpus foi mudado para prédio próprio, com área doada pela prefeitura do município. (IFPR, 2016).

No município de Cascavel o IFPR oferta, como exposto na Tabela 10, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 10: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Cascavel

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM QUÍMICA	40
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	183

TOTAL**223**

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Cascavel, foram destinados, em 2016, R\$ 1.429.900,70, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, obras e instalações, e material permanente. Contando com 48 servidores, dentre eles 21 docentes e 27 técnicos. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus “[...] consta com 1 bloco com 6 salas de aula, sendo utilizado provisoriamente 1 sala para o administrativo, 1 sala para equipe de ensino, secretaria e biblioteca, 1 sala de professores, 2 salas de aula e 1 laboratório de informática”. (IFPR, 2016). Totalizando 2.800 metros.

Abaixo, nas Figuras 10 e 11, podemos observar o câmpus de Cascavel.

Figura 10: Câmpus do IFPR em Cascavel

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 11: Câmpus do IFPR em Cascavel

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.5 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Colombo

A cidade de Colombo, está localizada na região Metropolitana de Curitiba, possui 197,805 Km² de área territorial e sua população estimada é de 232,432 habitantes. Tendo como IDH de 0,733. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 178.212 pessoas, Economicamente Ativas de 115.698 pessoas e Ocupadas de 109.660 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8: Matrículas no ensino público na cidade de Colombo

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	4.344
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	5.646
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	31.522
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	8.018
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	2.561
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	857

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=17&btOk=ok>.

No município de Colombo, não encontramos o número de alunos por curso, contudo, conforme o Quadro 3, no total são 74 alunos em curso no mês de maio de 2016. E os cursos ofertados pelo IFPR do câmpus de Colombo, estão expostos na Tabela 11.

Tabela 11: Tipo de curso e cursos do IFPR do câmpus de Colombo

TIPO DE CURSO	CURSO
INTEGRADO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
ENSINO A DISTÂNCIA	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/campus-colombo/>>.

Ao câmpus do IFPR de Colombo, foram destinados, em 2016, R\$ 1.335.532,96, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, e material permanente. Contando com 27 servidores, dentre eles 17 docentes e 10 técnicos administrativos. Atualmente as aulas vêm sendo ministradas no Ginásio de Esportes, ofertado pela prefeitura da cidade. (IFPR, 2016).

3.3.6 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Curitiba

A cidade de Curitiba está localizada no leste paranaense, possui 435,495 Km² de área territorial e sua população estimada é de 1.879.355 habitantes. Tendo como IDH de 0,823. A População em Idade Ativa está em torno de 1.531.838 pessoas, Economicamente Ativas de 995.543 pessoas e Ocupadas de 947.195 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 9: Matrículas no ensino público na cidade de Curitiba

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	39.250
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	28.631
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	221.952
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	78.815
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	21.502
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	129.542

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=5&btOk=ok>.

Na cidade de Curitiba o IFPR oferta, como exposto na Tabela 12, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 12: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Curitiba

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	255
	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	64
	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	175
	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	107
	TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	114
	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	142
	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	119
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	123
	TÉCNICO EM EVENTOS	82
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	169
	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	158
	TÉCNICO EM MECÂNICA	279
	TÉCNICO EM PETRÓLEO E GÁS	107
	TÉCNICO EM PROCESSOS FOTOGRÁFICOS	244
	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	110
	TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS	140
	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	162
	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	99
	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	133
	TÉCNICO EM SECRETARIADO	63
	TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	157
	TÉCNICO EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS	130
SUPERIOR	AGROECOLOGIA	3
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	303
	GESTÃO PÚBLICA	207
TOTAL		3645

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao campus do IFPR de Curitiba, foram destinados, em 2016, R\$ 5.751.892,30, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, aquisição de software, obras e instalações, e equipamentos de material permanente. Contando com 293 servidores, dentre eles 212 docentes, 80 técnicos administrativos e 1o qual o cargo não foi especificado pelo Instituto. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 12, podemos observar o câmpus de Curitiba.

Figura 12: Câmpus do IFPR em Curitiba

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.7 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Foz do Iguaçu

A cidade de Foz do Iguaçu está localizada no oeste paranaense, possui 610,209 Km² de área territorial e sua população estimada é de 263.782 habitantes. Tendo como IDH o de 0,751. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 215.329 pessoas, Economicamente Ativas de 133.547 pessoas e Ocupadas de 123.643 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10: Matrículas no ensino público na cidade de Foz do Iguaçu

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	3.381
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	5.895
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	38.695
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	12.420
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	1.857
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	13.240

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=172&btOk=ok>.

O Câmpus do IFPR iniciou suas atividades no fim do ano de 2008. Em 2016 o Câmpus passou a ofertar a graduação de Engenharia de Aquicultura. E atualmente no

município de Foz do Iguaçu, o IFPR oferta, como exposto na Tabela 13, os seguintes cursos técnicos e superiores, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 13: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Foz do Iguaçu

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AQUICULTURA	78
	TÉCNICO EM COZINHA	74
	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	119
	TÉCNICO EM HIDROLOGIA	43
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	124
SUPERIOR	ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	110
	FÍSICA	96
TOTAL		644

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Foz do Iguaçu, foram destinados, em 2016, R\$ 2.112.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, e material permanente. Contando com 80 servidores, dentre eles 49 docentes e 31 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus encontra-se ainda em construção, possuindo 2.800 metros quadrados. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 13 e 14, podemos observar o câmpus de Foz do Iguaçu.

Figura 13: Câmpus do IFPR em Foz do Iguaçu



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 14: Câmpus do IFPR em Foz do Iguaçu



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.8 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Irati

A cidade de Irati está localizada no sudeste paranaense, possui 995,289 Km² de área territorial e sua população estimada é de 59.708 habitantes. Tendo como IDH de 0,726. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 48.267 pessoas, Economicamente Ativas de 29.788 pessoas e Ocupadas de 28.287 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 11: Matrículas no ensino público na cidade de Irati

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	731
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	1.159
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	7.437
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	2.775
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	842
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.581

FONTE: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=67&btOk=ok>.

Com início das atividades em março do ano de 2010, o Câmpus do IFPR oferta cursos nas modalidades Subsequente e Integrado ao Ensino Médio, Superior, cursos de curta duração e na modalidade a distância. A unidade se consolidou como Câmpus por meio da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação, e os prédios oficiais do Câmpus foram entregues em janeiro de 2016. (IFPR, 2016).

No município de Irati o IFPR oferta, como exposto na Tabela 14, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 14: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Irati

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	106
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	113
SUPERIOR	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	72
TOTAL		291

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Irati, foram destinados, em 2016, R\$ 2.107.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, e material permanente. Contando com 65 servidores, dentre eles 33 docentes e 32 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus conta com 4 salas de aula, 1 sala de aula ead, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 1 sala de professores. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 15, 16 e 17, podemos observar o câmpus de Irati.

Figura 15: Câmpus do IFPR em Irati

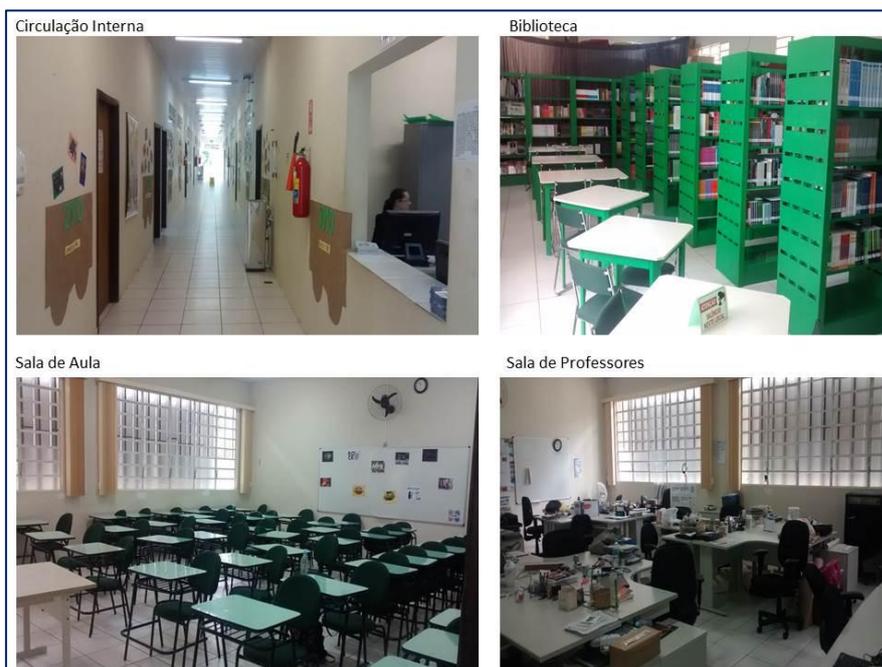


Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 16: Câmpus do IFPR em Irati



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 17: Câmpus do IFPR em Irati

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.9 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Ivaiporã

A cidade de Ivaiporã está localizada no norte central paranaense, possui 434,662 Km² de área territorial e sua população estimada é de 32.710 habitantes. Tendo como IDH de 0,730. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 27.715 pessoas, Economicamente Ativas de 16.966 pessoas e Ocupadas de 15.981 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 12: Matrículas no ensino público na cidade de Ivaiporã

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	602
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	745
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	3.841
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.653
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	347
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.222

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=288&btOk=ok>.

Foi no primeiro semestre de 2010 que o Câmpus do IFPR iniciou suas atividades com a oferta dos cursos técnicos em Eletrotécnica e Agroecologia, tendo expansão por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, passando, assim, a ofertar na modalidade à distância os cursos de Técnico em Logística e Técnico em Segurança do Trabalho. Em 2012 passou a ofertar os cursos de Técnico em Informática integrado, e foi no ano de 2013 que passou a utilizar sede própria. (IFPR, 2016).

No município de Ivaiporã o IFPR oferta, como exposto na Tabela 15, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 15: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Ivaiporã

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	120
	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	165
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	125
SUPERIOR	FÍSICA	59
TOTAL		469

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Ivaiporã, foram destinados, em 2016, R\$ 2.117.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, aquisição de software, obras e instalações, e material permanente. Contando com 63 servidores, dentre eles 34 docentes e 29 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 18 e 19, podemos observar o câmpus de Ivaiporã.

Figura 18: Câmpus do IFPR em Ivaiporã



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 19: Projeto de estrutura do campus do IFPR em Ivaiporã



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.10 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Jacarezinho

A cidade de Jacarezinho está localizada no norte pioneiro paranaense, possui 603,11 Km² de área territorial e sua população estimada é de 40,243 habitantes. Tendo como IDH de 0,743. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 33.628 pessoas, Economicamente Ativas de 19.561 pessoas e Ocupadas de 18.168 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 13: Matrículas no ensino público na cidade de Jacarezinho

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	1.063
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	628
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	5.625
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.891
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	556
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.982

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=231&btOk=ok>.

Com início das atividades em maio de 2010, no município de Jacarezinho o IFPR oferta, como exposto na Tabela 16, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 16: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Jacarezinho

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM ALIMENTOS	155
	TÉCNICO EM ARTE DRAMÁTICA	21
	TÉCNICO EM ELETROMECCÂNICA	129
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	129
	TÉCNICO EM TEATRO (ARTE DRAMÁTICA)	33
SUPERIOR	QUÍMICA	69
TOTAL		536

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Jacarezinho, foram destinados, em 2016, R\$ 2.120.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, e material permanente. Contando com 80 servidores, dentre eles 51 docentes e 29 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figuras 20, 21 e 22, podemos observar o câmpus de Jacarezinho.

Figura 20: Câmpus do IFPR em Jacarezinho

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 21: Câmpus do IFPR em Jacarezinho



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 22: Câmpus do IFPR em Jacarezinho



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.11 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Jaguariaíva

A cidade de Jaguariaíva está localizada no centro oriental paranaense, possui 1.456,401 Km² de área territorial e sua população estimada é de 34.468 habitantes. Tendo como IDH de 0,743. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 27.206 pessoas, Economicamente Ativas de 14.440 pessoas e Ocupadas de 13.376 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 14: Matrículas no ensino público na cidade de Jaguariaíva

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	396
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	619
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	5.092
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.639
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	398
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	502

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=49&btOk=ok>.

No município de Jaguariaíva o IFPR oferta, como exposto na Tabela 17, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 17: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Jaguariaíva

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	83
TOTAL		83

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/>>.

Ao câmpus do IFPR de Jaguariaíva, foram destinados, em 2016, R\$ 1.352.968,51, os quais foram distribuídos entre diárias, auxílio aos estudantes, material de consumo, distribuição gratuita, passagens, transportes – locação, consultoria, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, pessoa física, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, indenizações e restituições, obras e instalações, e material permanente. Contando com 23 servidores, dentre eles 14 docentes e 9 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 23, podemos observar o câmpus de Jaguariaíva.

Figura 23: Câmpus do IFPR em Jaguariaíva

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.12 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Londrina

A cidade de Londrina está localizada no norte central paranaense, possui 1.656,606 Km² de área territorial e sua população estimada é de 548,249 habitantes. Tendo como IDH de 0,778. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 440.897 pessoas, Economicamente Ativas de 275.978 pessoas e Ocupadas de 261.930 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 15: Matrículas no ensino público na cidade de Londrina

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	5.960
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	13.074
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	62.839
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	22.048
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	5.698
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	43.976

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=199&btOk=ok>.

Na cidade de Londrina o IFPR oferta, como exposto na Tabela 18, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 18: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus Londrina

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	68
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	54
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	147
	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	62
	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	74
	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	56
SUPERIOR	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	84
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	60
TOTAL		605

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Londrina, foram destinados, em 2016, R\$ 2.122.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, premiações, passagens, transportes – locação, consultoria, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, outros auxílios, exercícios anteriores, aquisição de software, obras e instalações, e material permanente. Contando com 103 servidores, dentre eles 67 docentes, 34 técnicos administrativos e 34 os quais os cargos não foram especificados pelo Instituto. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 24, 25, 26 e 27, podemos observar o câmpus de Londrina.

Figura 24: Câmpus do IFPR em Londrina



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 25: Câmpus do IFPR em Londrina



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 26: Câmpus do IFPR em Londrina



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 27: Câmpus do IFPR em Londrina



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.13 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Palmas

A cidade de Palmas está localizada no sudoeste paranaense, possui 1.576,621 Km² de área territorial e sua população estimada é de 47.674 habitantes. Tendo como IDH de 0,660. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 34.525 pessoas, Economicamente Ativas de 19.666 pessoas e Ocupadas de 18.718 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 16: Matrículas no ensino público na cidade de Palmas

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	756
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	911
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	7.593
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.851
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	298
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.478

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=81&btOk=ok>.

Para a compreensão dos dados do câmpus do IFPR de Palmas, é necessário recorrermos à apresentação da história do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), pois foi por meio da expropriação dos bens deste, que o IFPR de Palmas passou a executar suas atividades. (IFPR, 2016).

Em 1968, na UNICS, foi autorizada a instalação do funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), composto pelos cursos de Filosofia, História, Letras e Pedagogia. No ano de 1972, foi proposta a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, para unificar e expandir o Ensino Superior, contudo, não se concretizou. (IFPR, 2016).

Entre os anos de 1979 e 1980, foram criadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL). Somente em 1987 a Faculdade de Palmas iniciou a ampliação de seus espaços. (IFPR, 2016).

No ano de 1990, foram reunidos esforços para instalar uma universidade regional a UNIVALE, de modo a integrar a FAFI e FACEPAL da cidade de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL do município de Francisco Beltrão.

Contudo com uma gama de impedimentos impostos pelo governo, o projeto da UNIVALE não foi possível. (IFPR, 2016).

Deste modo, no ano de 1992, as Faculdades de Palmas fizeram um convênio de Amparo Técnico e Financiamento, destinado às mensalidades e compras de materiais necessários. Ainda com o projeto de uma universidade regional, a Faculdade de Palmas em 1993, protocolou um processo em Brasília, solicitando a implantação da Universidade Católica do Paraná, propondo novos cursos, contudo, o processo foi arquivado. (IFPR, 2016).

Em 1998, com um novo Conselho Nacional de Educação, foi realizado o pedido para transformação da FAFI/ FACEPAL em Centro Universitário, para isso foi preciso solicitar a mudança da categoria de Faculdades Isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, sendo aprovado em fevereiro de 2001, por meio da Portaria 285/2001 do MEC. (IFPR, 2016).

Assim, em 2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a ser denominadas de Faculdades Integradas Católicas de Palmas, e em 2004, com nova mudança para Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, e posteriormente para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. (IFPR, 2016).

Com a autonomia dada aos Centros Universitários, em 2004, o UNICS, disponibilizou os cursos de Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Engenharia Agrônoma. (IFPR, 2016).

Logo, no ano de 2009 o UNICS, teve seu foco na inclusão da IES no IFPR, contando com a participação de integrações de lideranças políticas, movimentos e associações, em defesa da federalização do UNICS. Em março de 2010 ocorreu a oficialização da desapropriação dos bens do UNICS, instalando assim o IFPR em Palmas, e em junho incorporando os cursos e alunos pelo Instituto e extinguindo o UNICS. Sendo, portanto, uma transição de uma instituição particular para uma instituição pública, na qual o IFPR passou a ter posse da estrutura, dos PPPs de cursos e alunos matriculados, além dos resultados das avaliações do ENADE. Tendo as aulas retomadas em agosto de 2010. (IFPR, 2016).

No município de Palmas o IFPR oferta, como exposto na Tabela 19, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 19: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Palmas

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM ALIMENTOS	83
	TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS	128
SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO	171
	AGRONOMIA	203
	ARTES VISUAIS	127
	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	179
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	183
	CIÊNCIAS DA NATUREZA – HABILITAÇÃO EM QUÍMICA	126
	DIREITO	207
	EDUCAÇÃO FÍSICA	164
	ENFERMAGEM	120
	ENGENHARIA CIVIL	35
	FARMÁCIA	169
	LETRAS – LÍNGUA ESTRANGEIRA	124
	LETRAS – LÍNGUA ESTRANGEIRA	41
	PEDAGOGIA	137
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	103	
TOTAL		2300

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Palmas, foram destinados, em 2016, R\$ 4.446.386,64, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiário, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, aquisição de software, obras e instalações, e material permanente. Contando com 171 servidores, dentre eles 133 docentes e 38 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 28 e 29, podemos observar o câmpus de Palmas.

Figura 28: Câmpus do IFPR em Palmas



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 29: Câmpus do IFPR em Palmas



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.14 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Paranguá

A cidade de Paranguá está localizada na região Metropolitana de Curitiba, possui 806,225 Km² de área territorial e sua população estimada é de 150.660 habitantes. Tendo como IDH de 0,750. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 117.257

pessoas, Economicamente Ativas de 66.849 pessoas e Ocupadas de 60.828 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 17: Matrículas no ensino público na cidade de Paranaguá

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	1.509
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	3.383
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	23.797
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	7.267
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	1.177
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	2.499

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=8&btOk=ok>.

No município de Paranaguá o IFPR oferta, como exposto na Tabela 20, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 20: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Paranaguá

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AQUICULTURA	1
	TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	1
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	135
	TÉCNICO EM LOGÍSTICA	1
	TÉCNICO EM MECÂNICA	144
	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	96
	TÉCNICO EM PORTOS	2
SUPERIOR	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	60
	CIÊNCIAS SOCIAIS	148
	FÍSICA	120
	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	146
TOTAL		854

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/>>.

Ao câmpus do IFPR de Paranaguá, foram destinados, em 2016, R\$ 2.117.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, pessoa física, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, e material permanente. Contando com 113 servidores,

dentre eles 72 docentes, 38 técnicos administrativos e 3 os quais os cargos não foram especificados pelo Instituto. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus conta com uma área de mais de 6.199,22 metros quadrados, divididos em 04 blocos, sendo eles:

Bloco administrativo: 01 auditório para 150 pessoas, 01 laboratório de aquicultura, 01 laboratório de ciências humanas, 01 biblioteca com acervo de aproximadamente 10 mil livros e uma sala de aula do EAD.

Bloco tecnológico: 02 salas de aula, 08 laboratórios do eixo de processos industriais e mais 01 sala de aula e 01 laboratório de meio ambiente.

Bloco didático: 14 salas de aula, 01 laboratório de física, 01 de química, 01 de biologia e 05 laboratórios de informática.

Bloco de Laboratórios Técnicos: abriga os cursos Técnico em Mecânica, Técnico em Meio Ambiente, Tecnólogo em Manutenção Industrial e de Especialização em Gestão Ambiental, além dos cursos de formação inicial e continuada, oferecidos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 30, 31, 32 e 33, podemos observar o câmpus de Paranaguá.

Figura 30: Câmpus do IFPR em Paranaguá



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 31: Câmpus do IFPR em Paranaguá



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 32: Câmpus do IFPR em Paranaguá



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 33: Câmpus do IFPR em Paranaguá



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.15 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Paranavaí

A cidade de Paranavaí está localizada no noroeste paranaense, possui 1.202,151 Km² de área territorial e sua população estimada é de 86.773 habitantes. Tendo como IDH de 0,763. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 70.888 pessoas, Economicamente Ativas de 43.835 pessoas e Ocupadas de 41.226 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 18: Matrículas no ensino público na cidade de Paranavaí

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	1.828
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	1.939
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	9.952
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	3.704
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	1.098
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	3.791

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=376&btOk=ok>.

O Câmpus do IFPR iniciou seu funcionamento em 16 de agosto de 2010, com os cursos técnicos subsequentes em Alimentos, Eletromecânica e Informática. (IFPR, 2016). No município de Paranavaí atualmente o IFPR oferta, como exposto na Tabela 21, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 21: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Paranavaí

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	110
	TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA	135
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	132
SUPERIOR	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	93
	QUÍMICA	93
TOTAL		563

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Paranavaí, foram destinados, em 2016, R\$ 2.127.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, auxílio a estudantes, auxílio a pesquisadores, material

de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, e material permanente. Contando com 97 servidores, dentre eles 55 docentes, 41 técnicos administrativos e 1 o qual o cargo não foi especificado pelo Instituto. (IFPR, 2016).

A estrutura do câmpus conta com:

Salas de aula: 20 salas, sendo 12 utilizadas como sala de aula, e, provisoriamente, 2 utilizadas como biblioteca, 7 utilizadas para os setores administrativos e 1 como laboratório de biologia.

Laboratórios: 2 de Química, 1 de Alimentos, 1 de Microbiologia, 1 de Biologia, 5 de Informática e 4 de Eletromecânica.

Biblioteca: 1 que está instalada em duas salas de aula com metragem total de 127,78 m².

1 Cantina terceirizada. (IFPR, 2016)

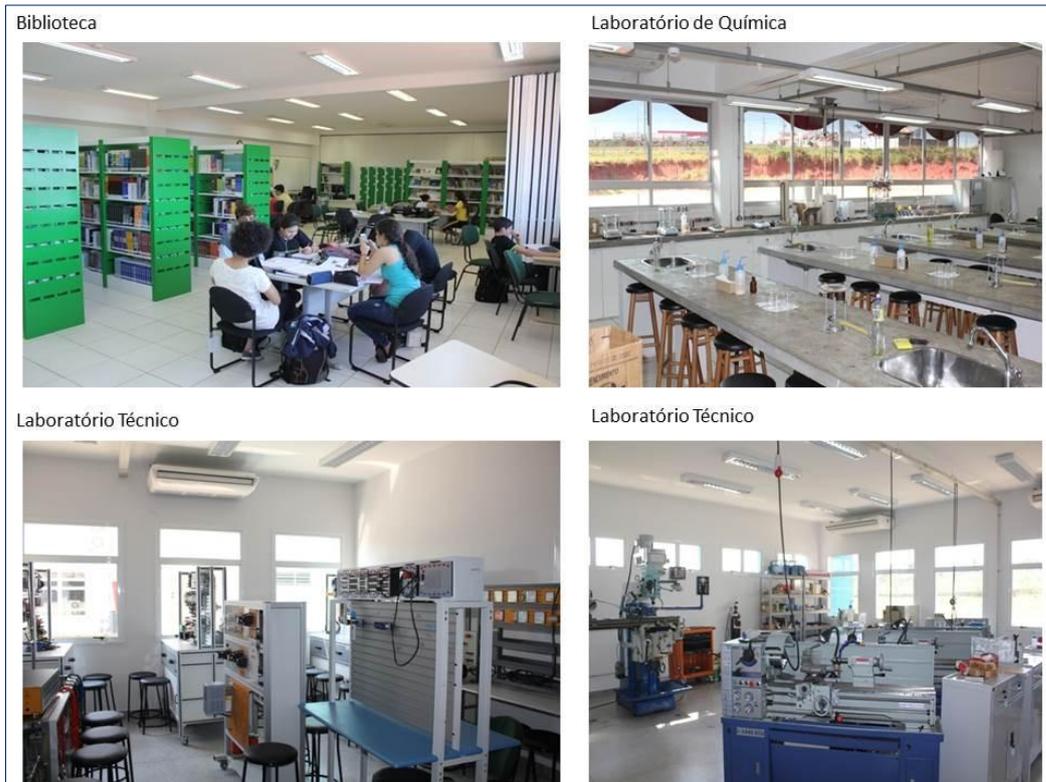
Abaixo, na Figura 34, 35, 36 e 37, podemos observar o câmpus de Paranavaí.

Figura 34: Câmpus do IFPR em Paranavaí



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 35: Câmpus do IFPR em Paranavaí



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 36: Câmpus do IFPR em Paranavaí



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 37: Câmpus do IFPR em Paranavaí

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.16 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Pinhais

A cidade de Pinhais está localizada na região Metropolitana de Curitiba, possui 61.137 Km² de área territorial e sua população estimada é de 127.045 habitantes. Tendo como IDH de 0,751. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 99.181 pessoas, Economicamente Ativas de 61.598 pessoas e Ocupadas de 58.737 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 19: Matrículas no ensino público na cidade de Pinhais

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	2.735
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	3.252
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	17.106
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	6.093
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	1.903
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	341

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=13&btOk=ok>.

O Câmpus do IFPR na cidade de Pinhais, foi inaugurado em 19 de março 2015, adotando a proposta Trilíngue, com as línguas Português, Inglês e Espanhol. Atualmente no município de Pinhais o IFPR oferta, como exposto na Tabela 22, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 22: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Pinhais

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	80
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	77
TOTAL		157

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Pinhais, foram destinados, em 2016, R\$ 1.347.695,28, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, distribuição gratuita, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, aquisição de software, e equipamentos de material permanente. Contando com 32 servidores, dentre eles 22 docentes e 10 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 38, podemos observar o câmpus de Pinhais.

Figura 38: Câmpus do IFPR em Pinhais



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.17 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Pitanga

A cidade de Pitanga está localizada no centro sul paranaense, possui 1.665,901 Km² de área territorial e sua população estimada é de 32.419 habitantes. Tendo como IDH de 0,702. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 27.810 pessoas, Economicamente Ativas de 18.210 pessoas e Ocupadas de 17.465 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 20: Matrículas no ensino público na cidade de Pitanga

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	496
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	729
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	4.590
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.535
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	133
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.027

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=92&btOk=ok>.

No município de Pitanga o IFPR oferta, como exposto na Tabela 23, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 23: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus Pitanga

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	75
TOTAL		75

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Pitanga, foram destinados, em 2016, R\$ 1.337.441,22, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), terceirizações, pessoa jurídica, e material permanente. Contando com 16 servidores, dentre eles 12 docentes e 4 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 39, podemos observar o câmpus de Pitanga.

Figura 39: Câmpus do IFPR em Pitanga

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.18 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Telêmaco Borba

A cidade de Telêmaco Borba está localizada no centro oriental paranaense, possui 1.385,532 Km² de área territorial e sua população estimada é de 75.809 habitantes. Tendo como IDH de 0,734. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 59.004 pessoas, Economicamente Ativas de 32.418 pessoas e Ocupadas de 29.510 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 21: Matrículas no ensino público na cidade de Telêmaco Borba

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	496
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	729
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	4.590
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.535
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	133
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	1.027

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=92&btOk=ok>.

No município de Telêmaco Borba o IFPR oferta, como exposto na Tabela 24, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 24: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Telêmaco Borba

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	151
	TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA	18
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	120
	TÉCNICO EM MECÂNICA	117
SUPERIOR	FÍSICA	98
	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	68
	TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	78
TOTAL		650

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Telêmaco Borba, foram destinados, em 2016, R\$ 2.105.225,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, e material permanente. Contando com 76 servidores, dentre eles 47 docentes e 29 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 40 e 41, podemos observar o câmpus de Telêmaco Borba.

Figura 40: Câmpus do IFPR em Telêmaco Borba



Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 41: Câmpus do IFPR em Telêmaco Borba

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.19 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de Umuarama

A cidade de Umuarama está localizada no noroeste paranaense, possui 1.227,425 Km² de área territorial e sua população estimada é de 108.218 habitantes. Tendo como IDH de 0,761. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 88.146 pessoas, Economicamente Ativas de 55.922 pessoas e Ocupadas de 52.659 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 22: Matrículas no ensino público na cidade de Umuarama

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	2.371
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	2.410
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	11.884
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	4.639
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	880
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	7.192

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=353&btOk=ok>.

No município de Umuarama o IFPR oferta, como exposto na Tabela 25, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 25: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de Umuarama

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO	69
	TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	38
	TÉCNICO EM DESIGN DE MÓVEIS	40
	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	40
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	86
	TÉCNICO EM QUÍMICA	109
SUPERIOR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	69
TOTAL		451

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de Umuarama, foram destinados, em 2016, R\$ 2.119.225,08,08, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, obras e instalações, e material permanente. Contando com 84 servidores, dentre eles 52 docentes e 32 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, nas Figuras 42 e 43, podemos observar o câmpus de Umuarama.

Figura 42: Câmpus do IFPR em Umuarama

Fonte: IFPR, Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Figura 43: Câmpus do IFPR em Umuarama

Fonte: IFPR, Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.20 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR no câmpus de União da Vitória

A cidade de União da Vitória está localizada no sudoeste paranaense, possui 713,565 Km² de área territorial e sua população estimada é de 56.265 habitantes. Tendo como IDH de 0,740. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 44.651 pessoas, Economicamente Ativas de 26.136 pessoas e Ocupadas de 24.070 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 23: Matrículas no ensino público na cidade de União da Vitória

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	826
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	1.370
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	7.284
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	2.768
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	600
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	5.395

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=74&btOk=ok>.

No município de União da Vitória o IFPR oferta, como exposto na Tabela 26, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso, no mês de maio de 2016.

Tabela 26: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR do câmpus de União da Vitória

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
TÉCNICO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	77
TOTAL		77

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Ao câmpus do IFPR de União da Vitória, foram destinados, em 2016, R\$ 1.346.553,94, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), pessoa física, terceirizações, pessoa jurídica, aquisição de software, obras e instalações, e material permanente. Contando com 25 servidores, dentre eles 15 docentes e 7 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

Abaixo, na Figura 44, podemos observar o câmpus de União da Vitória.

Figura 44: Câmpus do IFPR em União da Vitória

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.21 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR nos campi avançados

Os campi avançados são unidades do IFPR que atendem para a oferta de formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância, sendo de exclusividade a oferta de cursos pelo PRONATEC, e estão localizados na cidade de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. Sendo que há previsão de novos campi avançados nos municípios de Bandeirantes, Guaíra e Lapa. (IFPR, 2016). Assim, apresentaremos os dados dos municípios com os campi avançados.

A cidade de Astorga está localizada no norte central paranaense, possui 435,994 Km² de área territorial e sua população estimada é de 25.976 habitantes. Tendo como IDH de 0,747. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 21.593 pessoas, Economicamente Ativas de 14.138 pessoas e Ocupadas de 13.482 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público em Astorga estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 24: Matrículas no ensino público na cidade de Astorga

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	631
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	607
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	3.034
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.071
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	79
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	249

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=269&btOk=ok>.

A cidade de Barracão está localizada no sudoeste paranaense, possui 162.804 Km² de área territorial e sua população estimada é de 10.231 habitantes. Tendo como IDH de 0,706. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 8.388 pessoas, Economicamente Ativas de 5.314 pessoas e Ocupadas de 5.080 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público em Barracão estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 25: Matrículas no ensino público na cidade de Barracão

EDUCAÇÃO	FONTE	DAT A	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	140
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	241
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	1.456

Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	520
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	5
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	77

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=151&btOk=ok>.

A cidade de Coronel Vivida está localizada no sudoeste paranaense, possui 683,252 Km² de área territorial e sua população estimada é de 21.846 habitantes. Tendo como IDH de 0,723. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 18.783 pessoas, Economicamente Ativas de 12.440 pessoas e Ocupadas de 12.018 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público em Coronel Vivida estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 26: Matrículas no ensino público na cidade de Coronel Vivida

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	314
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	468
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	2.608
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	923
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	73
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	23

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=127&btOk=ok>.

A cidade de Goioerê está localizada no centro ocidental paranaense, possui 566,028 Km² de área territorial e sua população estimada é de 34.027 habitantes. Tendo como IDH de 0,731. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 25.077 pessoas, Economicamente Ativas de 14.744 pessoas e Ocupadas de 13.946 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público em Goioerê estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 27: Matrículas no ensino público na cidade de Goioerê

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	848
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	404
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	3.608
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2015	1.208

(alunos)			
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	115
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	428

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=340&btOk=ok>.

A cidade de Quedas do Iguaçu está localizada no centro sul paranaense, possui 827,928 Km² de área territorial e sua população estimada é de 32.982 habitantes. Tendo como IDH de 0,681. A População em Idade Ativa deste município está em torno de 25.370 pessoas, Economicamente Ativas de 16.131 pessoas e Ocupadas de 15.347 pessoas. (IPARDES, 2016).

As matrículas no ensino público em Quedas do Iguaçu estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro 28: Matrículas no ensino público na cidade de Quedas do Iguaçu

EDUCAÇÃO	FONTE	DATA	MUNICÍPIO
Matrículas na Creche (alunos)	SEED	2015	705
Matrículas na Pré-escola (alunos)	SEED	2015	350
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	SEED	2015	4.488
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	SEED	2015	1.436
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	SEED	2015	-
Matrículas no Ensino Superior (alunos)	MEC/INEP	2014	-

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=115&btOk=ok>.

Nos municípios de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu o IFPR oferta, como exposto na Tabela 27, os seguintes cursos, bem como os alunos em curso.

Tabela 27: Câmpus, curso e alunos em curso no IFPR dos campi avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu

CÂMPUS	CURSO	ALUNOS EM CURSO
ASTORGA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	84
BARRACÃO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	73
CORONEL VIVIDA	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	133
GOIOERÊ	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	116
QUEDAS DO IGUAÇU	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	46
TOTAL		452

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Em relação às distribuições orçamentárias destes campi, temos as seguintes informações expostas no Quadro 29.

Quadro 29: Plano de Distribuição Orçamentária nos campi avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu

DESCRIÇÃO	ASTORGA	BARRACÃO	CORONEL VIVIDA	GOIOERÊ	QUEDAS DO IGUAÇU
Diárias	25.000,00	30.000,00	20.000,00	19.793,49	0,00
Auxílio a estudantes	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio a pesquisadores	500,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Material de consumo	20.000,00	102.000,00	132.781,00	50.000,00	0,00
Premiações	500,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00
Distribuição Gratuita	500,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00
Passagens	25.000,00	8.000,00	10.000,00	7.500,00	0,00
Transporte – Locação	5.000,00	60.000,00	80.000,00	120.258,00	0,00
Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colaboradores eventuais (diárias)	1.500,00	2.000,00	6.000,00	2.000,00	0,00
Estagiários	0,00	0,00	0,00	5.064,00	0,00
Pessoa Física	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Terceirizações	218.929,10	330.000,00	249.197,40	354.026,24	265.000,00
Pessoa Jurídica	1.400,00	70.000,51	41.689,41	106.738,65	71.003,50
Obrigações Trib. e Contrib.	1.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Outros auxílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios anteriores	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de software	0,00	0,00	0,00	17.060,00	0,00
Obras e instalações	0,00	20.000,00	22.000,00	0,00	0,00
Material permanente	35.000,00	50.000,00	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL	336.329,10	672.000,51	683.667,81	682.440,38	336.003,50

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Contando com o seguinte número de servidores:

Tabela 28: Número de servidores nos campi avançados do IFPR

CÂMPUS	QUANTIDADE	
	DOCENTES	TÉCNICOS
ASTORGA	15	6
BARRAÇÃO	10	6
CORONEL VIVIDA	18	3
GOIOERÊ	13	8
QUEDAS DO IGUAÇU	2	4
TOTAL	58	27

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

3.3.22 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos do IFPR na modalidade EAD

O IFPR oferta na modalidade a distância cursos técnicos, superior e especialização, sendo eles apresentados na Tabela 29.

Tabela 29: Tipo do curso, curso e alunos em curso no IFPR – EAD

TIPO DE CURSO	CURSO	ALUNOS EM CURSO
ESPECIALIZAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO EM EAD COM HABILITAÇÃO EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL	86
	ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	217
	GESTÃO PÚBLICA COM HABILITAÇÃO EM LOGÍSTICA	16
SUPERIOR	GESTÃO PÚBLICA	49
TÉCNICO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1273
	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2429
	TÉCNICO EM EVENTOS	524
	TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR	367
	TÉCNICO EM LOGÍSTICA	2543
	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	1010
	TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	440
	TÉCNICO EM REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	526
	TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR	697
	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2208
	TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	767
TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS	891	

TOTAL**14158**Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

Para a modalidade EAD do IFPR, foram destinados, em 2016, R\$ 954.003,00, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), terceirizações e pessoa jurídica. Contando com 29 servidores, dentre eles 5 docentes e 24 técnicos administrativos. (IFPR, 2016).

3.3.23 Aspectos estruturais, funcionais, administrativos e pedagógicos na Reitoria do IFPR

O prédio da reitoria do IFPR fica localizado na cidade de Curitiba. Em relação a sua distribuição orçamentária, foram destinados, no ano de 2016, R\$ 5.920.257,00, os quais foram distribuídos entre diárias, material de consumo, passagens, transportes – locação, colaboradores eventuais (diárias), estagiários, terceirizações, pessoa jurídica, e material permanente. Contando com 205 servidores, dentre eles 20 docentes, 183 técnicos administrativos e 2 os quais os cargos não foram especificados pelo Instituto. (IFPR, 2016).

A estrutura da reitoria possui 2.363,50 metros quadrados, contendo as Pró-Reitorias, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), o gabinete do Reitor e a unidade do câmpus de Curitiba. Abaixo podemos observar o prédio da Reitoria do IFPR, na Figura 45.

Figura 45: Reitoria do IFPR

Fonte: IFPR, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/> >.

O intuito deste capítulo foi caracterizar o IFPR, considerando sua estrutura, funcionalismo, administração, seus elementos pedagógicos e financeiros. Assim, apresentamos dados importantes para a pesquisa e necessários para a apreensão da política implementada.

A criação do IF ocorreu no contexto do governo do Presidente Lula, quando o projeto foi idealizado em 2003, todavia, concretizou-se por meio da Lei 11.892/2008.

Sua criação teve forte impacto econômico e social no Brasil, com o intuito de facilitar o acesso à qualificação profissional em nível federal. Entretanto, sabemos que a expansão de algo ocorre por etapas. Com seu caráter emergente a maioria dos campi iniciam a história e suas atividades, utilizando-se de estruturas de outras instituições escolares, para somente após um ano ou mais, dependendo do desenvolvimento de cada município, ter a sede própria.

Apesar de sua estrutura e possibilidade de ampliação na oferta dos cursos, em algumas cidades do Paraná, como Capanema, Cascavel, Irati, Jaguariaíva, Pinhais e União da Vitória, o IFPR oferta entre um e três cursos, isto decorrente da demanda produtiva local.

A preocupação neste detalhe, é pelo fato de não se tratar apenas de uma questão de estrutura, funcionalismo, administração, ou financeiro, mas em cidades com desenvolvimento econômico, as instituições mais procuradas para qualificação profissional e formação continuada, são as particulares, o que de forma indireta influencia na demanda e oferta dos cursos profissionais, em âmbito estadual, federal e privado, pois um dos principais programas de acesso ao emprego, o PRONATEC, tem vínculo, tanto com a esfera pública quanto privada.

Deste modo, se faz necessário apresentarmos os *Aspectos Educacionais, Profissionalizantes e Sociais da Juventude no Estado do Paraná*, para a compreensão dos dados já apresentados nos dois capítulos já trabalhados e suas características de empregabilidade e inserção social.

4 ASPECTOS EDUCACIONAIS, PROFISSIONALIZANTES E SOCIAIS DA JUVENTUDE NO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo vamos tratar dos aspectos educacionais, profissionalizantes e sociais da juventude no Paraná. Para tanto, está dividido em três seções. Na seção *Aspectos Socioeconômicos do Estado Paraná* destacamos fatores socioeconômicos do Estado. Já na seção *Aspectos Sociais da Juventude no Paraná* apresentamos dados educacionais e profissionalizantes, e o jovem no Mapa da Violência (BRASÍLIA, 2014). E para finalizar a pesquisa, a seção *Aspectos Educacionais, Profissionalizantes e Laborais da Juventude: A ‘Inserção Social’ e a ‘Empregabilidade’*, a fim de compreender os conceitos “inserção social” e “empregabilidade” nos discursos das políticas de profissionalização e sociais para a juventude.

4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO PARANÁ

O estado do Paraná localiza-se na região sul do país, ocupando uma área territorial de 199.880 Km². A capital do estado é Curitiba, com sua região metropolitana contendo os municípios de São José dos Pinhais e Araucária que são grandes destaques econômicos do estado. O estado possui 399 municípios, totalizando a população de 11.021.540 habitantes, possuindo o Índice de Desenvolvimento Humano em 0,749. (IPARDES, 2016; PARANÁ, 2015).

Na Tabela 30, apresentamos os municípios mais populosos do Paraná.

Tabela 30: Municípios mais populosos do Paraná

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Curitiba	1.751.907
Londrina	506.701
Maringá	357.077
Ponta Grossa	311.611
Cascavel	286.205
São José dos Pinhais	264.210
Foz do Iguaçu	256.088
Colombo	212.967
Guarapuava	167.328
Paranaguá	140.469
Apucarana	120.919
Toledo	119.313
Araucária	119.123

Pinhais	117.008
Campo Largo	112.377

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em
<http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>.

A população jovem, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos estipulada pelo Estatuto da Juventude (2013) estimada está dividida da seguinte maneira:

Tabela 31: População residente no Paraná – 2013

GRUPO DE IDADE	TOTAL DA POPULAÇÃO
0 a 3 anos	575.903
4 e 5 anos	306.146
6 a 10 anos	756.288
11 a 14 anos	658.523
15 a 17 anos	537.670
18 a 19 anos	384.926
20 a 24 anos	869.356
25 a 29 anos	865.509
30 a 34 anos	909.528
35 a 39 anos	793.584
40 a 44 anos	845.541
45 a 49 anos	787.130
50 a 54 anos	736.244
55 a 59 anos	593.740
60 a 64 anos	449.919
65 a 69 anos	331.032
70 a 74 anos	273.415
75 a 79 anos	171.212
80 anos ou mais	175.871
TOTAL	11.021.540

Fonte: PARANÁ, 2015, p. 23.

Em relação ao setor econômico, o Paraná se destaca como a quarta maior economia do Brasil. Sendo que seu Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a 6,3% do PIB brasileiro, e a renda per capita registrada em 2013 é de R\$ 30,3 mil. De 2005 a 2016 temos as seguintes amostras, na Tabela 32.

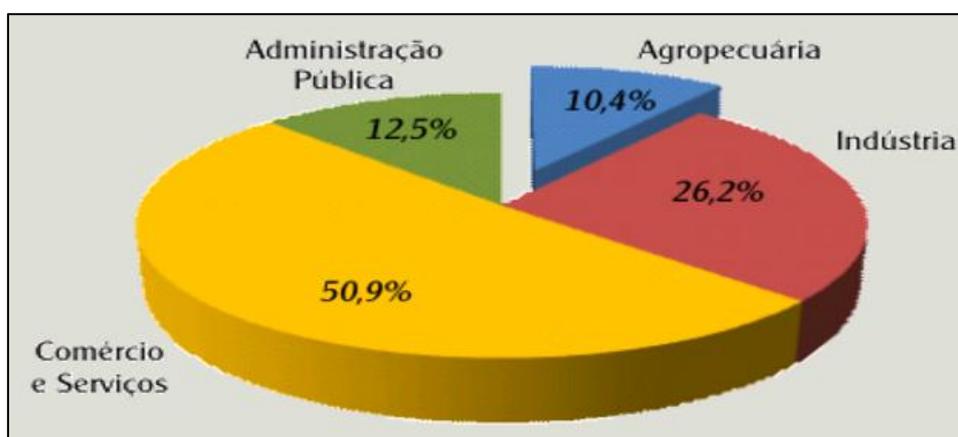
Tabela 32: Produto Interno Bruto do Paraná e do Brasil a preços correntes de mercado – 2005 a 2016

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			VARIÇÃO REAL ANUAL%	
	UNIDADE	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ	BRASIL
2005	R\$ MILHÃO	127.465	2.170.585	0,6	3,2
2006	R\$ MILHÃO	137.648	2.409.450	1,9	4,0
2007	R\$ MILHÃO	165.209	2.720.263	7,2	6,1
2008	R\$ MILHÃO	185.684	3.109.803	4,0	5,1
2009	R\$ MILHÃO	196.676	3.333.039	-1,7	-0,1
2010	R\$ MILHÃO	225.205	3.885.847	9,9	7,5
2011	R\$ MILHÃO	257.122	4.376.382	4,6	4,0
2012	R\$ MILHÃO	285.620	4.814.760	0,0	1,9
2013	R\$ MILHÃO	333.481	5.331.619	5,5	3,0
2014	R\$ MILHÃO	348.084	5.778.953	-1,5	0,5
2015	R\$ MILHÃO	365.881	6.000.570	-3,3	-3,8
2016	R\$ MILHÃO	286.957	6.266.896	-2,4	-3,6

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/tab_pib_01.pdf>.

A Composição do Valor Adicionado do estado divide-se entre administração pública, agropecuária, indústria e comércio e serviços, sendo que, 50,9% corresponde ao comércio e ao serviço, como podemos observar no Gráfico 7:

Gráfico 7: Composição do Valor Adicionado no Estado do Paraná- 2013



Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>.

Conforme o IPARDES (2016), os municípios que mais representam o PIB paranaense são Curitiba e São José dos Pinhais, no interior pode-se destacar a agroindústria e serviços de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, já Foz do Iguaçu se destaca pelas atividades de turismo e energia elétrica, e Paranaguá, no litoral, pelas atividades relacionadas ao porto. Posteriormente, apresentamos, na Tabela 33, as maiores economias do Estado do Paraná.

Tabela 33: Maiores economias do Paraná

MUNICÍPIO	PIB	PARTICIPAÇÃO
	(R\$ mil correntes)	(%)
Curitiba	79.383.343	23,85
São José dos Pinhais	25.238.577	7,58
Londrina	15.930.758	4,79
Maringá	13.733.657	4,13
Ponta Grossa	10.280.846	3,09
Foz do Iguaçu	9.877.010	2,97
Cascavel	8.403.195	2,52
Araucária	7.360.425	2,21
Paranaguá	6.160.076	1,85
Pinhais	4.947.752	1,49
Outros municípios	151.521.528	45,52
PARANÁ	332.837.167	100

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>.

Por meio desta tabela podemos observar que dentre 399 municípios apenas dez são responsáveis por 54,48% do que é produzido no Estado. A economia paranaense se distingui por ser o maior estado produtor de grãos no país. Tendo a agropecuária voltada para a produção de cana-de-açúcar, milho, soja, mandioca, trigo, e batata-inglesa, e o avanço na produção de frutas. (IPARDES, 2016)

Na Tabela 34, apresentamos os principais produtos agrícolas do Paraná.

Tabela 34: Principais produtos agrícolas do Paraná

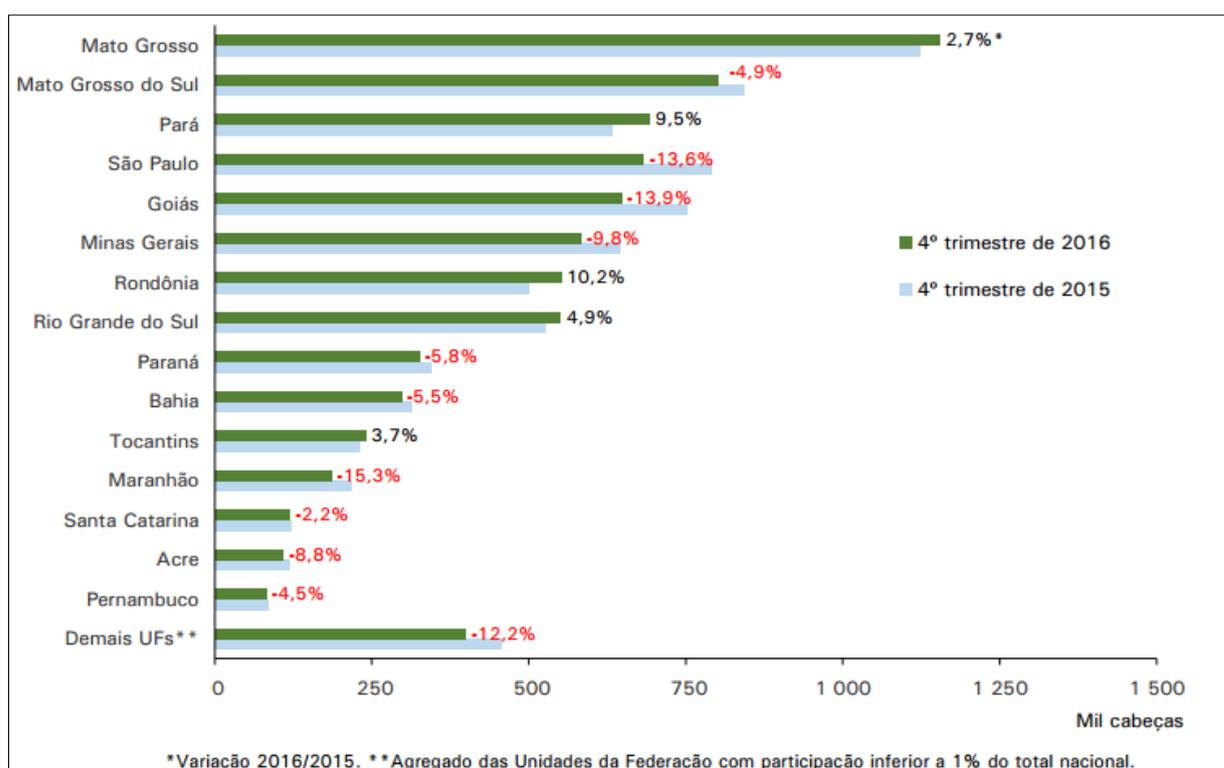
PRODUTO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO
	(toneladas)	PARANÁ/BRASIL (%)
Cana-de-açúcar	47.947.529	6,5
Milho	15.823.241	19,81
Soja	14.913.173	17,19

Mandioca	3.958.798	17,03
Trigo	3.816.201	60,94
Batata-Inglesa	850.959	23,06

Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>.

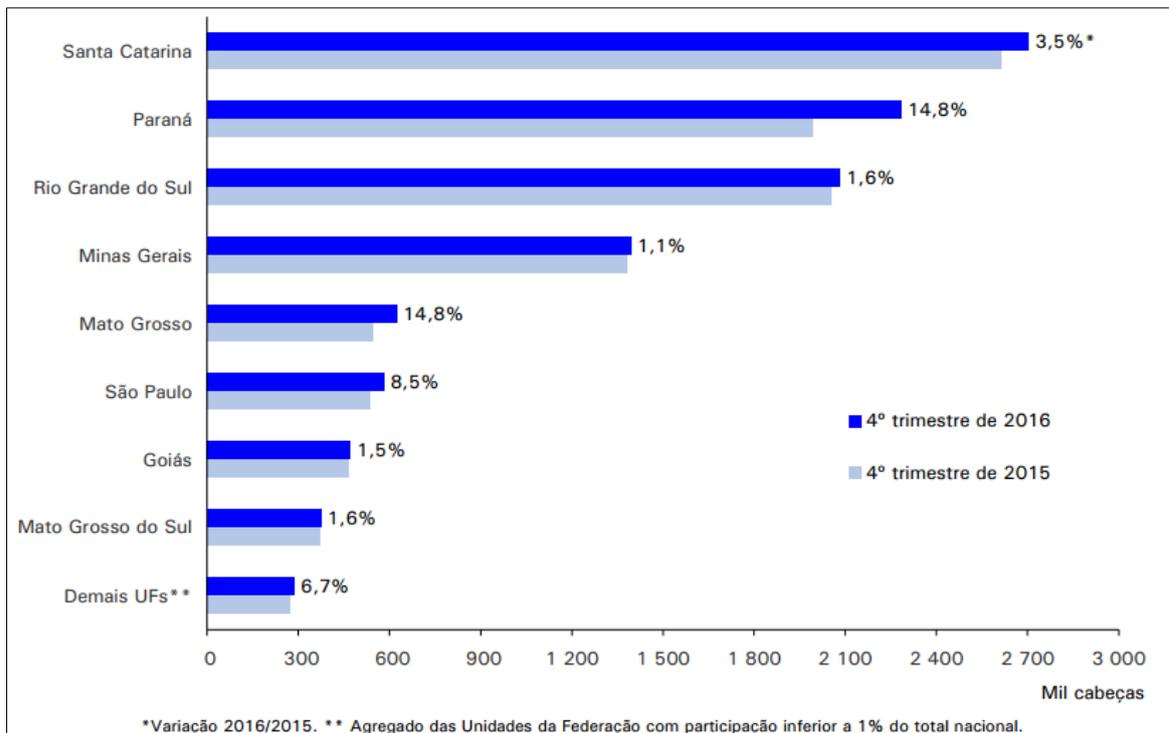
Nos próximos gráficos podemos observar a posição do Paraná na economia brasileira, considerando o setor de agropecuária, e em relação ao número de abates de bovinos (Gráfico 8), suínos (Gráfico 9) e de frangos (Gráfico 10).

Gráfico 8: Ranking e variação anual do abate de bovinos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)



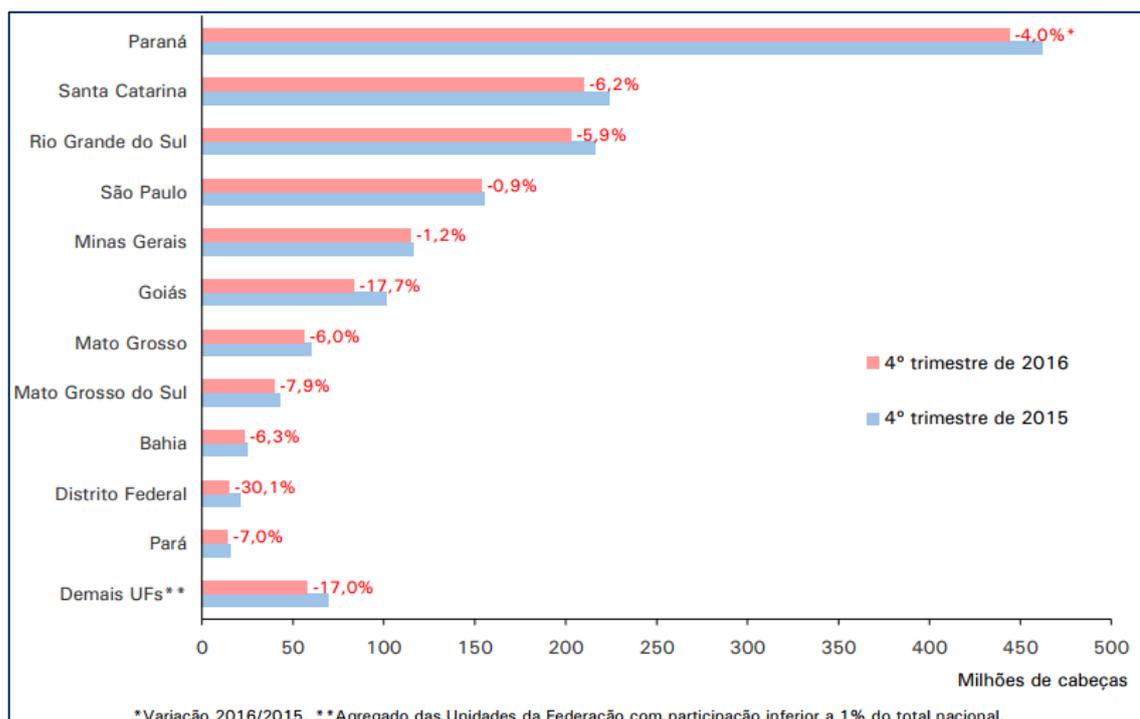
Fonte: IBGE, 2017.

Gráfico 9: Ranking e variação anual do abate de suínos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)



Fonte: IBGE, 2017.

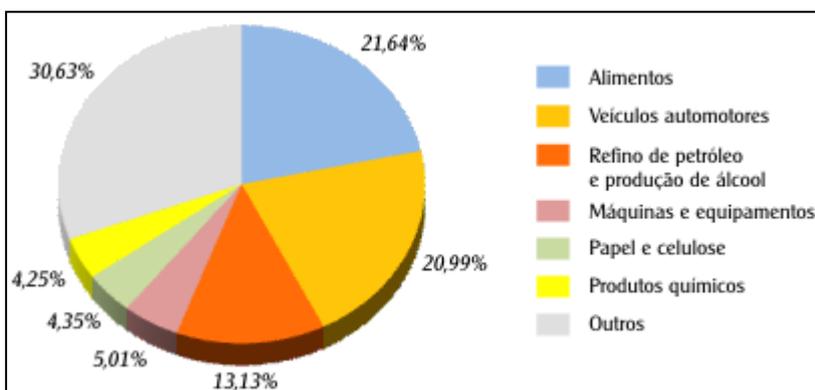
Gráfico 10: Ranking e variação anual do abate de frangos – Unidades da Federação (4º trimestre de 2015 e 2016)



Fonte: IBGE, 2017.

Na indústria paranaense já fora produzido cerca de R\$ 78 bilhões, no ano de 2013. Predominando a produção de alimentos, veículos e petróleo, correspondendo a 55,76% da produção, como podemos conferir no Gráfico 11. (IPARDES, 2016).

Gráfico 11: Composição do valor da Transformação Industrial – Paraná- 2013

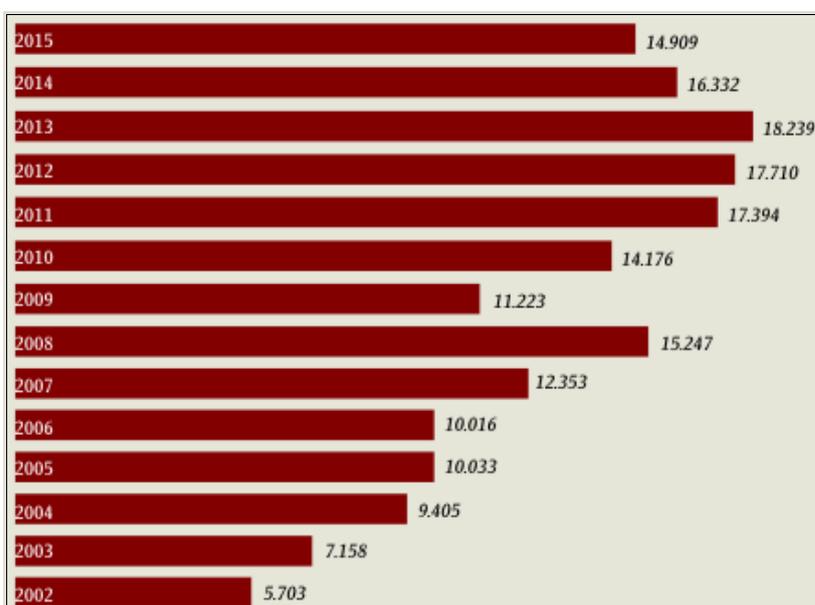


Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>.

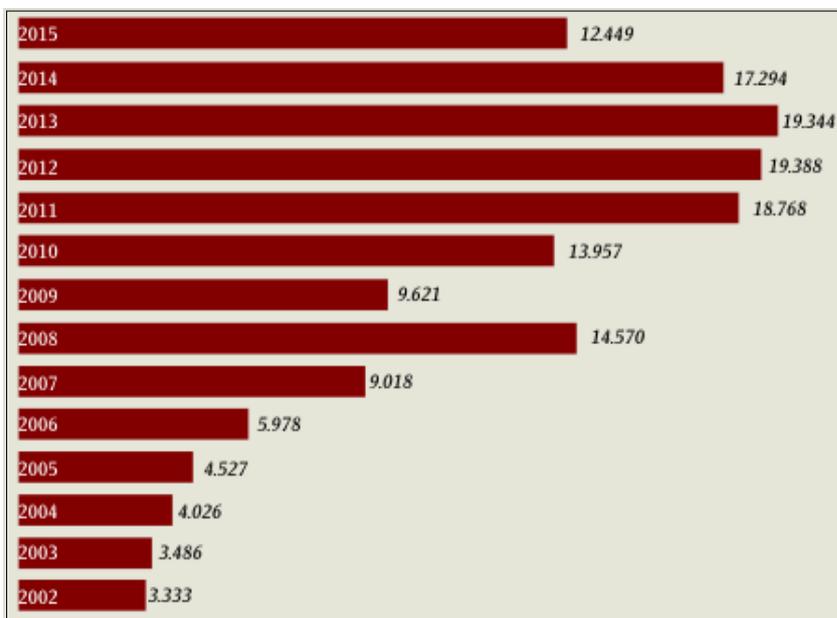
Em relação ao comércio exterior, o Paraná fica na quinta posição dos estados brasileiros. No ano de 2015 foi equivalente a 7,8% da exportação nacional. Os maiores fornecedores, por meio de importações foram China, Argentina, Estados Unidos e Alemanha, com o valor de US\$ 5,4 bilhões negociados com o Paraná. (IPARDES, 2016). Abaixo nos Gráficos 12 e 13 representamos o aumento de exportações e importações no Paraná, de 2002 a 2015.

Gráfico 12: Exportações paranaenses de 2002 a 2015 (U\$ Milhões)



Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:
http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1.

Gráfico 13: Importações paranaenses de 2002 a 2015 (US\$ Milhões)



Fonte: IPARDES, 2016. Disponível em:
http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1.

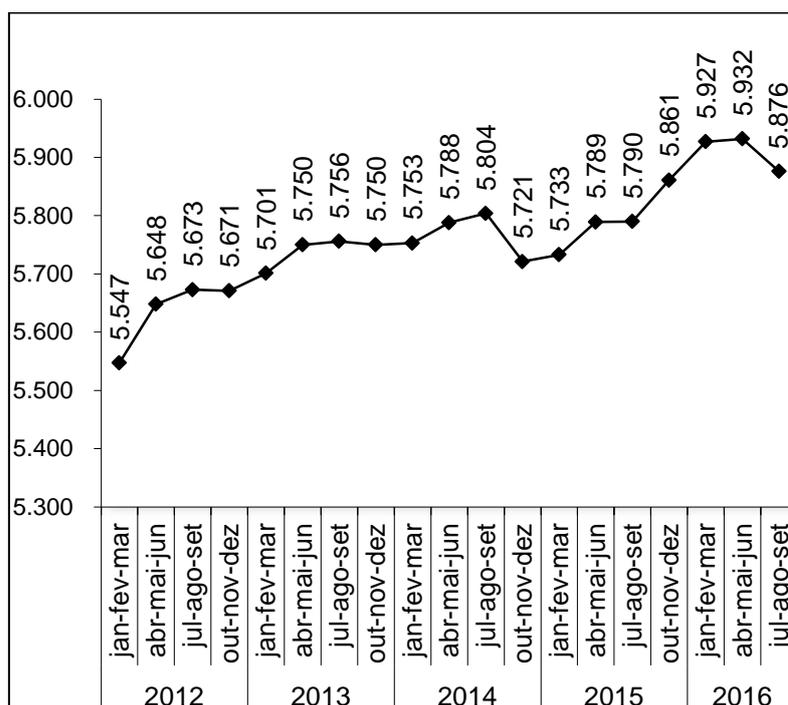
Considerando esses números, o Paraná se destacou no ano de 2014 entre os cinco estados brasileiros que mais exportam, como podemos verificar na Tabela 35.

Tabela 35: Os cinco estados brasileiros que mais exportaram no ano de 2014 (US\$ Milhões)

Estados	Exportação	
	Milhões US\$	Participação (%)
São Paulo	51.458	22,86
Minas Gerais	26.321	13,03
Rio de Janeiro	22.619	10,05
Rio Grande do Sul	18.696	8,31
Paraná	16.332	7,26
Outros	86.675	38,49
Total	225.128	100

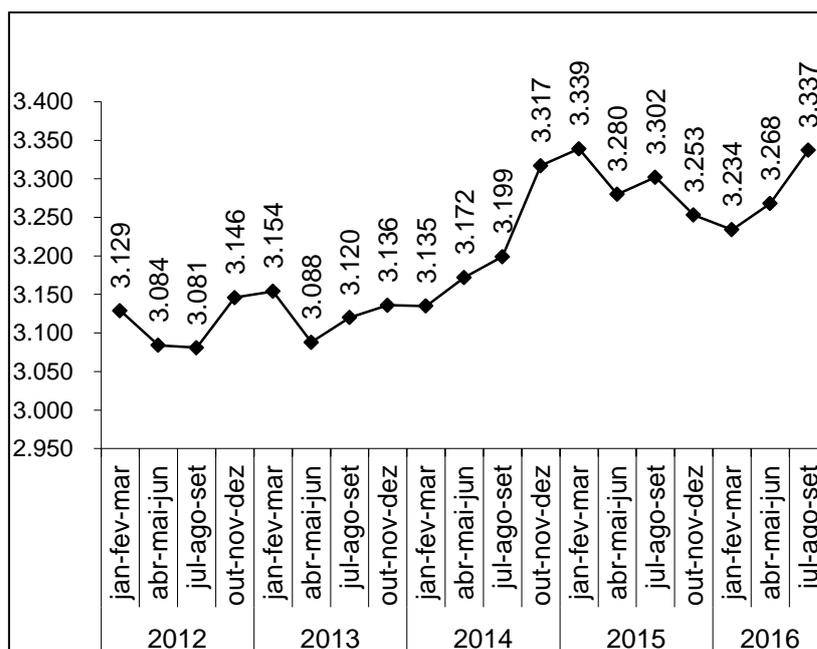
Fonte: Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais (2016).

Em relação ao emprego e desemprego no Paraná, apresentamos a seguir no gráfico 14 e 15, dados do PNAD, referente ao número (em milhares) de pessoas na força de trabalho e de pessoas fora da força de trabalho, nos anos de 2012 a 2016.

Gráfico 14: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho

Fonte: PNAD, 2016.

Por meio deste gráfico podemos notar que do ano de 2012 a 2016 o número de pessoas na força de trabalho teve uma variação, e no ano de 2014 a 2016 houve uma queda nos números.

Gráfico 15: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, fora da força de trabalho

Fonte: PNAD, 2016.

O Gráfico 15, nos apresenta o número de pessoas fora da força de trabalho, o que podemos notar que entre os anos de 2014 e 2015, e no ano de 2016 o número aumentou no Paraná.

Com todos esses dados apresentados na seção podemos afirmar que a riqueza em recursos no Paraná, é significativa para a economia no Brasil, e os seus setores impulsionam a oferta de cursos de qualificação profissional, principalmente os setores de alimentos, veículos automotores e de refino de petróleo e produção de álcool.

Assim, é preciso caracterizar os jovens do Paraná, para compreendermos a relação entre o mercado do Paraná e as políticas educacionais de profissionalização e políticas públicas para a juventude.

4.2 ASPECTOS SOCIAIS DA JUVENTUDE NO PARANÁ

A juventude paranaense é composta por 2.657.461 jovens com idade entre 15 e 29 anos, equivalente a 24,11% da população paranaense. Na Tabela 36, podemos observar o número de jovens por grupo de idade no estado do Paraná. (PARANÁ, 2015).

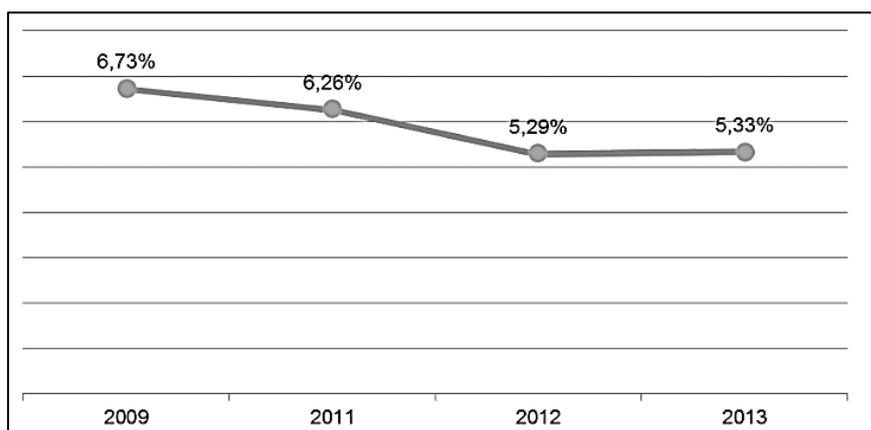
Apesar da vasta ampliação de acesso ao ensino público e redução de analfabetos, o Paraná ainda encara a taxa de analfabetismo entre os jovens, correspondendo a 0,79%. Como podemos notar na Tabela 36. (PARANÁ, 2015).

Tabela 36: Número de Jovens paranaenses

GRUPO DE IDADE	POPULAÇÃO	NÚMERO DE ANALFABETOS
15 a 17 anos	537.670	1.989
18 e 19 anos	384.926	5.004
20 a 24 anos	869.356	7.042
25 a 29 anos	865.509	7.011
TOTAL	2.657.461	21.046

Fonte: PARANÁ, 2015, p. 23 e 26.

No Gráfico 16, apresentamos a diminuição do analfabetismo no Paraná, nos anos de 2009 a 2013, correspondendo a 20,80%.

Gráfico 16: Diminuição do analfabetismo no Paraná de 2009 a 2013

Fonte: PARANÁ, 2015, p. 25.

A educação básica é composta pela educação pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio, ofertadas na Rede Pública Municipal, Estadual, Federal e Particular. (BRASIL, 1996). Nas próximas tabelas (37, 38, 39 e 40), poderemos observar o número de matrículas correspondentes de cada dependência administrativa, nos anos de 2006 a 2016, o total das matrículas da educação básica e o percentual correspondente ao número de matrículas.

Tabela 37: Número de matrículas efetuadas na Rede Federal de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016

ANO	FEDERAL	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS FEDERAIS (%)
2006	5.133	2.789.527	0,18
2007	3.234	2.730.726	0,18
2008	7.266	2.728.126	0,27
2009	13.829	2.706.018	0,51
2010	11.909	2.687.406	0,44
2011	8.123	2.624.940	0,31
2012	8.572	2.628.857	0,33
2013	8.033	2.593.193	0,31
2014	8.199	2.586.577	0,32
2015	13.512	2.568.570	0,53
2016	23.023	2.583.367	0,89

Fonte: SEED, 2017. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>.

Tabela 38: Número de matrículas efetuadas na Rede Estadual de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016

ANO	ESTADUAL	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS ESTADUAIS (%)
2006	1.359.787	2.789.527	48,75
2007	1.353.670	2.730.726	49,57
2008	1.339.349	2.728.126	49,09
2009	1.313.769	2.706.018	48,55
2010	1.311.308	2.687.406	48,79
2011	1.267.154	2.624.940	48,27
2012	1.225.034	2.628.857	46,60
2013	1.167.797	2.593.193	45,03
2014	1.132.220	2.586.577	43,77
2015	1.090.456	2.568.570	42,45
2016	1.074.859	2.583.367	41,61

Fonte: SEED, 2017. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>.

Tabela 39: Número de matrículas efetuadas na Rede Municipal de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016

ANO	MUNICIPAL	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS MUNICIPAIS (%)
2006	1.058.738	2.789.527	37,95
2007	1.047.053	2.730.726	38,34
2008	1.046.670	2.728.126	38,37
2009	1.031.497	2.706.018	38,12
2010	1.011.069	2.687.406	37,62
2011	980.231	2.624.940	37,34
2012	996.561	2.628.857	37,91
2013	1.008.902	2.593.193	38,91
2014	1.010.547	2.586.577	39,07
2015	1.013.600	2.568.570	39,46
2016	1.035.528	2.583.367	40,08

Fonte: SEED, 2017. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>.

Tabela 40: Número de matrículas efetuadas na Rede Particular de Ensino, no Estado do Paraná, nos anos de 2006 a 2016

ANO	PARTICULAR	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS PARTICULARES (%)
2006	365.869	2.789.527	13,12
2007	326.769	2.730.726	11,97
2008	334.841	2.728.126	12,27
2009	346.923	2.706.018	12,82
2010	353.120	2.687.406	13,14
2011	369.432	2.624.940	14,07
2012	398.690	2.628.857	15,17
2013	408.461	2.593.193	15,75
2014	435.611	2.586.577	16,84
2015	451.002	2.568.570	17,56
2016	449.957	2.583.367	17,42

Fonte: SEED, 2017. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>.

Foi possível observar que após a implementação dos Institutos Federais, o número de matrículas na Rede Federal oscila, contudo, aumentou de 5.133 para 23.023.

Ao nos remetermos às matrículas efetuadas para o ensino médio no Paraná, nas modalidades Regular, Integrado e Normal/Magistério, nos deparamos com os seguintes números apresentados na Tabela 41.

Tabela 41: Matrículas do Ensino Médio Regular, Integrado e Normal/ Magistério

ANO	ESTADUAL	%	FEDERAL	%	PARTICULAR	%	TOTAL
2006	418.495	87,09%	2.020	0,42%	60.012	12,49%	480.527
2007	417.566	89,02%	2.191	0,47%	49.337	10,52%	469.094
2008	417.591	88,43%	3.112	0,66%	51.541	10,91%	472.244
2009	418.117	88,19%	3.560	0,75%	52.437	11,06%	474.114
2010	420.049	87,61%	3.578	0,75%	55.790	11,64%	479.471
2011	416.654	86,47%	3.985	0,83%	61.207	12,70%	481.846
2012	416.299	85,90%	4.221	0,87%	64.087	13,22%	484.607
2013	411.212	85,77%	4.272	0,89%	63.930	13,34%	479.414
2014	407.453	85,58%	4.691	0,99%	63.966	13,44%	476.110
2015	404.329	85,27%	5.396	1,14%	64.475	13,60%	474.200
2016	389.049	85,03%	6.422	1,40%	62.083	13,57%	457.554

Fonte: SEED, 2017. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>.

Considerando as modalidades de educação profissional, como Ensino Médio Integrado, Ensino Médio Normal/ Magistério, Educação Profissional de Nível Técnico (subsequente e concomitante), a Educação de Jovens e Adultos Integrado a Educação Profissional de Nível Médio (PROEJA) e a Formação Inicial e Continuada (FIC) temos os seguintes números que correspondem às matrículas efetuadas entre os anos de 2009 a 2016.

Tabela 42: Número de matrículas na Educação Profissional por dependência administrativa no Paraná – 2009 a 2016

ANO	DEP. ADM.	ENSINO MÉDIO INTEGRADO	ENSINO MÉDIO NORMAL MAGISTÉRIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NÍVEL TÉCNICO	PROEJA	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	TOTAL
2009	Estadual	21.247	23.796	21.677	1.631	0	68.351
	Federal	2.943	0	9.297	353	0	12.563
	Privada	242	444	21.196	235	7	22.140
	Total	24.432	24.240	52.140	2.235	7	103.054
2010	Estadual	24.767	24.782	29.135	1.723	1.089	81.496
	Federal	3.013	0	7.325	398	0	10.736
	Privada	460	433	20.829	221	0	21.943
	Total	28.240	25.215	57.289	2.342	1089	114.175
2011	Estadual	26.955	23.082	31.969	1.481	742	84.229
	Federal	3.522	0	3.181	403	0	7.106
	Privada	606	346	20.330	294	11	21.587
	Total	31.083	23.428	55.480	2.178	753	111.183
2012	Estadual	28.127	21.753	30.839	1.150	381	82.250
	Federal	3.809	0	3.478	297	0	7.584
	Privada	813	279	20.257	0	0	21.349
	Total	32.749	22.032	54.574	1.447	381	111.183
2013	Estadual	28.047	20.523	28.488	763	0	77.821
	Federal	3.830	0	3.042	138	0	7.010
	Privada	987	280	21.539	0	0	22.806
	Total	32.864	20.803	53.069	901	0	107.637
2014	Estadual	27.256	18.459	26.609	578	0	72.902
	Federal	4.263	0	2.822	88	0	7.173
	Privada	1.021	198	36.931	0	0	38.150
	Total	32.540	18.657	66.362	666	0	118.225
2015	Estadual	26.533	17.312	24.072	348	0	68.265
	Federal	4.437	0	7.544	14	2	11.997
	Privada	1.167	197	34.182	17	6.148	41.711
	Total	32.137	17.509	65.798	349	6.150	121.973

Fonte: SEED, 2016. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/educacao_profissional2015.pdf>.

Com a exploração da Tabela 42 podemos chegar à conclusão que no decorrer dos anos de 2009 a 2016, as matrículas para a educação profissional, na Rede Estadual e Federal tiveram a queda de 0,13% e 4,51%, respectivamente, quando as matrículas nas instituições particulares de educação profissional aumentaram 88,4%, como podemos observar na Tabela 43.

Tabela 43: Número total de Matrículas na Educação Profissional e taxa de queda e aumento entre os anos de 2009 a 2016 no Paraná

ANO	ESTADUAL		FEDERAL		PARTICULAR		TOTAL
	MATR.	%	MATR.	%	MATR.	%	
2009	68.351	66,33%	12.563	12,19%	22.140	21,48%	103.054
2010	81.496	71,38%	10.736	9,40%	21.943	19,22%	114.175
2011	84.229	74,59%	7.106	6,29%	21.587	19,12%	112.922
2012	82.250	73,98%	7.584	6,82%	21.349	19,20%	111.183
2013	77.821	72,30%	7.010	6,51%	22.806	21,19%	107.637
2014	72.902	61,66%	7.173	6,07%	38.150	32,27%	118.225
2015	68.265	55,97%	11.997	9,84%	41.711	34,20%	121.973
Queda/ aumento (%)	-0,13		-4,51		88,4		

Fonte: SEED, 2016.

Apesar da dificuldade de inserção no ensino superior em cursos de graduação o Paraná registrou 443.37 matrículas dos jovens no ano de 2013. Conforme podemos conferir no Gráfico14.

Gráfico 17: Total de matrículas na Educação Superior em cursos de graduação presenciais e a distância no Paraná em 2013 entre os jovens menores de 18 a 29 anos



Fonte: PARANÁ, 2015, p.47.

Nas próximas tabelas apresentamos os dados disponibilizados pelo INEP, em relação ao número de matrículas na Rede Federal de Ensino, matrículas na Rede Estadual e matrículas na Rede Privada, nos municípios com campus do IFPR, no período de 2006 a 2015.

Assim sendo, na seguinte tabela apresentamos o número de matrículas na Rede Federal, no Paraná, mais especificadamente nas cidades com câmpus do IFPR.

Tabela 44: Número de Matrículas na Rede Federal de Ensino no Paraná – Educação Profissional Nível Técnico nas cidades com campus do IFPR - 2006 a 2015

CIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Assis Chateaubriand	-	-	-	-	107	170	158	257	185	252
Astorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barracão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Campo Largo	-	-	-	-	198	201	203	235	301	412
Capanema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33
Cascavel	-	-	-	-	-	-	43	33	9	170
Colombo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2489
Coronel Vivida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
Curitiba	2469	209	3227	8885	5997	900	1094	942	1023	3952
Foz do Iguaçu	-	-	-	65	25	145	123	243	185	344
Goioerê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Irati	-	-	-	-	106	162	251	125	63	9
Ivaiporã	-	-	-	-	41	75	131	104	114	336
Jacarezinho	-	-	-	-	137	192	332	211	292	475
Jaguariaíva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40*
Londrina	-	-	-	122	189	127	129	214	223	413
Palmas	-	-	-	-	-	19	37	33	-	155*
Paranaguá	-	-	-	64	76	188	175	61	16	341
Paranavaí	-	-	-	-	-	241	290	168	98	335
Pinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1273
Pitanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39*
Quedas do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telêmaco Borba	-	-	-	-	145	349	258	172	136	346
Umuarama	-	-	-	-	128	311	193	197	150	187
União da Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39
TOTAL	2469	209	3227	9136	7149	3080	3417	2995	2795	1585

*Matrículas na modalidade Ensino Médio Concomitante.

Fonte: INEP, 2016, Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>>.

Utilizando o mesmo critério de seleção das cidades, apresentamos as matrículas na Rede Estadual:

Cascavel	393	645	83	548	986	1132	938	1405	1898	1697
Colombo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Coronel Vivida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curitiba	7910	8913	11011	12003	10956	9533	9375	7121	11215	14824
Foz do Iguaçu	193	213	206	89	46	42	437	714	1394	856
Goioerê	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0
Irati	0	0	0	0	0	0	19	285	347	409
Ivaiporã	36	119	122	71	73	69	64	45	49	88
Jacarezinho	130	97	86	45	42	0	0	0	30	61
Jaguariaíva	0	0	0	0	0	158	184	132	215	363
Londrina	2699	1976	3700	2184	2214	2323	2435	2391	5859	3685
Palmas	0	0	0	0	0	0	0	0	209	95
Paranaguá	0	0	0	0	0	0	0	115	590	792
Paranavaí	0	0	0	0	0	0	0	176	242	360
Pinhais	253	23	47	43	0	0	0	0	143	343
Pitanga	0	0	0	0	0	0	0	26	36	4
Quedas do Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Telêmaco Borba	769	565	530	498	518	697	296	428	599	1132
Umuarama	361	0	66	215	194	248	142	232	280	478
União da Vitória	78	0	0	0	0	0	138	140	127	308
TOTAL	13073	12850	16338	16296	15549	14749	14538	13644	24078	26175

Fonte: INEP, 2016, Disponível em <<http://matricula.educacao.inep.gov.br/>>.

Com a apresentação destas três últimas tabelas podemos notar que apesar da expansão da Rede Federal, a Rede Privada permanece com um número elevado de matrículas nas cidades com o câmpus do IFPR, explícito na Tabela 47.

Tabela 47: Número total de Matrículas e taxa de queda e aumento, nas dependências de educação profissional nas cidades com câmpus do IFPR

ANO	ESTADUAL		FEDERAL		PARTICULAR		TOTAL
	MATR.	%	MATR.	%	MATR.	%	
2006	16160	50,97%	2469	7,79%	13073	41,24%	31702
2007	10557	44,70%	209	0,88%	12850	54,41%	23616
2008	10249	34,38%	3227	10,82%	16338	54,80%	29814
2009	9725	27,66%	9136	25,99%	16296	46,35%	35157
2010	13293	36,93%	7149	19,86%	15549	43,20%	35991
2011	14817	45,39%	3080	9,43%	14749	45,18%	32646
2012	15134	45,74%	3417	10,33%	14538	43,94%	33089

2013	14717	46,94%	2995	9,55%	13644	43,51%	31356
2014	13999	34,25%	2795	6,84%	24078	58,91%	40872
2015	24648	47,03%	1585	3,02%	26175	49,94%	52408
Queda/ aumento %	52,53%		-35,80		100,22		

Fonte: INEPR, 2016.

Frente à violência, o número de homicídios, óbitos em acidentes de transporte e suicídios entre os jovens no Paraná é preocupante. Os dados relatam que em 2012, 349 jovens foram assassinados no estado, considerando que a pesquisa utilizada como fonte, considerou apenas os municípios com mais de 10 mil habitantes (BRASÍLIA, 2014). Abaixo apresentamos o número e taxas de homicídio em municípios com mais de 10 mil habitantes, bem como a colocação nacional na Tabela 48. Na Tabela 49 os óbitos em acidentes de transporte, em municípios com mais de 20 mil habitantes. E na Tabela 50 o número e taxas de suicídio no ano de 2012, dentre os 100 municípios com mais de 15 mil jovens.

Tabela 48: Número e taxas (por 100 mil habitantes) de homicídios nos municípios do Paraná com mais de 10 mil habitantes – 2008 a 2012

Município	UF	Popul.2012	Homicídios Taxa 2012					Taxa 2012	Posição Nacional
			2008	2009	2010	2011	2012		
Campina Grande do Sul	PR	39404	46	53	48	49	42	106,6	14°
Tamarana	PR	12647	1	2	4	4	12	94,9	25°
Guaíra	PR	31013	40	27	35	34	25	80,6	51°
Sarandi	PR	84573	28	21	39	58	65	76,9	59°
Florestópolis	PR	11076	2	3	9	7	8	72,2	76°
São Miguel do Iguaçu	PR	25971	19	6	12	13	18	69,3	92°
Santa Tereza do Oeste	PR	10269	3	3	0	6	7	68,2	95°
Foz do Iguaçu	PR	255718	222	198	187	142	172	67,3	100°

Fonte: BRASÍLIA, 2014.

Tabela 49: Número e taxas (por 100 mil habitantes) de óbitos por acidentes de transporte em municípios com mais de 20 mil habitantes no Paraná – 2008 a 2012

Município	UF	Popul.2012	Número de Óbitos					Taxa 2012	Posição Nacional
			2008	2009	2010	2011	2012		
Pirai do Sul	PR	23.693	7	15	6	9	29	122,4	3°
Campina Grande do Sul	PR	39.404	52	49	60	34	39	99	7°
Campo Mourão	PR	88.209	59	49	60	60	83	94,1	9°
Mandirituba	PR	22.927	16	14	7	10	20	87,2	13°

Francisco Beltrão	PR	80.727	48	55	62	59	65	80,5	19°
Guaratuba	PR	32.826	9	18	15	20	26	79,2	23°
Arapongas	PR	106.978	42	27	55	70	82	76,7	26°
Ortigueira	PR	23.103	11	8	11	13	17	73,6	28°
Umuarama	PR	102.184	62	41	55	69	73	71,4	32°
Apucarana	PR	122.896	60	41	48	56	80	65,1	45°
Arapoti	PR	26.153	11	9	14	12	17	65	47°
Paiçandu	PR	36.717	13	19	6	12	22	59,9	62°
Cornélio Procópio	PR	46.939	28	23	26	22	28	59,7	63°
Lapa	PR	45.334	23	22	14	15	26	57,4	78°
São Mateus do Sul	PR	41.965	16	7	10	16	24	57,2	80°

Fonte: BRASÍLIA, 2014.

Tabela 50: Número e maiores taxas de suicídio na população jovem, nos municípios com mais de 15.000 jovens no Paraná – 2008 a 2012

Município	UF	Popul.2012	Número de Óbitos					Taxa 2012	Posição Nacional
			2008	2009	2010	2011	2012		
Francisco Beltrão	PR	22.290	1	3	2	2	5	22,4	12°
Sarandi	PR	22.624	0	1	2	0	3	13,3	53°
Apucarana	PR	31.628	3	2	2	1	4	12,6	62°
Guarapuava	PR	44.554	4	3	4	4	5	11,2	83°
Piraquara	PR	27.109	0	2	1	4	3	11,1	85°

Fonte: BRASÍLIA, 2014.

As apresentações destes números foram importantes para verificarmos a intensificação dos óbitos na juventude, pois, desta forma, podemos constatar as falhas no interior da elaboração das políticas educacionais de profissionalização e das políticas sociais para a juventude.

Apresentados os dados socioeconômicos, tanto do Estado do Paraná, quanto da juventude paranaense, nosso propósito na próxima seção é realizar uma análise sobre as políticas de profissionalização e sociais para a juventude, em relação às propostas de “inserção social” e a “empregabilidade” para a população jovem.

4.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS, PROFISSIONALIZANTES E LABORAIS PARA A JUVENTUDE: A “INCLUSÃO SOCIAL” E A “EMPREGABILIDADE”

Após a superação do feudalismo, podemos nos deparar com o sistema capitalista, o qual desde seu surgimento vem apresentando características perversas, no entanto, as medidas

que mais vêm dando corpo e base para este sistema são a exploração e a manipulação da classe trabalhadora, notavelmente fragilizada e fragmentada, em seus diversos movimentos sindicais e sociais.

No Brasil, desde a década de 1990, a juventude vem sendo o alvo de manipulação ideológica, por meio de discursos que prometem a inclusão social e empregabilidade, elaborando um conceito de trabalhador que só será aceito na sociedade se corresponder às exigências do atual sistema, que é estar qualificado para vender a sua força de trabalho.

Os termos, inclusão e exclusão, podem se referir a variadas esferas da sociedade. Ainda assim, no presente trabalho analisamos a inclusão social como argumento de um processo de identificação do homem como ser social ao inserir-se profissionalmente no sistema do Capital.

A abordagem da inclusão social está intimamente ligada à exclusão, visto que a inclusão em direitos proporciona maior produtividade, manifestando uma responsabilidade para com as pessoas, gerando assim maior margem de lucro e exploração. (FALEIROS, 2006).

As políticas voltadas para a juventude ou que os afetam indiretamente é uma forma que o Estado utiliza para demonstrar preocupação com os excluídos e desempregados, sendo uma condição, pois se afirmamos inclusão não podemos ocultar a existência dos excluídos. (SILVA, 2012).

Deste modo, a inclusão no mundo do trabalho está associada à estabilidade, possibilitando a contribuição para a previdência, crédito e vínculos sociais, para assim assegurar renda e status social, sendo que, a negação desta inclusão acomete a estrutura de direitos. (FALEIROS, 2006).

Conforme Faleiros (2006) a inclusão/exclusão refere-se conjuntamente a dependência às instituições públicas e diversos fatores referentes a rendimentos, qualificação, posses materiais e territoriais, moralidade e aceitação. A exclusão pode ser observada como uma barreira elaborada pelo poder hegemônico, nos permitindo a observação da desigualdade social, a qual proporciona privilégios a uns enquanto desfavorece outros. (FALEIROS, 2006). Nesse contexto de contradição inerente ao sistema, o Estado mostra-se humanitário, misericordioso, ganhando o mérito de conquistas adquiridas pela árdua luta de classes.

O controle do metabolismo do capital é mantido de modo auto expansivo, sem “atenção às considerações humanas”, eliminando cruelmente quando necessário, por meio do processo do trabalho, a maioria da humanidade, sendo assim um sinônimo da globalização.

Portanto, quando o capitalismo atinge o ápice de sua crise estrutural, os problemas tendem a ser resolvidos podendo minimizar os ínfimos benefícios concedidos aos trabalhadores. (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

À vista disso, o nível de exploração sobre a classe trabalhadora, não é suficiente, sendo que para sustentação do sistema é necessário ampliá-la ao ponto que os trabalhadores tolerem, permitindo-a ser inquestionável igualmente a grotesca margem de lucro do capital. (MÉSZÁROS, 2007).

Assim, a exclusão transfigura-se na invisibilidade social traçando perdas socialmente constituídas, podendo ser definida como uma “[...] negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território.” (FALEIROS, 2006, p. 4). Ou seja, pode ser considerada um reflexo da desigualdade, uma condição de manutenção e reprodução do capitalismo.

Segundo Faleiros (2006, p. 4) “Desigualdade significa relação de exploração de uns sobre outros, de concentração de poder, riqueza, ativos, capitais culturais, simbólicos, políticos, familiares de habilidades, reconhecimentos e diplomas.” Esta estrutura de desigualdade é estruturante da organização do sistema social vigente.

Por conseguinte, o discurso neoliberal defende que os incapazes e ineficientes não possuem acesso ao pleno emprego. Contudo, o que mantém a exclusão é o aumento de produtividade, excluindo inicialmente os mais vulneráveis. (FALEIROS, 2006). Desse modo, o Estado age de forma a difundir políticas para a sobrevivência, aliviando a pobreza e mantendo a desigualdade.

Esse processo de exclusão e proteção por parte do Estado aumenta a demanda social e afeta a classe trabalhadora, reduzindo seus direitos amplos, de modo a perder sua própria identidade de luta, pois protege do desemprego e lhe impossibilita a liberdade e autonomia. (FALEIROS, 2006).

Além da inclusão social, outro conceito neoliberal é o de empregabilidade, que em sua particularidade apresenta a diminuição de postos de trabalho, de forma a aumentar a competitividade interna na classe trabalhadora. (OLIVEIRA, 1999).

As abordagens sobre o desemprego são atualmente muito manifestadas, contudo carregadas de seu sentido inverso. Pois:

A respeito dele, contudo, são feitas laboriosas promessas, quase sempre falaciosas, que deixam entrever quantidades ínfimas de empregos acrobaticamente lançadas (como saldos) no mercado; porcentagens

derrisórias em vista dos milhões de indivíduos excluídos do salarizado e que, nesse ritmo, continuarão assim durante decênios. (FORRESTER, 1997, p. 9).

Porém, o desemprego em si não é prejudicial e sim o sofrimento que pode causar. Portanto, o desemprego não está afetando apenas um setor, pois o que ocorre é “[...] uma implosão geral, com fenômenos comparáveis a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir.” (FORRESTER, 1997, p 11).

Conseqüentemente, nos deparamos com:

Tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma sociedade que se retrai. Entre esses despossuídos e seus contemporâneos, ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente, e como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, *incluídos* até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! (FORRESTER, 1997, p 15).

O desemprego em sua potencialidade, até mesmo em países em desenvolvimento avançado no capital, não é controlado de modo a ser evitado. (MÉSZÁROS, 2007). Como a dificuldade em diminuí-lo é uma tarefa árdua, o sistema recorre à manipulação ideológica, para minimizar os conflitos. (OLIVEIRA, 1999). Assim, a questão da empregabilidade passa a ser de responsabilidade do próprio trabalhador, que para se inserir profissionalmente deve buscar enquadrar-se no modelo padrão do sistema.

Recorremos assim, à Mézáros (2007) o qual defende que:

[...] alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de interrelações e interdeterminações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédio e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais podiam falar sobre *pleno emprego em uma sociedade livre*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

Deste modo, para o Capital, o trabalhador deve estar em constante busca de aperfeiçoamento para adaptar-se à modernização do processo de produção, adequando-se ao modo de organização econômica, sendo que os conhecimentos que o trabalhador deve aprimorar são delimitados pelo próprio capital. (OLIVEIRA, 1999).

As premissas do capital “[...] afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação”. (MÉSZÁROS, 2008, p.43). Assim, uma das principais

funções da educação é reproduzir conformidade, sendo possível restabelecer constantemente a lógica capitalista. Contudo, grande parte do que aprendemos no decorrer de nossa vida não se limita internamente às instituições escolares, pois a estrutura educacional não controla o processo do atual sistema, portanto, faz-se necessário uma reforma radical, além das instituições, para que a educação se desvincule desta função. (MÉSZÁROS, 2008).

Compreender então, o jovem como foco de propostas educacionais e sociais, não é possível distante da realidade material da relação capital e trabalho que está em constante desenvolvimento tecnológico. Assim, a escola no sistema tende a educar para o trabalho, para que se adapte às modificações no campo da produção fornecendo um equilíbrio na relação educação e trabalho. (KOEPSEL, 2014).

Segundo Koepsel (2014), as organizações mundiais recomendam para a superação do desemprego, políticas para o emprego orientadas aos jovens e mulheres para auxiliar no processo da escola ao trabalho.

Mészáros (2008) afirma que a abordagem elitista “[...] define tanto a educação como a atividade intelectual, da maneira mais tacanha possível, como a única forma certa e adequada de preservar os ‘padrões civilizados’” (p. 49), consequentemente excluindo a maioria das pessoas e sujeitando-as como objetos em nome da elite. Para a sobrevivência do capitalismo, o sistema vai se adequando e moldando às exigências de cada período histórico, porém sua manutenção permanece intrinsecamente ligada por meio da relação capital e trabalho, sendo produzido e reproduzido principalmente pela classe dominada. (MÉSZÁROS, 2008).

A lógica do capital é prevacente, mesmo quando em seus limites expressa uma preocupação humanitária. Desta forma, o capital em sua estrutura necessita permanecer incontestável, contudo ao formular mudanças em campo educacional considerando os interesses do capital é negar uma “transformação social qualitativa”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

As falhas no sistema, portanto, da mesma forma que superficialmente não podem ser observadas também não podem ser resolvidas, sem ampliar a todo o sistema. Nesta lógica, o papel da educação se faz soberano, pelo fato da necessidade de elaborar estratégias para a mudança da consciência dos sujeitos. (MÉSZÁROS, 2008).

Segundo Mészáros (2008), para haver a auto-alienação do trabalho é necessário promover a universalização entre educação e trabalho.

[...] o sistema do capital não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

Logo, a educação deve ser articulada às necessidades da emancipação social, pois as condições de alienação são desumanas, ligadas a uma reflexão subversiva da realidade, maneira pela qual o capital desempenha suas funções para reprodução. (MÉSZÁROS, 2008).

Partimos do pressuposto que os conceitos aqui destacados “empregabilidade” e “inclusão social” são dotados de ideologia e, independente de como a percebamos na nossa sociedade, ela se faz impregnada em tudo, assim a ideologia estabelecida na “cultura liberal-conservadora” apresenta-se com suas próprias definições, distorcendo a “normalidade, objetividade e imparcialidade científica.” (MÉSZÁROS, 2014, p.57).

A aceitação da ideologia dominante condiz comprometer-se a ordem socialmente vigente, pois a mesma tem sob controle as instituições culturais e políticas, podendo utilizar-se da linguagem abertamente, sem os riscos de ser desmoralizada devido à correlação de forças existentes, podendo apresentar um duplo caráter pregando a busca pela qualidade de vida. (MÉSZÁROS, 2014).

A ordem dominante para si aplica critérios diferentes, aos aplicados na classe subalterna, para a manutenção em sua determinada posição social, o pensamento disseminado passa a ser de fidelidade às ideias associadas a ataques aos adversários de concepção contrária, assumindo-a como uma verdade absoluta, indiscutível e sem embasamentos científicos. (MÉSZÁROS, 2014).

Este sistema está encaminhando a sociedade em sentido contrário, pois tem o objetivo de lucrar acima de tudo, sem a responsabilidade e olhar aos recursos, em busca da destruição do planeta, para manutenção do capital e superação dos problemas econômicos. (MÉSZÁROS, 2014).

A ideologia é “[...] uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2014, p. 65). Desta forma, as ideologias não são homogêneas e constituem uma consciência prática, conflitantes que se relacionam, cada uma embasada em sua visão social.

O principal conflito que se encontra na esfera social é constatado na própria estrutura da sociedade, proporcionando regulação das práticas produtivas. Assim, as implicações práticas estão ligadas a várias questões, como artísticas, filosóficas e políticas. (MÉSZÁROS, 2014).

Na sociedade de classes, os interesses representados pelas ideologias conflitantes estão emaranhados e influenciados pela dinâmica global, quaisquer métodos que favorece ou não a

reprodução de um sistema é compreendido como uma característica fundamental da ordem social. (MÉSZÁROS, 2014).

A determinação da ideologia em cada período histórico é marcada por dois sentidos, “conflituoso” e “caráter específico”. No caráter conflituoso a consciência é ideológica, pelo fato da estrutura social ser insuperável, sendo necessária a legitimação dos interesses hegemônicos como interesse da sociedade como um todo. Já o caráter específico, é mutável e seus questionamentos são determinados pelo período histórico, sendo que primeiramente a atenção é voltada para novos desafios ideológicos, ligados aos novos meios que sustentem as exigências do metabolismo desse sistema. (MÉSZÁROS, 2014).

A opinião pública é manipulada por meio de vários instrumentos culturais ideológicos, por este motivo facilmente é possível desfigurar as manifestações ideológicas vinculadas ao interesse da classe hegemônica, bem como prolongar sua existência. (MÉSZÁROS, 2014).

As necessidades da classe hegemônica são predominantes também sobre grupos ideológicos, principalmente à classe mais ligada a si. (MÉSZÁROS, 2014). Ou seja, o discurso ideológico da classe dominante é tão perverso que faz com que a classe dominada identifique como seu, assumindo suas lutas e exercendo pressões pelas necessidades soberanas.

A formulação da ideologia para suprir as necessidades flutuantes de uma classe hegemônica que tinha em suas mãos o controle do restante da sociedade, após a perda de sua legitimidade sob confrontos sociais. Pensar no fim da ideologia, como no seu caráter negativo, é irreal enquanto existir o conflito de classes ao qual está inextricavelmente relacionada. (MÉSZÁROS, 2014).

A ideologia dominante possui uma posição privilegiada relativamente à outra contraconsciência, manifestando um posicionamento positivo na relação de produção e reprodução da sociedade, podendo contar com apoio econômico, cultural e político. Além disso, pode estabelecer regras e condições para o próprio discurso ideológico. (MÉSZÁROS, 2014).

Assim, a classe trabalhadora é considerada uma realidade social tangível com suas necessidades de existência e reprodução, sendo necessariamente integrada pelo fato de ser essencial na sociedade e se reproduzir enquanto produz e reproduz a sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2014).

O trabalho dividido e fragmentado está à disposição da classe dominante, do Estado e das exigências da divisão social do trabalho. Porém, em crises estruturais do capitalismo pode fazer prevalecer suas necessidades e reivindicações. (MÉSZÁROS, 2014).

O poder da ideologia dominante prevalece em razão da ilusão que as pessoas afetadas, pelas consequências do sistema atual, incorporam de forma concordante com valores e políticas, por muitas vezes contrárias de seus interesses e necessidades. (MÉSZÁROS, 2014).

Assim, Mészáros afirma:

Tal circunstância, por si, já mostra o quanto é frustrante tentar explicar a ideologia simplesmente pelo título de ‘falsa consciência’, pois o que define a ideologia como ideologia não é o seu suposto desafio à ‘razão’ ou seu afastamento das regras preconcebidas de um ‘discurso científico’ imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade. As funções complexas da ideologia surgem precisamente de tal situação – materialmente fundamentada – e não são de modo algum tornadas inteligíveis pelos critérios racionalistas e cientificistas a elas contrapostos, que não resolvem a questão. (MÉSZÁROS, 2014, p. 473).

A materialidade do interesse ideológico na plausibilidade do capitalismo como controlador da sociedade, tem sua existência na racionalidade do que já foi conquistado, que é o controle supremo sobre a ordem entre a sociedade e a natureza. (MÉSZÁROS, 2014).

Porém, a predominância da ideologia hegemônica, não deve ser compreendida unicamente em razão de sua autonomia, mas deve ser assimilada à base. Portanto, a ideologia dominante, do sistema regulador só é vantajosa enquanto suas irracionais forem reconciliadas na prática da reprodução capitalista. (MÉSZÁROS, 2014).

Notamos que a forma do Estado destacar a juventude não passa de uma maneira para melhorar a manipulação política, social, econômica ideológica, pois para o capital existem apenas duas classes, isto está evidente na possibilidade de quem não se enquadra na faixa etária de juventude ter acesso às políticas implementadas tanto para educação como para o trabalho, pois quanto maior for a oferta de mão-de-obra, melhor para o capital, pois maior será a possibilidade de exploração e exclusão do trabalhador, que terá de concorrer com outro trabalhador qualificado para a garantia de seu sustento.

Segundo Sposito (2003, p. 18), no Brasil o interesse que o governo passou a demonstrar pela juventude, foi pelo fato de tomá-la como um problema, abandonando, assim, o “estado de coisas”. Sposito (2003), ainda afirma que o diálogo para formulações de políticas voltadas para a juventude não decorre somente de como esta é concebida pela sociedade, mas originam-se simultaneamente nas concepções de prática política, ação governamental e relações da sociedade civil com a esfera pública.

Um dos problemas encontrados nas políticas para a juventude é a fragmentação dentro das próprias políticas, sendo que as de profissionalização e empregabilidade destacam-se por ser de interesse de políticas econômicas, o que possibilita um investimento maior. Por outro lado, podemos notar o enfraquecimento ou menor expansão e divulgação das que se voltam ao desenvolvimento de cultura, hábitos saudáveis e lazer.

Conforme Sposito (2003), no Brasil na década de 1990, predominantemente no período em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente, a busca por formulações de políticas e programas voltados aos jovens em situação de risco social, delimitando-as em municípios de baixo IDH, isso expressa puramente os objetivos das políticas focalizadas no combate à pobreza.

Segundo Picanço (2015), a relação entre jovens e trabalho reproduz desigualdade em vários aspectos, a autora ressalta a questão da escolarização, pois os jovens que possuem menor escolaridade e os mais pobres, tendem a trabalhar mais, com baixa remuneração e condições precárias de segurança.

Com a melhora do mercado de trabalho e maior acesso a escolaridade, ampliou-se também as oportunidades de trabalho bem como de inserção em escolas e universidades. (PICANÇO, 2015). Assim, a juventude deve ser observada não apenas como um determinado período da vida, mas sim como um processo com influências do social. (PICANÇO, 2015).

O processo educativo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT fundamenta-se como base ensino, pesquisa e extensão, elaborando seus cursos conforme o desenvolvimento social e econômico, local e nacional. (XAVIER *et al.*, 2013).

Xavier (*et al.* 2013), apresenta o seguinte argumento em relação à extensão tecnológica da EPCT:

A extensão tecnológica da Rede Federal de EPCT tem como diferencial o atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na **inclusão social**, emancipação do cidadão, favorecendo o desenvolvimento local e regional, a difusão do conhecimento científico e tecnológico, a produção da pesquisa aplicada e a sustentabilidade sócio-econômica. (XAVIER, *et al.*, 2013, p. 20 grifo nosso).

Galli *et al.*, afirma que os currículos da EPCT buscam integrar “[...] relações com as comunidades e de realização de projetos sociais, culturais, artísticos e esportivos.” (GALLI, *et al.*, 2013, p. 22).

Conforme Galli *et al.* “[...] a integração curricular concretiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo a estruturação das aprendizagens em conexões necessárias à transposição de saberes.” (GALLI, *et al.*, 2013, p. 24).

A EPCT utiliza-se das Tecnologias Sociais – TS como justificativa de interação entre os discentes e a comunidade, de modo que esta ação esteja coerente com o contexto socioeconômico e potencial da região. (GALLI, *et al.*, 2013).

Em seus documentos políticos educacionais torna-se evidente o objetivo da EPCT, com argumentos que evidenciam o vínculo econômico regional, a fim de ampliar e contribuir para empreendedorismo:

Assim sendo, as ações de extensão referentes à promoção do **empreendedorismo, associativismo e cooperativismo** deverão ser implementados numa determinada região. Para que exista complementaridade de ações da Rede Federal que estruturam a cultura empreendedora institucional, é importante que sejam estruturadas disciplinas curriculares e cursos de extensão em Empreendedorismo, pré-incubadoras, incubadoras de cooperativas, sociais e culturais. (...) Talvez o grande desafio de se desenvolver uma cultura empreendedora cooperada num arranjo produtivo, social e cultural, esteja em manter o espírito empreendedor individual aliado aos benefícios do desenvolvimento dos objetivos comuns. (GALLI, *et al.*, 2013, p. 26 e 27 grifo nosso).

Para se efetivar, a política de extensão adere a medidas que promovem o desenvolvimento local e regional por meio dos arranjos produtivos, sociais e culturais, a fim de:

- Desenvolver parcerias e participar das governanças de observatórios e núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais.
- Contribuir na indução de arranjos produtivos, sociais e culturais a partir dos ativos de competências dos câmpus da Rede Federal. (GALLI, *et al.*, 2013, p. 26 e 27)

As políticas englobam também a inclusão de espaços e equipamentos esportivos, com o discurso da importância de práticas saudáveis, bem como para utilização de atividades para aprimorar a competição e o empreendedorismo. (GALLI, *et al.*, 2013).

A inclusão, pela primeira vez, no Plano Plurianual, de um programa voltado exclusivamente para os jovens. Trata-se do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude (PPA 2012 a 2015), que visa articular e promover mecanismos que assegurem a inserção social dos jovens, garantindo-lhes uma formação adequada e criando condições para que construam e executem seus projetos pessoais e profissionais. O PPA é composto por várias iniciativas, incluindo as Estações da Juventude, o Observatório Participativo do Juventude, a Inclusão Participativa da

Juventude e a Inclusão Digital da Juventude Rural. (SECRETARIA DE GOVERNO, 2016).

Deste modo, a inserção social e empregabilidade são olhadas como uma necessidade para a juventude, não somente para esta parcela social, mas para todos que estão à disposição no mercado de trabalho, de forma a adequar, padronizar, enfraquecer e fragmentar a principal fonte de retroalimentação do sistema, a classe trabalhadora.

Assim, este capítulo teve a intenção de apresentar dados socioeconômicos do Paraná, considerado uma importante economia e um estado rico em recursos, o que possibilita seu amplo desenvolvimento econômico e social.

Ao nos remetermos aos jovens paranaenses compreendemos o analfabetismo, apesar da sua diminuição, como uma problemática, pelo fato dos jovens corresponderem a 0,79% da população analfabeta. É por meio dos números que representam os jovens que podemos avaliar as políticas públicas para a juventude e as políticas educacionais de profissionalização, pois a criminalidade entre jovens reflete as falhas das políticas sociais, as quais pretendem acolher os mais vulneráveis, e o desemprego demonstra que a qualificação profissional não é a garantia de acesso e estabilidade no mundo do trabalho.

As concepções de inserção social e empregabilidade voltam-se para questões reais e ideológicas, assim, ao afirmarmos a existência da inserção social e da empregabilidade, não podemos negar a existência da exclusão e do desemprego, questões imbricadas do capital, que sem elas, sua reprodução não seria tão “excepcional”. Portanto, as políticas sociais para a juventude e as políticas de profissionalização, apesar de apresentarem dupla função, suas reais posições são para o favorecimento do sistema do capital, para fortalecer seu imperialismo. Pois para este sistema, não importa de que forma ele se reproduz e se mantém, suporta conviver com alguns limites, mas se estes limites não proporcionam seu desenvolvimento, ele mesmo trata de eliminá-los. Ou seja, o capitalismo sobrevive suportando os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores, sobrevive com a aplicabilidade de medidas sociais para diminuição da pobreza, mas se essas ações interferirem na sua soberania, este sistema é capaz de derrubar sua máscara humanitária em favor de sua autorreprodução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa teve o intuito de compreender a articulação entre as políticas sociais para a juventude e as políticas educacionais de profissionalização do IFPR, a fim de assimilar a concepção de argumentos econômicos e ideológicos como proposições prioritárias de tais políticas.

Para tanto foi preciso iniciar nossa exploração desenvolvendo uma discussão sobre as políticas sociais e educacionais de profissionalização, para assimilação de ambas, de forma a conhecermos alguns aspectos sobre as políticas sociais para a juventude no Brasil e no Paraná.

Concebendo as políticas sociais e educacionais de profissionalização, como ato intrínseco ao sistema, afirmamos que estas políticas, são resultados de processos históricos, de lutas constituídas no campo da relação capital e trabalho. Assim, são desenvolvidas pelo e para o Estado, de modo que ajam como mediadoras de conflitos existentes entre a classe hegemônica e a classe dominada.

O Estado, portanto, apresenta-se como facilitador de ambas as partes ao possibilitar o desenvolvimento e ampliação de medidas a favor de direitos humanos e trabalhistas, ao mesmo tempo que concede privilégios para a ampliação do setor econômico. No entanto, o Estado é estreitamente porta-voz da hegemonia, fornecendo subsídio financeiro e ideológico, pois todas as ações realizadas, por mais que favoreçam os desvalidos, contribuem para a manutenção da contradição classista.

Apresentamos a importância que o jovem passou a ter na década de 1990 no Brasil, foi neste período que a violência entre os jovens passou a ser de preocupação inicialmente de organizações não governamentais e filantrópicas. Este antecedente foi necessário para a constituição de uma secretaria própria para tratar a problemática da juventude, o que ocorreu apenas no ano de 2005.

Antes mesmo da concepção formal das políticas sociais para a juventude, as ações envolvendo tal faixa etária, eram desenvolvidas em torno da inserção social e empregabilidade, conceitos próprios da globalização.

Assim sendo, além da existência de medidas aparentemente humanitárias, o Estado conta com a criação de instituições, de influência e ação global, que são os casos do BM, BID, BIRD e UNESCO, para oportunizar o acesso à saúde, educação, habitação e segurança, de modo a auxiliar financeiramente e ideologicamente países com desenvolvimento econômico baixo e carentes de recursos para a sua subsistência.

Compreendida, portanto, a existência das políticas, tanto sociais quanto educacionais, nos deparamos com o crescimento significativo, mais precisamente de 360%, no período de 13 anos, do ensino profissional ofertado pelo governo Federal, recorreremos, por conseguinte à apresentação de dados históricos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando questões de âmbito nacional e de forma particular no Paraná, destacando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Faz-se importante a apresentação de elementos estruturais, funcionais, administrativos, pedagógicos e financeiros, para a assimilação da sua função emergente ao contexto do país e como vem se ampliando gradualmente a instituição no Estado do Paraná.

Com o objetivo de aquecer o mercado de trabalho, o Instituto Federal foi idealizado e concretizado durante o período governamental do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Facilitando o acesso à formação profissional, por meio de uma ação federal, os IFs permitiram forte impacto social e econômico no Brasil.

Percebemos a emergência na sua implementação, ao constatarmos que em muitos casos as atividades dos Institutos iniciam-se em prédios e salas de aulas concedidas por outras instituições, até o momento que, em cada município ocorre de uma maneira particular, a prefeitura da cidade em que o campus do IF será instalado concede área para a sede própria da instituição.

Apesar de sua bem elaborada estrutura, em alguns municípios do Paraná são ofertadas poucas opções de cursos, pelo fato de atrelar-se ao PRONATEC. Relacionando também, às pesquisas de arranjos produtivos, que proporcionam o desenvolvimento de cursos que correspondem à produção local. Além desta questão, há outra particularidade, a qual volta-se à oferta de cursos de qualificação na rede privada, interferindo na procura de cursos na esfera pública, pois são as mais procuradas para aperfeiçoamento de mão de obra, principalmente pelo fato da inter-relação com programas de acesso ao emprego.

Após a apresentação de dados sobre o IFPR, indicamos também os dados socioeconômicos do Paraná e de sua população jovem, importantes para compreensão do contexto em que está inserida a instituição de educação profissional.

Ao olharmos os números, referentes aos jovens, é possível realizarmos uma avaliação sobre as medidas das políticas sociais e educacionais. Pois é por meio deles que podemos identificar que as ações de tais políticas não estão propiciando resultados positivos, ao nosso ver, principalmente aos jovens em situação vulnerável. Resultando assim, no alto número de criminalidade e morte, bem como a existência de um número significativo do desemprego.

O desemprego é reflexo real, de que a qualificação de mão de obra não proporciona a garantia de inserção e estabilidade no mundo do trabalho. Mas o problema em si não está em como as políticas não alcançam os objetivos traçados, e sim, que a elaboração dos mesmos vem com a finalidade de não serem amplamente atingidos, pois o desemprego é resultado de um processo complexo dentro do próprio sistema.

O argumento de que o desemprego é justificado pela falta de mão de obra qualificada, é consequência da ideologia do capital, pois para o sistema é viável ter uma gama de pessoas disponíveis para contratação, resultando em concorrência entre os trabalhadores, e possibilidades da desvalorização para compra da força de trabalho.

As medidas tomadas são essenciais para alimentar a reprodução do exército industrial de reserva, assim, é por meio do desemprego que aumenta a facilidade de moldar e educar o trabalhador conforme os ditames do capital. O trabalhador é peça fundamental da engrenagem do capitalismo, pois ele é capaz de produzir, reproduzir e se reproduzir em todo este processo, não percebendo que o trabalho em si, está permitindo apenas sua sobrevivência.

O importante para o sistema é ter pessoas adequadas ao modelo padrão de trabalhador exigido, ou seja, para ter um emprego faz-se preciso o sujeito ter a qualificação necessária para exercício de sua função, do contrário pode ser facilmente substituído por outro profissional com mais formação. Não obstante, com o crescimento das políticas educacionais voltadas a qualificação e profissionalização de mão de obra, independente do âmbito abrangente, alimenta a oferta de mão de obra para o mercado de trabalho, ocorrendo assim, vasta oferta de trabalhadores, para um número de postos de trabalho que não correspondem ao número de necessitados.

Consideramos que inserção social e empregabilidade, permeiam questões reais e ideológicas, uma vez que ao afirmarmos a existência de ambas, não podemos negar a existência da exclusão e do desemprego, particularidades interligadas ao sistema, que sem elas quem sabe a soberania do capital imperialista não seria tão “magnífica”.

Abordamos os conceitos de inclusão e exclusão, as quais nos conduzem à reflexão da desigualdade social. A inclusão social em si, deveria ser observada como uma questão de direito, contudo, tem sido o propósito das políticas sociais e educacionais. Na essência do sistema não há interesse da diminuição ou até mesmo extinção da exclusão, pois são estas contradições que mantêm a desigualdade que perduram sobre a exploração de uns sobre os outros.

Destacamos que os conceitos de inclusão social e empregabilidade, são conceitos especiais do neoliberalismo, pois para a ideologia neoliberal os indivíduos são responsáveis pelo próprio fracasso ou sucesso. Ou seja, apesar do desemprego ser controlado e não evitado, e por sabermos que se trata de uma questão econômica e do próprio sistema, o trabalhador sempre será culpado pelo próprio desemprego. Prega-se a importância da formação continuada, que é necessário para que o trabalhador acompanhe o desenvolvimento tecnológico para se manter no mundo do trabalho.

As ações das políticas educacionais e sociais, apesar de sua apresentação fragmentada e focalizada, não são exclusivas da juventude, pelo fato de que direta ou indiretamente, abrangem bem mais do que uma faixa etária, mas o trabalhador em si. O trabalhador, para o capital, é observado como um objeto, como o meio facilitador de expansão de lucro. Assim, a base da ação capitalista permanece, mesmo com a mudança das sociedades.

A educação no processo do sistema capitalista, conforme a visão neoliberal, é concebida como de suprema importância para ascensão econômica. Apesar disso, a principal função da educação é possibilitar a consciência de classe, para uma possível universalização entre trabalho e educação, para superação do capitalismo. Isso decorre pelo fato de ser unicamente no chão da fábrica, que o trabalhador possivelmente se reconhece como tal.

Deste modo, acreditamos que o poder ideológico auxilia em todo o processo de exploração. Para tanto, permite-se que a ideologia cultural e política da classe hegemônica seja tomada como ideologia global, assim, tornam-se legítimos os interesses e discursos da classe dominante, como se fossem de ordem geral, de interesses comuns.

As buscas pela diminuição da exclusão e do desemprego são mais de interesse econômico do que sociais. Resta assim, de forma exclusiva, o trabalho em condições precárias, ao filho do trabalhador, com condições ínfimas de dignidade, de mínimo acesso à saúde e educação, para exploração e manutenção da pobreza, característica, que sem a qual o capitalismo não seria tão vigoroso e resistente.

A criação do Instituto Federal no Brasil vem não para responder unicamente a necessidade dos desempregados, pois uma característica forte do governo do presidente Lula, é atentar-se às exigências dos dois lados sociais. A pesquisa com toda certeza, seria mais rica, se pudessemos acompanhar os egressos do Instituto Federal, ou se ainda fossem realizadas as pesquisas com estes alunos, como ocorreu nos anos 2003 a 2007, e da mesma forma se pudessemos acompanhar os jovens atendidos pelos programas sociais.

Por conseguinte, a essência dupla das políticas sociais para a juventude e das políticas de profissionalização, nada mais são que medidas ideológicas, para ocultar seu real posicionamento para fortalecimento do capitalismo, já que para o sistema não importa em que condições se reproduz e se mantém, suportando até coexistir com medidas contrárias, contudo, se estas medidas interferirem de maneira negativa para sua expansão, o próprio sistema as elimina. Portanto, o capitalismo conserva-se de forma a suportar medidas desenvolvidas para os direitos humanos e trabalhistas, mas também está disposto a destruir a máscara humana para favorecimento de sua autorreprodução.

Podemos perceber isto no atual momento político brasileiro, pois nos deparamos com duas reformas que irão afetar diretamente e de forma grave os jovens e os trabalhadores. A reforma trabalhista tendo como principais alterações a ampliação da jornada de trabalho diária e semanal, diminuição do tempo de descanso e a flexibilidade das férias, que pode ter os dias divididos em até três períodos no ano. E a reforma do Ensino Médio que vem com a promessa de que o aluno poderá escolher as disciplinas que quer cursar, mas o que realmente se objetiva realizar é o agrupamento de disciplinas por eixos temáticos, não deixando claro que a escolha do aluno dependerá se a escola poderá ofertar os cursos escolhidos, além da possibilidade de contratar profissionais sem licenciatura, aqueles de “notório saber”.

Nossa análise volta-se à perversidade do sistema, porém esta característica está, de modo intrínseco, enraizada no sistema para sua manutenção e reprodução, para tanto, a valorização de mão de obra só será possível em outra sociedade, pois no sistema atual a harmonia entre capital e trabalho permanece apenas no discurso ideológico.

Diante de todo este cenário socioeconômico, a inserção social e empregabilidade são olhadas como uma necessidade para a juventude, não somente para esta parcela social, mas para todos que estão à disposição no mercado de trabalho, de forma a adequar, padronizar, enfraquecer e fragmentar a principal fonte de retroalimentação do sistema, a classe trabalhadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. Ed. Rio De Janeiro: Graal, 1998.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num Mundo em Transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C., EUA, 1997.

BRASIL, Estatuto da Juventude do. **Estatuto da Juventude**: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. Julio Jacobo Waiselfisz. Secretaria-geral de Presidência da República. **Mapa da Violência 2014**: Os Jovens do Brasil. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2014. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei Nº 11.892, 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CARVALHO, E. J. G. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas – SP, v. 30. n. 109, p. 1139-1166 – set. dez, 2009.

COMISSÃO DO MERCOSUL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS. **O Comércio Exterior Brasileiro e suas Relações Internacionais**. 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CMPMAI/ComercioExterior.PDF>. Acesso em: 23 jun. 2017.

DAYRELL, Juarez. O JOVEM COMO SUJEITO SOCIAL. In: **Revista Brasileira de Educação**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2016.

DEITOS, Roberto Antonio. **Ensino Médio e Profissional e Seus Vínculos com BID/BIRD**: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel –PR. Edunioeste, 2000.

_____. Políticas Públicas e Educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. In: **ACTA SCIENTIARUM EDUCATION**. Maringá, PR: UEM, V. 32, N. 2, p. 209-218, 2010.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: economia solidária, Proger e juventude.** São Paulo. DIEESE, 2009.

_____. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015: Juventude**, livro 6. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2016

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da política social no capitalismo. In: FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo : Cortez Editora, 2009.

_____. **O que é Política Social.** São Paulo, SP. 5ª Ed. Editora Brasiliense, 1991.

_____. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções a previdência e assistência sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1980, p. 9-77.

_____. **Inclusão social e cidadania.** 2006. Disponível em <http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997.

FRANCO, Maria Ciavatta. **A formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectiva histórica e desafios contemporâneos.** In: Educação Superior em debate. INEP. Brasília- DF. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

GALLI, Alberto Pahim; BRUNI, Carlos d'Alexandria, FERREIRA, Eurípedes Ronaldo Ananias; COPETTI, Giano Luis; BRANCHER, José Carlos; PLESE, Luiz Pedro de Melo; LABIAK JUNIOR, Silvestre; SANT'ANNA, Tadeu Pissinati; RAMOS, Viviane Silva. **ARRANJOS PRODUTIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS: POLÍTICAS DE EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.** In: **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá – MT. CONIF/IFMT, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Estatística da Produção Pecuária.** 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201604caderno.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

IFPR. **História, Missão, Valores e Finalidades do IFPR.** 2016. Disponível em <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/historia/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Alunos, Financeiro, Pessoas, Infraestrutura.** 2016. Disponível em <<http://info.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

IPARDES. **Perfil avançado dos municípios.** 2016. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Manuscrtos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Monica Ribeiro da. **Politecnia e Formação Integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira.** 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

OLIVEIRA, Ramon de. Empregabilidade e Competência: Conceitos novos sustentando velhos interesses. In: **Trabalho e Educação.** Belo Horizonte, 1999. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1621>>. Acesso em 20 ago. 2016.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação do Paraná.** 2015. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PARANÁ. **IVJ: Índice de Vulnerabilidade Juvenil.** 2016. Disponível em: <<http://www.juventudeparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 15 nov. 2016

PICANÇO, Felícia Silva. JUVENTUDE E TRABALHO DECENTE NO BRASIL – Uma Proposta de Mensuração. In: **Caderno CRH.** Salvador- BA, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000300569&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 ago. de 2016.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Histórico; Expansão da Rede Federal.** 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 15 maio 2016.

SAVIANI, Dermeval. **TRABALHO E EDUCAÇÃO: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, p.152-180, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SECCO, Altemir João; CONDE, Cristiane Maria Pereira; MELLO, Gleide Isnaia Coimbra Silva. PONTES, Jairo Ives de Oliveira; LIMA, Maria Alice Caggiano de; VASCONCELOS, Maria Edelcides Gondim de; ANDRADE, Ruth Sales Gama de. A EXTENSÃO E A INTEGRAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO. In: **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá – MT. CONIF/ IFMT, 2013.

SECRETARIA DE GOVERNO. **Secretaria Nacional de Juventude**. 2016. Disponível em <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Política Nacional de Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

SEED. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional de Nível Médio**. Foz do Iguaçu. SEED-PR 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/2013/novas_diretrizes_ed_profissional.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Resultados do Censo Escolar da Educação Básica- 2016**. 2017. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. **Resultados do Censo Escolar da Educação Básica- 2015: Comparativo da Matrícula Inicial na Educação Profissional por etapa de ensino e DPA – Paraná – 2009-2015**. 2016. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/educacao_profissional2015.pdf> Acesso em: 23 jun. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 1990. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão; COPPOLI, Eduardo Henrique da Rocha; KENCHIAN, Garabed; VICENTE NETO, João; DARWICH, Sandra Magni; ROSA FILHO, Sebastião Nunes da; FARKATT, Wyllys Abel Tabosa. CONCEPÇÕES, DIRETRIZES E INDICADORES DE EXTENSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPCT. In: **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá – MT. CONIF/IFMT, 2013.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.